

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
DOUTORADO EM SAÚDE COLETIVA**

**NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS DOUTORAS:
ESTILHAÇANDO A MÁSCARA E ESCANCARANDO O RACISMO, O SEXISMO
E A BRANQUITUDE NA SAÚDE COLETIVA**

São Leopoldo

2024

F383n Ferreira, Rose Mari.

Narrativas (auto)biográficas de mulheres negras doutoras [manuscrito] :
estilhaçando a máscara e escancarando o racismo, o sexismo e a branquitude
na saúde coletiva / Rose Mari Ferreira – 2024.

144 f.; 30 cm.

Tese (doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Vale do Rio do Sinos,
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, São Leopoldo, RS, 2024.

“Orientação: Profa. Dra. Laura Cecília Lopes”.

1. Racismo. 2. Mulheres negras - narrativas. 3. Branquitude. 4. Sexismo. 5. Saúde coletiva. I. Lopes, Laura Cecília. II. Título.

CDU:323.13-055.2

ROSE MARI FERREIRA

NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS DOUTORAS:
estilhaçando a máscara e escancarando o racismo, o sexismo e a branquitude na
saúde coletiva

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva,
pelo Programa de Pós-graduação em Saúde
Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: LAURA CECÍLIA LÓPEZ

Aprovada em: 12/01/2024

BANCA EXAMINADORA

PROF^a Dr^a. Vera Maria da Rocha

PROF^a Dr^a. Marília Veríssimo Veronese

PROF^o Dr. Alcindo Antônio Ferla

São Leopoldo

2024

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me ensinaram, com imenso amor, a lutar e sobreviver nesse mundo de belezas, mas de muitas injustiças,

Ao meu marido, apoio incondicional, por compreender alguns momentos que eu não pude estar compartilhando, compreender minhas fugas da realidade para o estudo, meu silêncio necessário para estudar,

Ao meu filho amado, meu maior e melhor projeto e à minha nora querida pelo afeto, pela compreensão e pela ajuda fundamental com as questões tecnológicas,

À minha orientadora, Dra. Laura Cecília López, por acreditar em mim e confiar na minha capacidade de produzir essa tese,

À minha irmã Sônia Maria por me ensinar e ajudar a me posicionar como mulher negra, valorizando meus saberes, agradecendo a nossa ancestralidade,

À minha irmã Fátima por cuidar e se preocupar com minha saúde, preparando comidinhas para me alimentar e diminuir minhas tarefas,

Ao meu irmão Carlos, à minha irmã Sandra, por tamanho afeto e aos sobrinhos amados que compartilharam esse caminho comigo,

À grande amiga que a vida me presenteou, Márcia Fernanda, no encontro de saberes em 2015, na capacitação para facilitadores do Curso Técnico de Agentes Comunitários de Saúde, que me incentivou a fazer o Mestrado, socorreu-me em momentos importantes, cujo afeto foi fundamental para me fortalecer e fazer chegar até aqui,

Ao meu grande amigo que a vida me presenteou, Cláudio Severo Gonçalves, a quem devo gratidão para muito além daqui,

Ao meu grande amigo que foi me apresentado pelo Programa de Produção Acadêmica, Antônio Cícero de Andrade Pereira e com quem faço confissões eternas dessa trajetória acadêmica, que me ensinou muito sobre produção acadêmica, que é detentor de imensa generosidade e para quem as palavras nunca serão suficientes para demonstrar meu agradecimento,

As amigas Renata Cunha Oliveira e Priscila Moraes Leite que foram parceiras no trabalho e na vida durante essa caminhada,

À amiga Melissa Rodrigues Martins, pela doação de seus conhecimentos para a confecção e formatação de tantos trabalhos que fizeram parte dessa trajetória, desde a dissertação até a tese de doutorado, receba todo meu afeto em forma de agradecimento,

Ao meu querido e amado Alcindo Ferla, pela compreensão enorme das minhas dificuldades, por tamanho afeto, por acreditar incondicionalmente em minha capacidade, por permitir que eu voasse,

À querida Vera Rocha, por me acolher no Fórum de Direitos Humanos da Rede Unida, por acreditar no meu trabalho, por aceitar compor a banca de professoras examinadoras desde minha dissertação até essa tese,

À professora do programa de pós-graduação, Dra. Juliana Nichterwitz Scherer por ter me acolhido de forma extremamente afetiva na primeira disciplina no Doutorado,

À professora Monika Dowbor que se apresentou como parte da branquitude crítica e demonstrou sensibilidade com suas ações durante a docência no doutorado e que me honrou como professora da banca de qualificação dessa tese,

E a todas as pessoas que não nomeei nesse texto, mas que estiveram comigo de alguma forma,

Muito obrigada!

Agradeço à CAPES/PROSUC pela bolsa taxa com a qual cursei o Doutorado em Saúde Coletiva.

RESUMO

As mulheres negras demarcam a escrita como um ato político. As narrativas possibilitam compreender as experiências de mulheres negras que entrecruzam o pessoal e o social, produzindo conhecimento que extrapola os traçados rígidos, fechados e quantificáveis da ciência moderna. O Racismo é um sistema estruturante que constitui as relações sociais nesse país, fundamentando desigualdades, baseadas na raça ou etnia. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva. A pesquisa tem delineamento qualitativo, em nível exploratório, foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os instrumentos de produção de dados foram questionário de identificação sociodemográfica, entrevistas narrativas biográficas e anotações em caderno de campo. Para interpretação dos dados utilizou-se da hermenêutica, à luz do conceito de escrevivência de Conceição Evaristo. Foram entrevistadas três mulheres negras, duas autodeclaradas pretas e uma parda, no período de agosto a outubro de 2023. As entrevistas aconteceram em locais escolhidos pelas participantes da pesquisa, duas cafeterias/livrarias, localizadas em um bairro na cidade de Porto Alegre/RS e uma entrevista via Google Meet. As narrativas foram gravadas e após a gravação, foram transcritas para um arquivo *Word*. As três mulheres construíram suas carreiras acadêmicas em cursos na área da saúde, com doutorado e/ou pós-doutorado na Saúde coletiva. Atualmente são docentes em Instituições de Ensino Superior, atuam em movimentos sociais, em coletivos da negritude e desenvolvem outras ações além da docência. As narrativas densas e repletas de situações marcantes, revelaram episódios de racismo na trajetória acadêmica das colaboradoras. Desde o período de formação até a pós-graduação, as entrevistadas foram vítimas de racismo, que se apresentou de formas distintas durante o percurso acadêmico, característica do “racismo à brasileira”. Já atuando como docentes, foram confundidas com a equipe responsável pela limpeza do prédio e, por vezes, com estudantes da graduação. As docentes relataram que, por suas escolhas quanto ao referencial teórico adotado em suas pesquisas, tiveram suas produções acadêmicas colocadas em dúvida. Embora tenham sido vítimas machismo e racismo durante suas trajetórias, não desistiram e continuaram abrindo portas para outras pessoas negras. Produzem conhecimento, demarcando suas posições acadêmicas, ocupando lugares de coordenadoras de projetos. A luta contra o racismo deve se estender para todas as demandas sociais e na academia essa luta não é diferente. É urgente a implementação de ações afirmativas em todos os programas de pós-graduação e cumprimento da lei de reserva de vagas para pessoas pretas em concursos do magistério superior.

Palavras-chave: Racismo; Mulheres negras; Narrativas.

ABSTRACT

Black women demarcate writing as a political act. Narratives make it possible to understand the experiences of black women who intersect the personal and the social, producing knowledge that goes beyond the rigid, closed and quantifiable lines of modern science. Racism is a structural system that constitutes social relations in this country, underpinning inequalities based on race or ethnicity. The general aim of this research is to analyze the trajectories of black women doctors, considering their positions in the academic and scientific space of public health. The research has a qualitative design, at an exploratory level, and was submitted to and approved by the Research Ethics Committee. The instruments used to produce the data were a sociodemographic identification questionnaire, biographical narrative interviews and notes in a field notebook. Hermeneutics was used to interpret the data, in the light of Conceição Evaristo's concept of writing. Three black women were interviewed, two self-declared black and one brown, between August and October 2023. The interviews took place in locations chosen by the research participants, two coffee shops/bookstores, located in a neighborhood in the city of Porto Alegre/RS and one interview via Google meet. The narratives were recorded and after recording, they were transcribed into a Word file. The three women built their academic careers in health courses, with doctorates and/or post-doctorates in Public Health. They are currently lecturers at higher education institutions, work in social movements, in black collectives and carry out other activities in addition to teaching. The dense narratives, full of striking situations, revealed episodes of racism in their academic careers. From their formative years to postgraduate studies, the interviewees were victims of racism, which was presented in different ways during their academic career, a characteristic of "Brazilian racism". As teachers, they were mistaken for the staff responsible for cleaning the building and sometimes for undergraduate students. The professors reported that, because of their choices regarding the theoretical framework adopted in their research, their academic productions were called into question. Although they have been victims of sexism and racism during their careers, they have not given up and have continued to open doors for other black people. They produce knowledge, demarcating their academic positions and occupying positions as project coordinators. The fight against racism must be extended to all social demands and academia is no different. There is an urgent need to implement affirmative action in all postgraduate programs and to comply with the law on reserving places for black people in higher education competitions.

Key-words: racism; black women; narratives.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
PRIMEIRA PARTE – PROJETO DE PESQUISA.....	9
SEGUNDA PARTE – RELATÓRIO DE CAMPO.....	83
TERCEIRA PARTE – PRODUTOS DA TESE	103
Capítulo Do Livro - Mulheres negras doutoras: uma revisão narrativa acerca desse (não) lugar na docência em Programas de Pós-Graduação no Brasil – submetido e aprovado para publicação no Edital do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC.....	103
Artigo Original - Narrativas biográficas de mulheres negras doutoras em saúde coletiva: analisando o racismo cotidiano na academia	117
APÊNDICE A – Quadro referencial teórico.....	137
APÊNDICE B – Diálogos filosóficos possíveis entre Grada Kilomba e Miranda Fricker.....	138
APÊNDICE C - Participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos relacionados à tese de doutorado em Saúde Coletiva.....	139
ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP).....	140

INTRODUÇÃO

Essa tese teve como objetivo geral analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva. Como objetivos específicos: Mapear os desafios encontrados por mulheres doutoras negras para se legitimarem no espaço acadêmico e científico e quais estratégias por elas elaboradas a fim de manter sua permanência nesse campo; Identificar como operam o sexismo/ machismo presente no percurso de vida pessoal e acadêmica dessas mulheres doutoras em saúde coletiva; Identificar como operaram as ações afirmativas na trajetória dessas mulheres, da graduação aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Foi realizada uma revisão narrativa que apresentou uma visão quantitativa de mulheres negras docentes em Instituições de Ensino superior. Os resultados apontaram para um número baixo de mulheres negras exercendo a docência. Os resultados dos trabalhos de desenho qualitativo evidenciaram racismo e machismo na trajetória de mulheres negras docentes.

A pesquisa de campo foi realizada utilizando-se das entrevistas biográficas com três mulheres negras, todas docentes em Instituições de Ensino Superior.

Essa tese está dividida e será apresentada da seguinte forma: inicialmente, o projeto de pesquisa qualificado; após, o relatório de campo apresentando detalhes da realização da pesquisa, incluindo os principais achados; na sequência, as considerações finais; como apêndices serão apresentados os títulos do capítulo de livro e do artigo que compõem essa tese, e que para evitar a publicação e com isso, descaracterizar o ineditismo, serão apresentados na íntegra para as professoras e professor da banca de avaliação.

PRIMEIRA PARTE – PROJETO DE PESQUISA

PRÓLOGO

“negra, mulher e acadêmica”
(bell hooks, 2020, p. 150)

Definição inicial feita, complemento a apresentação incluindo cirurgiã-dentista de formação acadêmica, especialista em Saúde da Família, Especialista em Saúde Coletiva, Mestre em Saúde Coletiva, servidora pública municipal na assistência odontológica no Centro de Especialidades Odontológicas - CEO (Prefeitura Municipal de Alvorada/RS) e mais recentemente, em fevereiro de 2023, enquanto escrevo esse projeto, nomeada Professora Substituta de Saúde Coletiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS – *campus* Alvorada).

É desse lugar, desse território pulsando em experiências, experimentado com a escrevivência de Conceição Evaristo que chego até aqui, na qualificação do projeto de tese.

Cheguei contrariando as estatísticas!

Única mulher negra a ingressar nesse programa de doutorado na seleção de 2021/2. E analisando os egressos do Programa de Pós-graduação de Saúde Coletiva desde o ano de 2015 até o presente momento de escrita para a qualificação desse projeto de pesquisa (julho/2023), a constatação de uma única mulher negra com o título de doutora em saúde coletiva.¹

Durante 05 primeiros anos de atuação na assistência odontológica na cidade de Alvorada/RS, única cirurgiã-dentista negra no quadro de servidores do município; e recentemente, atuando na docência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS – *campus* Alvorada, uma das três professoras negras entre aproximadamente 40 docentes que compõem o quadro da Instituição.

Escrevo esse texto que compõe o projeto de pesquisa da tese do doutorado nos momentos em que estou vivenciando a prática docente, experienciando ser

¹ No Apêndice D podem ser visualizados os egressos do Programa de Pós-graduação em Saúde coletiva constantes no site do programa: <https://www.unisinos.br/pos/doutorado-academico/saude-coletiva/presencial/sao-leopoldo>.

mulher negra docente também na educação superior, e lembro das palavras da intelectual negra bell hooks

todo professor comprometido com a pedagogia engajada reconhece o quanto é importante confrontar construtivamente as questões de classe. Isso significa acolher a oportunidade de alterar nossas práticas de sala de aula criativamente, de tal modo que o ideal democrático da educação para todos possa se realizar (HOOKS, 2017, p. 51).

E o pensamento vai com Oxum, rainha soberana das águas dos rios, corre como a água doce do rio que segue rompendo obstáculos e fazendo questionar: as Instituições de Ensino Superior estão preparadas para discutir que os estudantes que acessam à academia não partilham das mesmas origens de raça e de classe? E que o fato de alguns estudantes terem acessado à academia pelas ações afirmativas eles possuem pontos de vista diferentes?

E faço empréstimo das palavras de Maria Simone Euclides, docente negra na Universidade Federal do Ceará, relatadas em sua tese de doutorado em Educação

[...] falar sobre questões raciais e de gênero é me colocar na discussão, uma vez que sendo negra, as marcas deixadas pelo preconceito e racismo não são meras ilustrações, mas experiências reais vividas em meu cotidiano e de tantas mulheres negras que encontro ao longo de meu percurso. Já vivenciei e vivencio situações constrangedoras motivadas pela cor da minha pele: em salas de aula, junto a grupos de amigos, em conversas formais e informais. (EUCLIDES, 2017, p. 5-6).

Ancorando-me nas palavras da intelectual negra Cida Bento para afirmar que escrever um projeto de tese em que estão sendo questionadas as relações raciais se constitui em um processo implicadamente político (BENTO, 2014). Desacomodar aqueles e aquelas que confortavelmente se impõem em seus lugares de poder é um ato político. Uma mulher negra especialista, mestra e doutoranda em Saúde Coletiva que realiza pesquisas implicadas no cotidiano, que no ato de produzir cuidado em saúde no território de atuação, traz para a academia a escrevivência (EVARISTO, 2005) a produção de conhecimento a partir da experiência das mulheres negras, que traduzem a escrita de um coletivo de mulheres, as diversas vozes que com insistência, tentam silenciar. Realizo minhas pesquisas e a produção de conhecimento que delas resultam “onde meus pés estão fincados”, tal qual Evaristo (2017) produz sua literatura, ou seja, da minha posição de mulher negra na sociedade brasileira.

Trago para conversar a intelectual negra Grada Kilomba (2019) que escolhe pesquisar mulheres negras por entender que são semelhantes a ela, semelhantes à pesquisadora e por isso” torna possível gerar conhecimento a partir das relações de poder mais igualitárias entre pesquisadora e pesquisadas” (KILOMBA, 2019, p. 83)

Dessa maneira, afirmo que faço parte da exceção e não da regra. E que essa pesquisa possa servir como estratégia de mudança dessa realidade. Axé!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA E O USO DAS NARRATIVAS	18
3 O QUE SE TEM PRODUZIDO SOBRE MULHERES NEGRAS DOUTORAS DOCENTES: uma revisão narrativa	23
3.1 Fórum Dos Direitos Humanos, Da Diversidade, Equidade De Raça E Gênero E Classe (Rede Unida) e E'lééko: espaços de aquilombamento, lugares de fortalecimento	35
3.2 A Escrivência De Conceição Evaristo Como Ferramenta Analítica Nas Pesquisas Qualitativas	37
3.3 Estilhaçando a máscara e escancarando o racismo, o sexismo e a branquitude na saúde coletiva: uma discussão acerca do desconforto provocado pelas ações dos verbos no título do projeto	39
4 REFERENCIAL TEÓRICO	43
4.1 Ações Afirmativas e a importância da implementação nos Programas de Pós-graduação	50
5 OBJETIVOS	56
5.1 Objetivo geral	56
5.2 Objetivos específicos	56
5.3 Justificativa	56
6 METODOLOGIA	59
6.1 Aspectos Éticos	61
6.2 Orçamento	61
6.3 Cronograma	62
REFERÊNCIAS	64
ANEXO A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido	76
APÊNDICE A – Questionário Sociodemográfico	78
APÊNDICE B – Roteiro De Entrevista Semiestruturada	79
APÊNDICE C - Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO como espaço de encontro	80
APÊNDICE D - Egressos do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva quadro ilustrativo	76

1 INTRODUÇÃO

As mulheres negras como sujeitas da escrita em que eram tidas como objeto, demarcam a escrita como um ato político, opondo-se à posição colonial e renomeando uma realidade que sequer havia sido nomeada (KILOMBA, 2019). As narrativas em diferentes situações de nossos viveres compõem o tecido da vida e a espessura da arte do viver. Essa tecitura está permanentemente em construção, pois desde o nascimento até a morte, nas relações sociais estabelecidas, as narrativas estão presentes (CASTELLANOS, 2014).

A metáfora da máscara pode aqui ser trazida como a possibilidade de mulheres negras, que historicamente foram caladas, poderem trazer suas narrativas (auto)biográficas, na forma de relatos subjetivos em que os escritos possam exprimir o cotidiano de enfrentamento às opressões interseccionadas, como nos trazem Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021).

Em relação à Saúde Coletiva, esta pode ser definida como um campo de produção de conhecimentos voltados para a compreensão da saúde e a explicação de seus determinantes sociais, bem como o âmbito de práticas direcionadas prioritariamente para sua promoção, além de voltadas para a prevenção e o cuidado a agravos e doenças, tomando por objeto não apenas os indivíduos, mas sobretudo os grupos sociais, portanto, a coletividade e a produção da vida em sociedade (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998).

Longe de ser um campo neutro, a saúde coletiva pode ser interpretada como campo simbólico. Madel Luz (2009, p. 306) nos aponta que “adotando-se como guia analítico o conceito de campo torna-se menos difícil a compreensão da multiplicidade e da coexistência (por vezes conflituosa) dos saberes e práticas na saúde coletiva”. E a autora continua nos trazendo que analisando a saúde coletiva pela lente de Pierre Bourdieu (1989), “a disputa por “espaços discursivos” gera conflitos, pois a busca do poder simbólico está presente nos campos das ciências e das artes” (LUZ, 2009, p. 306).

Em se tratando novamente de um campo de produção de conhecimento, quais os conhecimentos relacionados às pessoas negras são trabalhados nos conteúdos programáticos da Saúde Coletiva? Em qual/is componentes curriculares está incluída a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2017)? E se analisarmos as ementas das disciplinas abordadas nos Programas de

Pós-graduação, quantos autoras e autores negros estarão incluídos para serem trabalhados?

Esses questionamentos possivelmente não serão resolvidos com essa pesquisa, embora, possam aparecer como atravessamentos nas discussões que serão abordadas. Não se constitui como objetivo dessa pesquisa evidenciar as respostas, entretanto, os questionamentos podem funcionar como dispositivos que geram possibilidades de trazer para discussão e possivelmente influenciar novas pesquisas que tratem sobre esses temas.

Em seu livro *Pequeno Manual Antirracista* (2019) a intelectual negra, filósofa Djamila Ribeiro nos alerta sobre a pouca indicação de produção acadêmica de mulheres negras como referência nas Instituições de Ensino Superior. A autora relembra que Sueli Carneiro, renomada feminista, nos brinda com a tradução do termo Epistemicídio, conceito que originalmente foi proposto pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos e traz em sua tese de doutorado

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É o fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos do conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos epistemicídio. (CARNEIRO, 2005, p. 324)

Parto do pressuposto de que o campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos, é constituído e normatizado pela branquitude, conceituando-a seguindo Lia Vainer Schumann (2012, p. 7) “como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca”. Nas sociedades estruturadas pelo racismo, esses sujeitos identificados como brancos serão os detentores dos privilégios materiais e/ou simbólicos, adquiridos a partir da opressão daqueles sujeitos identificados pela cor da pele como não brancos.

Racismo “é um fenômeno que tem como um de seus suportes a crença na naturalização da superioridade de certos grupos e em consequência a naturalização da existência de grupos naturalmente hierarquizados” (DEUS, 2020, p. 34). Em outra definição, o antropólogo congolês Kabengele Munanga dirá que

“definido como ideologia essencialista, postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais” (MUNANGA, 2003, p. 17).

E como nesse projeto o uso de metáforas é uma estratégia para ampliar possibilidades de conhecimento, peço novamente emprestadas as palavras de Kabengele Munanga (1996), em seu texto intitulado *As facetas de um racismo silenciado*, em que Munanga diz que “[...] o racismo é uma desumanização e uma negação da humanidade do outro, uma destruição muito profunda [...] racismo é como um iceberg, não enxergamos a parte mais profunda” (MUNANGA, 1996, p. 223-224).

Como outra categoria de análise, o sexismo, mas nunca podendo ser descolada do racismo, é necessário apresentar inicialmente o conceito de gênero como construção social, diferenciando do conceito de sexo biológico (aquele atribuído às questões anatômicas do corpo humano, atribuindo-se os termos mulher e homem).

Raewyn Connell, cientista social australiana e Rebecca Pearse, em seu livro denominado “Gênero, uma perspectiva Global, nos dirão que “o gênero é uma estrutura social de um tipo particular - envolve uma relação específica com os corpos. Acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 47).

Como perguntas Suleadoras² que vão compor essa pesquisa, apresento-as da seguinte maneira, tendo como a primeira pergunta: Qual a relação entre racismo, sexismo e a (in)visibilidade de mulheres negras doutoras em Saúde Coletiva, nos diversos espaços em que as mulheres negras atuariam na academia como produtoras de conhecimento científico no campo da Saúde Coletiva? Trata-se de uma questão fundamental a ser investigada, pois a Saúde Coletiva como campo de práticas e de produção de conhecimentos, bem como movimento social

² Aqui uso o termo “suleadora” em vez de norteadora por filiar-me com a concepção apresentada por Paulo Freire que apresenta o Sul, “concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo) (ADAMS, 2019).

(NUNES, 1994), não está imune aos efeitos de marcadores de desigualdades e opressões.

O programa de Doutorado em saúde coletiva da UNISINOS tem por objetivo

formar profissionais com sólido conhecimento técnico-científico para: responder às necessidades dos diferentes níveis de promoção à saúde, das políticas públicas e da gestão dos serviços de saúde; exercer a docência e a pesquisa, visando à compreensão do processo saúde-doença e de seus determinantes; incrementar a constante produção e a divulgação do conhecimento científico na área da saúde coletiva (UNISINOS, 2018, p. 3)

Estabelecidos os objetivos do programa de pós-graduação, faço a proposição da segunda pergunta suleadora como: “Quais seriam as possíveis razões que justificariam a presença de poucas mulheres negras nos programas de pós-graduação em nível de Doutorado em Saúde Coletiva e mulheres negras doutoras em Saúde Coletiva?”

E a terceira pergunta é: “Quais estratégias em relação às Políticas de ações afirmativas estão sendo realizadas e como estão sendo articuladas para implementação nos programas de pós-graduação em universidades públicas e privadas?” E a Universidade, enquanto Instituição de Ensino, formada por docentes e apoiadores, faz autoquestionamento sobre onde estão os docentes negros e negras na instituição? Como parte desse questionamento ainda poderíamos acrescentar qual seria o papel da Universidade na luta contra o racismo e na defesa das políticas afirmativas?

Em relação ao papel da universidade, a intelectual afro-estadunidense bell hooks nos diz que

se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade (HOOKS, 2017, p. 45)

Dessa maneira, o objetivo geral dessa pesquisa será analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico, no campo da saúde coletiva.

E os objetivos específicos serão de mapear os desafios encontrados por mulheres doutoras negras para se legitimarem no espaço acadêmico e científico e quais estratégias por elas elaboradas a fim de manter sua permanência nesse

campo; Identificar como operam o sexismo/ machismo presente no percurso de vida pessoal e acadêmica dessas mulheres doutoras em saúde coletiva; Identificar como operaram as ações afirmativas na trajetória dessas mulheres, da graduação aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Esse projeto está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, temos a Introdução, em que são abordados conceitos iniciais sobre racismo, sexismo, branquitude, saúde coletiva e pesquisa autobiográfica em que um dos métodos utilizado para a coleta de dados é o das narrativas. Na segunda-parte, aprofundam-se os conceitos, trazendo também a revisão narrativa sobre mulheres negras doutoras, que servirá de aporte teórico para o embasamento das questões norteadoras que a pesquisa pretende responder e um quadro de referencial teórico com os principais conceitos abordados. Na terceira parte, será descrita a metodologia usada para a realização da pesquisa, juntamente com cronograma e orçamento.

2 A PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA E O USO DAS NARRATIVAS

[...] não existe ciência social (nem mesmo ciência) que seja livre de toda subjetividade. A simples escolha de um conjunto de conceitos teóricos ao invés de outro, já pressupõe uma decisão subjetiva; mas, se não se faz essa escolha, fica-se a marcar passo. [...] não tentaremos pois, repudiar a subjetividade das ciências sociais numa época em que ela penetra até mesmo nas ciências naturais (TODOROV, 2006, p. 83).

Ao iniciar esse capítulo escolho uma citação de Tzvetan Todorov (2006) no livro intitulado *As Estruturas Narrativas*, em que o autor, no capítulo *A análise Estrutural da Narrativa*, tece considerações sobre a natureza das narrativas e sobre os princípios de sua análise. Como a ideia é trazer nesse capítulo inicialmente, autores que tratam de pesquisa (auto)biográfica, e que ancoram seus estudos em autores europeus, utilizo-me das palavras de Todorov, mas não somente nas palavras dele, para justificar minhas escolhas.

Nessa primeira parte do texto trago tópicos para discussão sobre pesquisa autobiográfica com uso de narrativas a partir de autoras e autores que realizaram produções bibliográficas relacionadas à área da Educação. Na sequência, apresentarei autoras negras que trazem narrativas como métodos de pesquisa e que estruturam seus estudos a partir da escrevivência de Conceição Evaristo (2020). Por último apresento alguns tópicos para discussão das pesquisas qualitativas na saúde coletiva e o uso das narrativas.

Outro autor europeu, Roland Barthes, ao escrever *Introdução à análise estrutural da narrativa* afirma que “a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade” (BARTHES, 2011, p. 19).

Christine Delory-Momberger ao explicar sobre a pesquisa com método biográfico aponta que

A pesquisa autobiográfica reconhece, todavia, um lugar particular à enunciação e ao discurso narrativo, na medida em que o narrativo, pelas suas características específicas, é a forma de discurso que mantém a relação mais direta com a dimensão temporal da existência e da experiência humana (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 525).

Ao estabelecer teorias sobre o campo da pesquisa biográfica, Christine Delory-Momberger anuncia que a pesquisa biográfica pode ser inscrita naquilo que se posiciona como uma das questões centrais da antropologia social, que consiste em saber como nos tornamos indivíduos. A autora nos traz que a pesquisa biográfica apresenta distinção de outras pesquisas por introduzir a temporalidade biográfica da experiência e da existência dos indivíduos (DELORY-MOMBERGER, 2012).

Ainda na Europa, António Nóvoa, ao estudar os processos de formação dos professores aponta que “o método biográfico permite que cada pessoa identifique na sua própria história de vida aquilo que foi realmente formador” (NÓVOA; FINGER, 2014, p.22). Na mesma área, Franco Ferrarotti postula que as narrativas autobiográficas são consideradas fontes primárias quando recolhidas de fonte direta, isto é, entre pesquisador e sujeito da pesquisa na interação entre esses; materiais biográficos secundários seriam todos aqueles que não foram utilizados pelo investigador e sujeito da pesquisa quando interagem, mas aqueles que assumem importância para os sujeitos da pesquisa, como fotografias, recortes recolhidos de jornais, correspondências (FERRAROTTI, 2014).

As pesquisas (auto)biográficas que nascem e têm articulações partindo dos princípios da pesquisa qualitativa, se vinculam inicialmente no Brasil, com as pesquisas na área educacional (SOUZA, 2007). Abordam a formação de professores, se inscrevem na formação de adultos e se destacam pelas diversas maneiras com que os sujeitos narram suas vidas, atribuem sentidos e como as marcas dessas narrativas afetam os sujeitos. (SOUZA, 2007; SOUZA; MEIRELES, 2018).

De acordo com Maria da Conceição Passeggi e Elizeu Clementino de Souza (2017), apresenta-se como um desafio tecer considerações sobre o movimento (auto)biográfico no Brasil, uma vez que se corre o risco de deixar de revelar importantes informações sobre o tema que, embora tenha uma história recente, apresenta volume considerável de pesquisas realizadas. Os autores consideram que o sujeito do biográfico “apropria-se de instrumentos semióticos (a linguagem, o grafismo, o desenho, os gestos, as imagens, etc.) para contar suas experiências sob a forma de uma narrativa autobiográfica” (PASSEGGI; SOUZA, 2017, p. 7).

Os autores supracitados partem do pressuposto que os sujeitos ao narrarem episódios das suas vidas, apropriam-se de elementos como a linguagem e outros

constituintes da semiótica (grafismo, desenhos, gestos, imagens) e contam suas experiências. Essa forma específica os autores chamam de narrativa autobiográfica. E é exatamente nesse processo de biografização que os indivíduos ao narrarem os acontecimentos das suas vidas, têm a oportunidade de reinterpretá-los dentro de uma nova configuração. (PASSEGGI; SOUZA, 2017).

Para Souza (2014) as narrativas (auto)biográficas que são coletadas através de pesquisa, têm sua centralidade nos percursos, nas trajetórias e nas experiências dos sujeitos. Essas narrativas “são marcadas por aspectos históricos e subjetivos frente às reflexões e análise construídas por cada um sobre o ato de lembrar, narrar e escrever sobre si” (SOUZA, 2014, p. 43).

Escolher o (auto)biográfico como método de pesquisa poderá ser considerada ousadia metodológica. Essa escolha coloca as narrativas no centro do processo metodológico. É nesse contexto que esse projeto de pesquisa se insere. Como uma ousadia ao trazer as narrativas de mulheres negras doutoras em saúde coletiva como fonte e método de uma investigação que tem caráter qualitativo, que produzirá conhecimento sobre as práticas sociais dessas mulheres e possibilitará a percepção do sentido dado a essas práticas (PASSEGGI; SOUZA, 2017).

Ao falarmos de narrativas de mulheres negras, a escritora Conceição Evaristo, intelectual negra, nos apresenta que o termo *escrevivência*

em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (EVARISTO, 2020, p. 30).

As autoras Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrini Machado, ao apresentar análise realizadas a partir de histórias de vida de mulheres negras e seus percursos na Política de Assistência Social (2017), utilizam o conceito de “*escrevivências*” como método de investigação e produção de conhecimento, sobretudo na Psicologia Social. As autoras pontuam que “ratificar a existência de autoras/es negras/os assume uma função compositiva na produção de subjetividade ao recuperar o protagonismo de narrativas próprias” e continuam dizendo que isso “concorre para o crescimento e desenvolvimento social e emocional da população negra” (SOARES; MACHADO, 2017, p. 205).

Conceição Evaristo (2020) nos traz que

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particular que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada (EVARISTO, 2020, p. 30-31).

As autoras Ludmilla Lis Andrade de Lima, Fátima Lima e Luiza Rodrigues de Oliveira (2022) realizaram pesquisa com 07 mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro. As pesquisadoras utilizaram-se de narrativas escrevíveis e da escrevivência como lentes epistemo-metodológicas, com o objetivo de entender o trauma na experiência dessas mulheres. Abordaram os eventos raciais do cotidiano que as histórias dessas mulheres trouxeram. Com a escrevivência de Evaristo e trazendo para a conversa autoras negras e autores negros, apresentaram que

as experiências subjetivas de mulheres negras não são iguais, mas são marcadas por um “em-comum” que acabam criando um campo cujas opressões se encontram, dialogam e constroem formas coletivas de reinscrever as vidas femininas negras em outros lugares (LIMA; LIMA; OLIVEIRA, 2022, p. 63).

Reafirmam que as experiências de mulheres negras se constituem como experiência singular, mas que é coletiva e ancestral, daí a necessidade de se falar mulheres negras e não mulher negra. Consideram que essa experiência é “ritualizada na experiência vivida do povo negro” (LIMA; LIMA; OLIVEIRA, 2022, p. 63).

É também nas palavras de Evaristo (2020) em que me amparo para afirmar que a minha experiência com a vivência na área da saúde se dá desde há tempos, pois é exatamente do trabalho em saúde, nas relações normalizadas de ser quase sempre a única profissional negra em atuação que realizo esse projeto. E em quadro não muito diferente na Educação, sendo uma das três mulheres negras docentes em uma instituição pública de ensino, com mais de 40 docentes. Adotando a ideia de que “experiência é o que nos acontece” (LARROSA, 2002, p. 21) e firmemente pautada na escrevivência de Evaristo (2020), trago nesse projeto a proposta de pesquisar mulheres negras doutoras a partir da experiência pela qual sou atravessada, sobre aquilo que me toca enquanto mulher negra, pesquisadora, praticando assistência em saúde na Odontologia no Sistema Único de Saúde e mais recentemente, sendo docente de saúde coletiva em uma Instituição de Pública

de Ensino. E que falará sobre a escrita de nós, mulheres negras, sobre as experiências singulares que vivenciamos, sobre a escrevivência como um exercício de tornar-se, trazendo as histórias singulares da autora mulher negra e das mulheres negras que participarão da pesquisa.

3 O QUE SE TEM PRODUZIDO SOBRE MULHERES NEGRAS DOUTORAS DOCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA

As revisões narrativas constituem-se como métodos de revisão de literatura em que são apresentados textos de artigos, como também capítulos de livros encontrados nas bases de pesquisas e que permitem ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica. Como não necessitam seguir metodologia criteriosa de busca e seleção de textos, não permitem que os resultados possam ser reproduzidos em outra pesquisa a ser realizada se forem seguidos os mesmos passos utilizados na realização da revisão (DYNIEWICZ, 2014).

Discutir a produção textual sobre mulheres negras doutoras docentes, através de uma revisão narrativa, em que são eleitos artigos e capítulos de livros que abordam o tema, poderá permitir uma atualização sobre a temática. Com o objetivo de responder ao questionamento “onde estão as mulheres negras doutoras docentes de cursos de pós-graduação?”, trago alguns estudos que foram realizados e que apresentaram algumas possíveis respostas a essa pergunta. Dessa forma, inicialmente discorro sobre alguns estudos de desenho qualitativo que podem colaborar na resposta à pergunta. Na sequência, os estudos quantitativos sinalizam para a pouca presença de mulheres negras doutoras atuando em Instituições de Ensino Superior.

No texto intitulado “Se eles fazem mil, temos de fazer mil e um”, Jonê Carla Baião (2021), mulher negra, doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, relata as atividades de sua tia, Dra. Carolina Maria de Azevedo, mulher negra, graduada e pós-graduada em Medicina, que em 2021 obteve o título de Doutora Honoris Causas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A autora relata, escrevendo de maneira potente, por vezes ainda com dúvidas se continuaria a escrita, que teve “receios de continuar engolindo sapos”, contemporizando os racismos cotidianamente que vivemos e amenizando para doer menos” (BAIÃO, 2021, p. 224).

A autora narra em alguns trechos detalhes da vida acadêmica da tia, Dra. Carolina Maria de Azevedo, mulher negra, que como muitas mulheres negras, viveu na pobreza por muitos anos, que sonhou e realizou o desejo de se formar em Medicina, não sem ter que vivenciar o racismo e sexismo presentes ao longo da

trajetória. Racismo que se apresentou bem cedo, quando ainda criança foi dito a futura Dra. Carolina que ela não poderia ser nada além de lavadeira ou doméstica, destino que foi imposto a muitas mulheres negras e pobres. De acordo com Baião (2021, p. 228-229), “Desistência é um luxo que nossas ancestrais não experimentaram. Resistência sim. Trazemos em nossas memórias, no corpo e na alma essa lição”. Dra. Carolina de Azevedo trabalhou como Técnica de Raio X em hospitais públicos durante o tempo de estudos da graduação e após a faculdade, atuou como docente para a formação de novos médicos, na Universidade Severino Sombra, em Vassouras, Rio de Janeiro.

Ainda na narrativa, Jonê Carla Baião traz que a tia Doutora Carolina, com seus títulos de Mestrado e Doutorado, necessitou de muita luta para alcançar a titularidade de docente em uma Instituição Pública de Ensino Superior. Realizou alguns concursos públicos, “algumas bancas misóginas e racistas, mas Carolina termina sua vida acadêmica como professora universitária e pesquisadora do Hospital Gaffrée e Guinle.” (BAIÃO, 2021, p. 233-234).

A história de Dra. Carolina Maria de Azevedo, compõe e reafirma o que nos trazem Joselina da Silva e Maria Simone Euclides (2018), pesquisando sobre mulheres negras docentes em Universidades do Ceará. Em sua pesquisa, as autoras descrevem as trajetórias dessas professoras e as diferentes maneiras que cada uma delas reage ao racismo e sexismo, que atuam no espaço acadêmico, concluindo que:

Apesar de serem carreiras que podem ser identificadas por ausências, tais trajetórias não devem ser encaradas pelo olhar do exótico ou da exceção que confirma a regra, mas de histórias que motivam a assunção de novas ações e gerações de jovens negras universitárias. Mais do que isso, trata-se de evidenciar trajetórias de mulheres negras recriando e transformando o espaço científico, chamando a atenção para dilemas e problemas que não deixaram de existir, como o racismo e o sexismo. (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 65).

Em estudo que analisa o cenário atual das mulheres negras no meio universitário, as autoras Camila Santos Pereira, Anamaria Ladeira Pereira e Fernando Pocahy (2021) apontam que os dispositivos racistas e sexistas atravessam as trajetórias de estudantes nas universidades. Exemplificam os movimentos contra as ações afirmativas raciais, que tiveram palco nos anos 2000, em que foi possível observar os diversos debates e a posição privilegiada daqueles que sempre estiveram com seus lugares garantidos na academia. Dito de outra forma, a branquitude seguiu impondo barreiras, a fim da manutenção dos seus

privilégios, mantendo pessoas que não pertencem a seu grupo racial, historicamente do lado de fora (PEREIRA; PEREIRA; POCAHY, 2021).

Em total consonância com a constatação do racismo e sexismo no ambiente acadêmico, Maisa dos Anjos Castro e Sales Augusto dos Santos, no estudo intitulado “Intelectuais negras de uma universidade pública: trajetórias planejadas ou impelidas?” (CASTRO; SANTOS, 2020), além de apresentarem as narrativas dessas mulheres, apresentam resultados que apontam para o número pequeno de mulheres negras brasileiras que alcançaram os títulos elevados de instrução formal. De acordo com os autores,

[...] se para as mulheres brancas brasileiras a construção da carreira acadêmica e seu ingresso numa universidade pública não são fáceis, em razão do machismo na sociedade brasileira, para as intelectuais negras brasileiras essa construção é mais complicada, pois contra elas há também a barreira da discriminação racial (CASTRO; SANTOS, 2020, p. 89).

Castro e Santos (2020) revelam que a pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, que à época da publicação do texto a pesquisa ainda estava em andamento, se tratava de assunto que praticamente não havia sido pesquisado em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no Brasil, e que por esse motivo, o conhecimento consolidado sobre o assunto, apresentava-se como ausente. Os autores entrevistaram mulheres negras doutoras docentes, na Universidade Federal de Viçosa ³, cada uma representando os centros de ciências a que os cursos eram pertencentes, a saber: Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE); e Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCH). Dessas mulheres, 3 delas se autodeclararam pretas e uma parda.

Os autores evidenciam machismo e racismo nas narrativas das mulheres negras doutoras entrevistadas. As mulheres, todas docentes nos departamentos citados anteriormente, convivem em interação com outros e outras docentes atuantes na Universidade e o resultado aponta que:

[...] Em virtude dessas interações, devemos considerar as relações entre homens e mulheres na universidade, que, por sua vez, sofrem influência das relações sociais mais amplas, as vividas em sociedade. Logo, essas relações também são marcadas pelo machismo presente em nossa sociedade. Mas as relações entre homens e mulheres não são

³ A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma universidade pública brasileira, com sua sede localizada na cidade de Viçosa, no estado de Minas Gerais, possuindo campus também nas cidades de Rio Paranaíba e Florestal. Para acessar a página da Ufv: <https://www.ufv.br>

condicionadas somente pelo machismo. Há mulheres e homens de todas as classes sociais, cores/ raças, orientações sexuais, com diferentes credos religiosos, com e sem deficiências, entre outras distinções que muitas vezes são utilizadas para subalternizar e/ou oprimir indivíduos considerados/as desiguais em função das suas supostas ou reais diferenças. Portanto, há também no Brasil outras formas de opressões além do machismo, que se interseccionam com esse e o potencializam, como, por exemplo, o racismo, a classe social, a discriminação por orientação sexual, entre outras. (CASTRO; SANTOS, 2020, p. 95).

E os autores continuam as análises trazendo que no Brasil, além do machismo, há outras formas de opressão que se entrecruzam, produzindo potencialidades entre essas opressões. O racismo, a classe social, a discriminação por orientação sexual, são algumas delas (CASTRO; SANTOS, 2020). Aqui podemos trazer como importante contribuição o que Carla Akotirene (2019) traz em seu livro de nome “Interseccionalidade”. A autora postula que para as mulheres negras, há um entrecruzamento de opressões que marcarão suas trajetórias, de forma que não podem ser comparadas às opressões a que estarão sujeitas mulheres brancas, considerando que para as brancas, o racismo não faz parte desse conjunto.

Continuando na intenção de proporcionar condições para que se possa identificar a pouca representação de mulheres negras na docência nos PPG, serão apresentados resultados de pesquisas que foram realizadas em alguns estados brasileiros, em Universidades Públicas, e que apontarão qual é a proporção de mulheres negras docentes atuantes e a disparidade em relação à proporção de mulheres brancas docentes.

Com objetivo de traçar um olhar panorâmico sobre o perfil de sexo e cor/raça no conjunto de docentes de quatro Instituições Públicas de Ensino Superior, Luiz Mello (2020) realizou uma pesquisa de caráter quantitativo tendo como campo a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e três Instituições federais: Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Mello declara que sua intenção ao escrever o texto não era a de realizar “uma densa análise dos significados das múltiplas correlações possíveis entre sexo, cor ou raça e outros eixos de opressão” (2020, p.15). Entretanto, a ideia do autor era a de reunir informações sobre os perfis de docentes atuantes nas Instituições Públicas de Ensino Superior de Goiás e dessa forma, trazer contribuição para acessar determinadas informações sobre o perfil dessa classe de

trabalhadores que se caracterizam por ocupar um lugar em bases de dados que em geral, não se tornam acessíveis ao público em geral (MELLO, 2020).

Ao apresentar os resultados de sua pesquisa, o autor traz que é necessário ressaltar a enorme diferença existente entre o número total de docentes pretas/os (2,29%) e pardas/os (12,08%) de um lado e docentes brancas/os (41,6%) de outro, quando analisado somente docentes de ensino superior. E que a distância apresentada entre os grupos se torna maior na medida em que a análise se dá através de profissionais de titulação maior, ou seja, docentes com doutorado: 42,48% brancas/os; 9,17% pardas/os e 1,87% pretas/os.

Fernanda Aparecida de Souza e Silvani dos Santos Valentim (2020) apresentam o estudo cujo objetivo foi analisar a presença de professoras negras nos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As autoras realizaram mapeamento do corpo docente de todos os Programas de Pós-Graduação, consultando os sítios eletrônicos dos programas e na sequência, a identificação do pertencimento raciais das professoras, segundo a autodeclaração informada no Currículo Lattes. As sujeitas da pesquisa são mulheres negras e o surgimento das categorias de raça e gênero, à luz da interseccionalidade, podem evidenciar os impactos dessas duas categorias e a interação com contextos em que estão inseridas.

As autoras apresentam nos resultados que mulheres estão mais presentes nas Ciências da Saúde com 59% e os homens com 41%. De acordo com a raça, a distribuição das professoras nos programas de pós-graduação da UFMG, se apresenta com 66% autodeclarada branca; 11% autodeclarada parda; 2% são autodeclaradas pretas; amarelas e indígenas, não somam 2% juntas. Dando sequência às análises, apontam que a área do conhecimento de Linguística, Letras e Artes concentra maior número de professoras negras que atuam nesses Programas de pós-graduação, no total de 9 docentes. Em seguida, Ciências Biológicas com 7 professoras negras, Ciências da Saúde com 5, Ciências Humanas com 4 e Ciências Sociais com apenas 1 mulher negra docente. Nas Ciências da Saúde, 4 das 5 mulheres negras estão no Programa de pós-graduação da enfermagem.

Souza e Valentim, ao analisarem os resultados, concluem que enquanto para as mulheres brancas, detentoras do direito de trânsito facultado em programas de pós-graduação considerados masculinos- e que podem circular entre os

programas, as professoras negras estão segregadas no âmbito da pós-graduação stricto sensu a determinadas áreas do conhecimento (SOUZA; VALENTIM, 2020).

Em consonância com a pesquisa de Souza e Valentim (2020), o estudo intitulado “Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado”, de Ana Lucia Nunes de Souza *et.al* (2021), problematiza o racismo e o sexismo na academia brasileira, analisando a presença/ausência de professoras negras em programas de pós-graduação em ciências da saúde de duas Universidades Federais Fluminenses, a saber, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). O estudo realizado teve delineamento quantitativo, utilizando variáveis que pudessem reconstruir o perfil étnico-racial, considerado negro e não negro; considerou também perfil de gênero, homens e mulheres. As coletas dos dados foram realizadas considerando às informações disponíveis nos sites institucionais dos programas que foram utilizados na pesquisa.

As autoras concluem que a quase inexistência de professoras/pesquisadoras negras nas vagas de docentes nos PPGs pode ser representada pelos seguintes dados: embora as mulheres sejam a maioria, tanto na UFRJ com 60% e na UFF com 63% dos docentes nos programas, quando analisadas isoladamente, as mulheres negras que ocupam vagas de docência nos programas correspondem a 3,58% na UFRJ e 9,3% na UFF. O caráter racial está sobreposto ao gênero na ocupação de vagas de professoras.

A pesquisa das autoras supracitadas evidenciou as dinâmicas geradas pelo racismo e sexismo, pontuando que os cursos das áreas de enfermagem e nutrição, estruturalmente conceituados como área de cuidado e ligados de forma condicional ao feminino, concentram as mulheres negras. Considerando que do total de 472 docentes da UFRJ, sendo a maioria formada por mulheres, apenas 10 correspondem a mulheres negras; na UFF, dos 273 docentes, 13 vagas são ocupadas por mulheres negras. Quando analisado esse universo feminino, a cor que está apresentada é a branca. Dessa forma, uma das considerações a que chegam as autoras é a de que o racismo desponta como importante sistema de poder, operando no contexto institucional e disciplinar. Neste último, associado ao sexismo, que determina as hierarquias de gênero nas áreas de saúde. Observa-se um aumento do número de professoras negras a partir da implementação das políticas de ações afirmativas, o que permite discutir sobre seus importantes efeitos

no combate às desigualdades raciais, mas ainda insuficientes. (SOUZA *et. al*, 2021, p. 24).

Colaborando com as considerações desse estudo, a professora e pesquisadora da PUCRS Data Social, Izete Pengo Bagolin declara que as políticas de inclusão tiveram impactos positivos quando ampliaram o acesso de estudantes negros/as ao ensino superior. Entretanto, revela que essas “políticas ainda não foram suficientemente capazes de diminuir as persistentes desigualdades enraizadas em nossa sociedade” (COSTA, 2022).

A pesquisadora Ana Lucia Nunes de Souza e colaboradoras (2021), consideram a importância de que sejam realizados trabalhos futuros, fundamentalmente com desenho qualitativo com as docentes negras e seus contextos de atuação, podendo dessa maneira, proporcionar que sejam evidenciadas outras dimensões como trajetórias profissionais e pessoais dessas mulheres.

Essa revisão narrativa pode evidenciar que há disparidade entre número de docentes negras e docentes brancas que atuam. E os autores continuam as análises trazendo que no Brasil, além do machismo, há outras formas de opressão que se entrecruzam, produzindo potencialidades entre essas opressões. O racismo, a classe social, a discriminação por orientação sexual, são algumas delas (CASTRO; SANTOS, 2020). Aqui podemos trazer como importante contribuição o que Carla Akotirene (2019) traz em seu livro de nome “Interseccionalidade”. A autora postula que para as mulheres negras, há um entrecruzamento de opressões que marcarão suas trajetórias, de forma que não podem ser comparadas às opressões a que estarão sujeitas mulheres brancas, considerando que para as brancas, o racismo não faz parte desse conjunto.

Letícia Laureano dos Santos (2020), ao realizar pesquisa com mulheres negras docentes que atuavam em Instituições de Ensino Superior no âmbito do ensino privado, apresenta que uma das entrevistadas, em narrativa, declara ter experimentado sentimento de exclusão em um ambiente acadêmico elitizado. E em outro ponto do texto, a autora descreve que a entrevistada Niara, ao relatar sua trajetória atuando em uma Instituição de Ensino, que ostentava o adjetivo de ser exigente, nos apresenta que “eles estavam acostumados com a professora da manhã e coordenadora, que eram brancas e chegando lá, viam uma negra da minha estrutura”. E a entrevistada continua sua narrativa dizendo que “no início

sofri, sim, um pouco de preconceito por algumas crianças, pais e freiras, que eram as nossas coordenadoras” (SANTOS, 2020, p. 928). E Niara continua pontuando, mesmo com a decisão de sair dessa escola em que sofreu episódio de racismo e procurar estabelecer-se como docente em outra escola, também no âmbito privado de oferta de ensino, sentiu-se prejudicada, sendo vítima de preconceito por parte da coordenação da escola.

A autora evidenciou que as docentes negras necessitam estar em constante demonstração de suas capacidades nos espaços de atuação profissional e que, a presença de mulheres negras docentes no ambiente acadêmico, causa estranhamento à sociedade (SANTOS, 2020). O espaço acadêmico longe de ser um espaço neutro, é um espaço branco e nesse espaço privilegiado, às pessoas negras tem sido negado o privilégio de fala, como nos traz Grada Kilomba (2019).

Continuando estudos que tratam sobre docentes negros/as, Santos, Matos e França (2020), no artigo intitulado “A raça e o gênero na docência do ensino superior”, cujo objetivo foi analisar as desigualdades raciais e de gênero na docência superior brasileira, recorreram a dados censitários e pesquisas empíricas que apresentassem recorte racial e de gênero. Dessa forma, a ideia era que fosse possível compreender as disparidades existentes entre homens e mulheres e entre brancos e negros no magistério superior. Os autores realizaram pesquisa de investigação em relatórios sobre o corpo docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e concluíram que o “ambiente acadêmico predominantemente masculino, marcado pela ausência ou quase inexistência de docentes negros nas instituições” (SANTOS; MATOS; FRANÇA, 2020, p. 1).

Ao apresentar dados relativos à presença de docentes negras/os nas Instituições de Ensino Superior (IES), verificaram que docentes negras apresentavam dados de dupla exclusão. Os autores chamaram a atenção para a baixa representatividade dos negros na docência. Analisando a interseção de gênero e raça, foi possível constatar que a maior disparidade ainda envolve a condição da mulher negra como professora universitária. Concluem que o racismo exerce cerceamento de oportunidades aos negros e às mulheres negras no Brasil (SANTOS; MATOS; FRANÇA, 2020).

Continuando na intenção de proporcionar condições para que se possa identificar a pouca representação de mulheres negras na docência nos PPG, serão apresentados resultados de pesquisas que foram realizadas em alguns estados

brasileiros, em Universidades Públicas, e que apontarão qual é a proporção de mulheres negras docentes atuantes e a disparidade em relação à proporção de mulheres brancas docentes.

Com objetivo de traçar um olhar panorâmico sobre o perfil de sexo e cor/raça no conjunto de docentes de quatro Instituições Públicas de Ensino Superior, Luiz Mello (2020) realizou uma pesquisa de caráter quantitativo tendo como campo a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e três Instituições federais: Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Mello declara que sua intenção ao escrever o texto não era a de realizar “uma densa análise dos significados das múltiplas correlações possíveis entre sexo, cor ou raça e outros eixos de opressão” (2020, p.15). Entretanto, a ideia do autor era a de reunir informações sobre os perfis de docentes atuantes nas Instituições Públicas de Ensino Superior de Goiás e dessa forma, trazer contribuição para acessar determinadas informações sobre o perfil dessa classe de trabalhadores que se caracterizam por ocupar um lugar em bases de dados que em geral, não se tornam acessíveis ao público em geral (MELLO, 2020).

Ao apresentar os resultados de sua pesquisa, o autor traz que é necessário ressaltar a enorme diferença existente entre o número total de docentes pretas/os (2,29%) e pardas/os (12,08%) de um lado e docentes brancas/os (41,6%) de outro, quando analisado somente docentes de ensino superior. E que a distância apresentada entre os grupos se torna maior na medida em que a análise se dá através de profissionais de titulação maior, ou seja, docentes com doutorado: 42,48% brancas/os; 9,17% pardas/os e 1,87% pretas/os.

Fernanda Aparecida de Souza e Silvani dos Santos Valentim (2020) apresentam o estudo cujo objetivo foi analisar a presença de professoras negras nos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As autoras realizaram mapeamento do corpo docente de todos os Programas de Pós-Graduação, consultando os sítios eletrônicos dos programas e na sequência, a identificação do pertencimento raciais das professoras, segundo a autodeclaração informada no Currículo Lattes. As sujeitas da pesquisa são mulheres negras e o surgimento das categorias de raça e gênero, à luz da interseccionalidade, podem evidenciar os impactos dessas duas categorias e a interação com contextos em que estão inseridas.

As autoras apresentam nos resultados que mulheres estão mais presentes nas Ciências da Saúde com 59% e os homens com 41%. De acordo com a raça, a distribuição das professoras nos programas de pós-graduação da UFMG, se apresenta com 66% autodeclarada branca; 11% autodeclarada parda; 2% são autodeclaradas pretas; amarelas e indígenas, não somam 2% juntas. Dando sequência às análises, apontam que a área do conhecimento de Linguística, Letras e Artes concentra maior número de professoras negras que atuam nesses Programas de pós-graduação, no total de 9 docentes. Em seguida, Ciências Biológicas com 7 professoras negras, Ciências da Saúde com 5, Ciências Humanas com 4 e Ciências Sociais com apenas 1 mulher negra docente. Nas Ciências da Saúde, 4 das 5 mulheres negras estão no Programa de pós-graduação da enfermagem.

Souza e Valentim, ao analisarem os resultados, concluem que enquanto para as mulheres brancas, detentoras do direito de trânsito facultado em programas de pós-graduação considerados masculinos- e que podem circular entre os programas, as professoras negras estão segregadas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* a determinadas áreas do conhecimento (SOUZA; VALENTIM, 2020).

Em consonância com a pesquisa de Souza e Valentim (2020), o estudo intitulado “Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado”, de Ana Lucia Nunes de Souza *et.al* (2021), problematiza o racismo e o sexismo na academia brasileira, analisando a presença/ausência de professoras negras em programas de pós-graduação em ciências da saúde de duas Universidades Federais Fluminenses, a saber, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). O estudo realizado teve delineamento quantitativo, utilizando variáveis que pudessem reconstruir o perfil étnico-racial, considerado negro e não negro; considerou também perfil de gênero, homens e mulheres. As coletas dos dados foram realizadas considerando às informações disponíveis nos sites institucionais dos programas que foram utilizados na pesquisa.

As autoras concluem que a quase inexistência de professoras/pesquisadoras negras nas vagas de docentes nos PPGs pode ser representada pelos seguintes dados: embora as mulheres sejam a maioria, tanto na UFRJ com 60% e na UFF com 63% dos docentes nos programas, quando analisadas isoladamente, as mulheres negras que ocupam vagas de docência nos

programas correspondem a 3,58% na UFRJ e 9,3% na UFF. O caráter racial está sobreposto ao gênero na ocupação de vagas de professoras.

A pesquisa das autoras supracitadas evidenciou as dinâmicas geradas pelo racismo e sexismo, pontuando que os cursos das áreas de enfermagem e nutrição, estruturalmente conceituados como área de cuidado e ligados de forma condicional ao feminino, concentram as mulheres negras. Considerando que do total de 472 docentes da UFRJ, sendo a maioria formada por mulheres, apenas 10 correspondem a mulheres negras; na UFF, dos 273 docentes, 13 vagas são ocupadas por mulheres negras. Quando analisado esse universo feminino, a cor que está apresentada é a branca. Dessa forma, uma das considerações a que chegam as autoras é a de que o racismo desponta como importante sistema de poder, operando no contexto institucional e disciplinar. Neste último, associado ao sexismo, que determina as hierarquias de gênero nas áreas de saúde. Observa-se um aumento do número de professoras negras a partir da implementação das políticas de ações afirmativas, o que permite discutir sobre seus importantes efeitos no combate às desigualdades raciais, mas ainda insuficientes. (SOUZA *et. al*, 2021, p. 24).

Colaborando com as considerações desse estudo, a professora e pesquisadora da PUCRS Data Social, Izete Pengo Bagolin declara que as políticas de inclusão tiveram impactos positivos quando ampliaram o acesso de estudantes negros/as ao ensino superior. Entretanto, revela que essas “políticas ainda não foram suficientemente capazes de diminuir as persistentes desigualdades enraizadas em nossa sociedade” (COSTA, 2022).

Essa revisão narrativa pode evidenciar que há disparidade entre número de docentes negras e docentes brancas que atuam nos programas de pós-graduação, em Instituições de Ensino Superior, tanto no âmbito privado quanto em Instituições Públicas. Foi possível observar que racismo e sexismo, duas categorias de análise que de forma alguma podem ser consideradas separadamente, figuram constantemente nas considerações dos autores/autoras que parecem, pelos resultados apresentados, ser presença constante nas trajetórias das mulheres negras que participaram das pesquisas, sobretudo das pesquisas com desenho qualitativo.

Quanto às pesquisas de desenho quantitativo, embora estatisticamente fosse evidenciado o número reduzido de docentes negras e negros nas Instituições

de Ensino Superior e não fossem realizadas inferências sobre o racismo ser uma das justificativas para explicar o percentual de docentes negras, é possível inferir que entre os obstáculos enfrentados por docentes negras e negros para alcançar o caminho da docência em Instituições de Ensino Superior, o racismo esteja como um dos elementos implicados nessa trajetória.

3.1 Fórum dos Direitos Humanos da Diversidade, Equidade de Raça e Gênero e Classe (Rede Unida) e E'lééko: espaços de quilombamento, lugares de fortalecimento

Começo essa conversa pedindo licença àquelas e àqueles que vieram antes, que abriram os caminhos, que lutaram para que hoje nós, povo negro, pudéssemos estar aqui. E pudéssemos falar inclusive com os pés nesse lugar, a Academia, lugar que foi dito que não era para nós. Recordando Fernanda Carneiro (2006) no livro intitulado “o Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe” “Nossos Passos Vêm de Longe...”

Faço empréstimo das palavras de outra mulher negra, Beatriz Nascimento que nos apresenta o quilombo “como instrumento ideológico contra as formas de opressão” (NASCIMENTO, 2021, p. 163). E nas palavras da autora

Durante sua trajetória o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política. como instituição, guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política, apregoa ideais de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade corrigem distorções impostas pelos poderes dominantes (NASCIMENTO, 2021, p. 166).

Aquilombamento é o sentimento, é a energia, é o afeto, é o acolhimento de pessoas negras e também das pessoas brancas que queiram estar juntas. É exatamente por ser acolhedor que podemos transitar, compartilhar e produzir afeto.

O Fórum dos direitos humanos, da diversidade, equidade de raça e gênero e classe, parte integrante da Rede Unida ⁴, tem se apresentado como um espaço de luta, compartilhamentos e ações a favor de uma sociedade mais justa e de uma

⁴ A Associação Rede Unida é uma entidade internacional, sediada no Brasil, que se estrutura por uma Coordenação Internacional, Coordenações Regionais no Brasil, Núcleos Internacionais nos quais mantém relações de cooperação e Fóruns Temáticos, sendo o de Residências em Saúde; dos Direitos Humanos, da Diversidade e da Equidade de Raça e Gênero; Fazer-SUS; Internacional da Rede Unida; e Fórum Povos. Mantém ainda a Editora Rede Unida e TV Rede Unida com importante contribuição à publicação difusão de materiais formativos, científicos, debates e seminários sobre variados temas relacionados à saúde e à vida.

saúde que se deseja ser coletiva, integral e universal. Não o universal que está posto, dificulta o acesso das pessoas negras aos serviços de saúde, mas sim, que luta pela equidade na saúde.

Atuando com coordenação compartilhada, formada por estudantes (graduandos, graduados, mestrands, mestres/as, doutorands, doutoras e doutores) e mais quantos outros títulos acadêmicos quiserem participar, o Fórum de Direitos Humanos – Fórum DH representa um espaço de aquilombamento. Com produções acadêmicas, discussões em torno de Direitos Humanos, problematizando quem são os humanos que teriam esses direitos, marcando posição na luta antirracista, trazendo à tona discussões sobre o racismo na saúde, sobre a não presença do racismo como determinante social da saúde nos cursos de formação da saúde, desde a graduação até a pós-graduação, entre outras importantes discussões.

O grupo Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO, vinculado ao curso de Psicologia da UFPel e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS é um outro espaço de aquilombamento que gostaria de apresentar aqui nesse texto. O Núcleo tem como objetivo conhecer, discutir e problematizar diferentes perspectivas teóricas e políticas em torno do antirracismo; estimular reflexões sobre usos e interpretações de matrizes do pensamento negro; provocar novos aquilombamentos intelectuais na produção do conhecimento; integrar estudantes de graduação e pós graduação da UFPel e da UFRGS, bem como comunidade em geral a partir do tema antirracismo.

É também nesse quilombo que se apresenta virtual por necessidade, considerando que os integrantes estão em várias cidades do Rio Grande do Sul e de outros Estados brasileiros, que são debatidas as possíveis justificativas apresentadas para tentar dar conta da invisibilidade de mulheres negras na academia, sobretudo, a pouca presença de mulheres negras doutoras na saúde coletiva.

3.2 A Escrivência de Conceição Evaristo como ferramenta analítica nas pesquisas qualitativas

A intelectual negra Maria da Conceição Evaristo de Brito declarou em entrevista à revista PUC/RS (ACAUAN, 2018) que em sua dissertação de mestrado (1994), realizou um jogo entre as palavras escrever, viver, escrever-se vendo e

escrever vendo-se e a partir desse jogo, surgiu a palavra escrever. Mais tarde, Evaristo começou a usar a palavra escrevivência. A autora relata que em 2005, após declarar que “nossa escrevivência não era para adormecer a casa-grande, e sim para acordá-la de sonos injustos”, o termo escrevivência passou a ser mais amplamente utilizado.

Conceição Evaristo em entrevista a Catarinas diz que o termo escrevivência “é criado inclusive de uma vivência, de uma experiência, de uma condição, de uma memória ancestral, de uma memória histórica (EVARISTO, 2021). A escritora, refletindo sobre uma de suas obras intitulada Becos da Memória, declara que “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas” (EVARISTO, 2017, s/p). A autora afirma que escrever a obra Becos da Memória se constituiu no encaixe da escrevivência, buscando a voz daquelas e daqueles que contam, que narram, e que se juntam à voz da autora. Declara também que na base da narrativa que usou na escrita de seu livro Becos da Memória está não somente a sua vivência, mas a vivência que foi daqueles seus e suas que vieram antes. (EVARISTO, 2017).

Fernanda Felisberto, mulher negra docente em Instituição de Ensino Superior, nos conta que ao exercer o papel de orientadora de trabalhos de final de curso, esse papel tem uma participação especial no crescimento espiritual e intelectual das/dos estudantes. E que no diálogo com Conceição Evaristo, “a escrevivência vem a cada dia, ganhando múltiplos sentidos dentro da academia, colocando a autora em diálogo com diferentes intelectuais que têm a experiência do racismo (FELISBERTO, 2020, p. 156).

Autores como Oliveira, Sampaio e Tocantins (2022) realizaram pesquisa cujo objetivo foi analisar como o conceito de escrevivência tem se alargado nas ciências humanas e sociais. Pesquisaram autores que se inserem nas áreas de literatura educação formal e informal, psicologia social e clínica, música e fotografia. Consideraram que a noção de escrevivência, cujo nascimento surgiu na literatura brasileira, foi enraizado nas outras áreas componentes das ciências humanas e sociais (OLIVEIRA; SAMPAIO; TOCANTINS, 2022).

Autoras e autores que utilizam a escrevivência como ferramenta analítica (NEVES; HECKERT, 2021), analisaram histórias de mulheres produzidas em rodas de conversa em três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), consideram que a escrevivência é a experiência de narrar histórias, sobretudo, as

histórias que atravessam também a vida da pesquisadora mulher negra periférica (NEVES, 2020).

Lissandra Vieira Soares apresenta o conceito de escrevivência ao utilizar o conceito como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social, realizando entrevista com narrativas de história de vida de mulheres que utilizavam a política nacional de Assistência Social, na assistência em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em sua dissertação de mestrado. A autora relata que ficcionalizou histórias de vidas das mulheres que entrevistou, mas que também ao utilizar-se da ficção, recuperou histórias de suas memórias construídas ao longo de sua trajetória familiar e profissional (SOARES; MACHADO, 2017). “A escrevivência, no contexto da pesquisa etnográfica, emergiu como uma escolha analítico-metodológica para apresentar as histórias de vida dessas mulheres, que se articulam entre si bem como com a minha trajetória de mulher negra” é o que nos apresenta a pesquisadora quando analisa a importância do conceito de escrevivência para sua pesquisa (SOARES, 2017, p. 52).

Leandro Limoni de Campos Fonseca (2022) em seu texto intitulado *Narrativa e Escrevivência: Paul Ricoeur e Conceição Evaristo em Diálogo* em que o autor traça um diálogo entre alguns aspectos sobre narrativas, a partir do autor europeu Paul Ricoeur e o conceito de Escrevivência de Conceição Evaristo. Para a escrita desse projeto, escolho parte do texto do autor que falará sobre a escrevivência. Nesse sentido, Leandro Fonseca considera que a escrita ou a escrevivência em Conceição Evaristo

[...] remete a um ato carregado de resistência. Um ato de insurgência contra o sequestro da voz das mulheres negras, representadas na figura, na matriz de sentido da Mãe Pedra, escravizada que era colocada para cuidar das crianças da casa-grande. Um espaço, por isso mesmo, conquistado. A escrita passa a ser uma forma de afirmação e tessitura da vida a partir de um lugar outro que aquele habitualmente ocupado pelo sujeito epistêmico, ético e político universal que espelha o homem branco europeu cristão (FONSECA, 2020, p. 287).

Narrar a história das mulheres negras doutoras em saúde coletiva ou saúde pública contando a minha história de mulher negra doutoranda em saúde coletiva, pesquisadora negra, docente e trabalhadora no Sistema Único de Saúde é realizar o exercício da escrevivência de Evaristo. É escrever sobre nós, mulheres negras, é realizar uma subversão da produção de conhecimento, pois introduz uma incisão (recordando que sou cirurgiã-dentista de formação acadêmica) com caráter artístico

na escrita científica. Serão vozes de mulheres negras que conseguiram resistir ao rol de opressões perpetrado durante os anos de vida acadêmica da graduação, passando pelo mestrado e que chegaram ao doutorado.

Fernanda Felisberto (2020, p. 173) se coloca no lugar da docente que fornece o unguento, a poção para ajudar acadêmicas/os a construir rotas para a cicatrização, para diminuir a dor provocada pelas diversas opressões a que nós mulheres negras estamos sujeitas na academia. Qual o lugar de docente que você quer ocupar?

3.3 Estilhaçando a máscara e escancarando o racismo, o sexismo e a branquitude na saúde coletiva: uma discussão acerca do desconforto provocado pelas ações dos verbos no título do projeto

Escolher o nome do projeto de pesquisa da tese implica, metodologicamente, alinhar as diversas seções que o compõe, de maneira que para o/a leitor/a, seja possível através da leitura do nome, no alto do texto, tecer algumas ideias sobre quais discussões serão realizadas durante a execução desse projeto.

Não se constitui novidade o uso de verbos que imprimem movimento (estilhaçando, escancarando) em títulos de artigos científicos, como por exemplo no artigo intitulado *Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras* (ROSA; ALVES, 2020) e em notícias de jornais “*Escancarando o racismo no Brasil: A importância de um clipe para o combate ao racismo!*” (TORRES, 2019). Estamos em recente período de término da pandemia da COVID 19 e a notícia “*Pandemia escancarou racismo e péssima condição de vida dos negros*” pode ser lida em jornal com site na internet (RÁDIO SENADO, 2020).

Evellyn Gonçalves da Rosa e Miriam Cristiane Alves realizaram pesquisa com estudantes negros e negras na Universidade Federal de Pelotas (RS), em um *setting* terapêutico componente de estágios curriculares que fazem parte do curso de psicologia com o objetivo de compreender os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade e o silenciamento impostos pelo racismo na perspectiva de contribuir para uma escuta psicológica qualificada. As autoras apontam em suas considerações que “o encontro entre iguais, a

constituição de coletivos negros e a escuta clínica figuram como importantes estratégias para permanecer e existir na universidade, estilizando a máscara do silenciamento” (ROSA; ALVES, 2020, p. 1).

A notícia sobre um vídeo clip⁵, produzido por um cantor e escritor negro Emicida, em que traz o seguinte texto:” O clipe conta a história de uma família negra que está comemorando uma conquista acadêmica de sua filha em um restaurante “rico”. Aquela família causou incômodo nos clientes presentes. Todos os brancos os associaram como pessoas sujas, assaltantes, funcionários de limpeza e escravos. Nas palavras do autor: “O clipe é um verdadeiro tapa na cara de quem acha que “não existe racismo no Brasil”. A contextualização presente no texto, relacionando o vídeo clipe do artista Emicida, evidencia o racismo presente no cotidiano e a necessidade de que as discussões sobre o racismo continuem sendo realizadas.

Se analisarmos que não constitui como inédito usar verbos no gerúndio, um questionamento a ser feito é: quais seriam os possíveis incômodos gerados pelo título desse projeto a alguns professores do programa de pós-graduação em saúde coletiva? Provavelmente não teremos respostas a esse questionamento, o que me move para tecer algumas considerações.

As pessoas negras experenciam o racismo cotidianamente. Como sanitarista, no cotidiano do meu trabalho de assistência odontológica no SUS e como acadêmica em doutoramento na saúde coletiva. Sobre práticas racistas e o desconforto causado em pessoas brancas, Grada Kilomba nos diz que

[...] só se tornam visíveis nas esferas públicas e acadêmicas quando a normalidade da cultura nacional branca é subitamente perturbada, quando nossas experiências com o racismo colocam em risco o conforto da sociedade branca. Nesse momento, nós e nossa realidade com o racismo nos tornamos visíveis, faladas/os e até mesmo escritas/os, não porque talvez possamos estar em perigo ou em risco, ou precisar de proteção legal, mas sim porque tal realidade desconfortável perturba a estável imunidade branca (KILOMBA, 2019, p .72)

Deslocar o confortável e estável lugar da branquitude na academia (e em outros lugares de poder) gera sentimentos não agradáveis aos detentores dos privilégios. Assim, fazer com que uma verdade saia do submerso e chegue à

⁵ O videoclipe Emicida - Eminência Parda part. Dona Onete, Jé Santiago e Papillon pode ser visualizado no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=fXHpmuPJ4Ks>. Acesso em: 01 de jul de 2023.

superfície, pode causar incômodo para os que sempre estiveram confortavelmente em suas posições. A socióloga branca Robin Diangelo (2018) afirma não ser possível avançar nas discussões sobre relações raciais se não deslocar o *status quo* racial. É necessário que pessoas brancas saiam dos seus lugares confortáveis, se tiverem desejo de virar a chave e avançar nas discussões das prováveis causas do desconforto.

O pressuposto dessa tese é de que a saúde coletiva é normalizada e normatizada pela branquitude, conceito utilizado nesse projeto e ancorado em autoras e autores, negras/os e brancas/os. Na escrita desse projeto, trago autoras e autores que não pouparam esforços para evidenciar o racismo e o sexismo presentes nas relações sociais, sobretudo, a relação da academia como instituição de ensino superior e as enormes barreiras ao acesso das pessoas negras à concretização desse direito.

Através da revisão bibliográfica nesse projeto foi possível evidenciar que racismo e sexismo são categorias de análise e que estiveram pautadas nas narrativas de mulheres negras doutoras (ainda que não doutoras em saúde coletiva ou saúde pública) e que puderam explicar a pouca presença das mulheres negras nas universidades, seja na condição de estudantes, seja como docentes.

No prólogo desse projeto escrevo que sou a única doutoranda negra a ingressar nesse programa de pós-graduação em 2021/2. Como contribuição às análises, o Apêndice D evidencia os egressos do Doutorado em Saúde Coletiva desse programa, desde 2016 até 2022, utilizando-se as informações que estão disponíveis na página do programa. Foi construído um quadro com variáveis homem, mulher, ano de obtenção do título e cor da pele (de acordo com a fotografia do currículo LATTES, cujo endereço igualmente é apresentado na página do programa). A maioria absoluta dos egressos tem a cor branca. Até a finalização da escrita desse projeto (julho de 2023), figurava como doutora em saúde coletiva nesse programa uma mulher negra, no ano de 2021.

Considero importante observar que não foram levantados dados sobre todos os egressos dos programas de pós-graduação em saúde coletiva que estão em atividade nas Instituições de Ensino Superior espalhadas pelo Brasil, pois não se constitui em objetivo específico desse projeto que está sendo apresentado. Talvez futuras pesquisas possam ser realizadas e possam apresentar esses dados. Entretanto, estou fazendo um projeto de pesquisa cujo desenho é qualitativo e que

traz no seu título as narrativas (auto)biográficas de mulheres negras doutoras em saúde coletiva; portanto, estou narrando a minha história que tem como componente esse programa de pós-graduação do qual sou estudante. E ao trazer as narrativas de mulheres que participarão do projeto, através do conteúdo de suas falas, poderemos ter a afirmação ou negação do pressuposto de que a saúde coletiva, como campo de conhecimento e portanto, campo de tensões, não livre de disputas de poder, é um espaço racista, sexista e normalizado pela branquitude.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui serão apresentados conceitos que serão trabalhados nesse projeto e que servirão como base referencial para discussão durante a pesquisa. A partir da escolha de autoras e autores, negras, negros, brancas e brancos que estudam racismo e as relações raciais, sexismo e branquitude, o quadro abaixo poderá auxiliar na compreensão da estrutura que será abordada.

Quadro 01: Referencial teórico

CONCEITO	DIMENSÃO	AUTORAS/AUTORES
Racismo	Estrutural	Kabengele Munanga Silvio Luís de Almeida Jurema Werneck
	Institucional	
Raça	Social	Kabengele Munanga Lia Weiner Schucman Antonio Sergio Alfredo Guimarães
Sexismo	Gênero	Lélia Gonzalez Sueli Carneiro Raewyn Connell Guacira Lopes Louro
	Mulherismo	
Branquitude	Estudada por autoras/autores negros	Guerreiro Ramos Cida Bento Lourenço Cardoso
	Estudada por autoras/autores brancos	
Saúde coletiva	Interdisciplinar	Madel Luz Fran Demétrio

Fonte: Própria autora, 2022.

O conceito de racismo, considerando sua dinâmica peculiar, é essencialmente um conceito em construção, dada a especificidade com que opera nas relações sociais, no Brasil e em outros países. Nesse texto, trataremos de racismo estrutural a partir do que nos trazem intelectuais negros e negras, considerando a importância dos estudos por eles/as produzidos. Iniciando por Silvio Almeida, o autor nos dirá “que é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou

inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 32).

O antropólogo congolês Kabengele Munanga traz que o racismo, como todas as formas de ideologia, seria

teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais (MUNANGA, 2003, [p. 17].).

Kabengele Munanga, em conferência a docentes de uma Instituição de Ensino Superior, declara que todas as formas de racismo são detestáveis, mas que no Brasil, “o racismo é um crime perfeito” (DANTAS; FERREIRA; VERAS, 2017, p. 40). Munanga contextualiza a declaração baseada em uma fala de um Prêmio Nobel que versava sobre o carrasco que mata duas vezes, sendo a segunda vez pelo silêncio. No Brasil, de acordo com Munanga, ninguém se assume como racista, entretanto o racismo e a discriminação, ambos existem e estão presentes nas relações sociais (DANTAS; FERREIRA; VERAS, 2017).

Em relação ao conceito de Racismo Institucional, trago aqui os ativistas do grupo Panteras Negras, Stokely Standiford Churchill Carmichael e Charles Hamilton, que cunharam o termo, e consideram que é um tipo de racismo

menos aberto, mais sutil, menos identificado em termos dos indivíduos específicos que cometem os atos, mas não menos destrutivo para a vida humana. Trata-se da operação geral de forças aceitas e respeitadas na sociedade e, assim, não recebe a condenação aplicada ao primeiro tipo (CARMICHAEL, 2018, p. 17).

A intelectual negra, com formação em medicina Jurema Werneck, com base nos escritos dos ativistas dos Panteras Negras supracitados, conceitua que o racismo institucional “garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos” (WERNECK, 2016, p. 541-542). A autora ainda considera que racismo institucional poderia ter a equivalência com ações e políticas institucionais que teriam a capacidade de manter a vulnerabilidade de grupos sociais que são vitimados pelo racismo (WERNECK, 2016).

Kabengele Munanga (2003), apresenta em seu texto intitulado “Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” uma contextualização histórica sobre o conceito de raça. Munanga inicia a discussão

trazendo que o conceito de raça foi primeiramente usado na Botânica e na Zoologia com o objetivo de classificar os vegetais e as espécies animais e que em 1684, François Bernier usou o termo raças para classificar a diversidade apresentada pelos grupos que apresentavam contrastes físicos. Dessa maneira, Munanga aponta

que o conceito de raça foi transportado da Zoologia e da Botânica para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (MUNANGA, 2003, p. 1).

Na sequência da contextualização histórica, Kabengele Munanga apresentará que com os progressos da genética humana, os estudiosos desse campo concluíram que tanto biologicamente, como cientificamente as raças não existem. E que a classificação da humanidade em hierarquias raciais, uma teoria pseudocientífica, resultou nos conceitos de indivíduos como brancos, negros e amarelos. Esse conceito de raça, carregado de ideologia (e como todas as ideologias) serve para esconder, não revelar, aquilo que não pode ser proclamado, a relação de dominação e poder exercida sobre pessoas classificadas como inferiores, conceito ideológico que serve, portanto, para justificar a dominação e exclusão. Munanga nos aponta que o conceito de raça é etno-semântico e político ideológico e não biológico (MUNANGA, 2003).

De estrutura semelhante à apresentada por Kabengele Munanga (2003), Lia Weiner Schucman em texto intitulado *Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão* (2010), faz uma contextualização histórica sobre o conceito de raça e aponta que com os avanços das ciências biológicas e genéticas, os cientistas dessa área chegaram à conclusão que não existe raça como realidade biológica. E a autora traz em seu texto que raça é um conceito social, que não se trata de um conceito biológico. Explica que a categoria raça como categoria biológica, continua funcional e operante no imaginário daqueles que utilizam esse conceito para produzir discursos racistas. (SCHUCMAN, 2010).

Tecendo importantes contribuições sobre o conceito de raça, Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2009, p. 11) defende a tese de que “Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural”. E ainda de acordo com o autor, o conceito de raça “denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção

específica de natureza, como algo endodeterminado” (GUIMARÃES, 2009, p. 11). Em relação ao conceito de raça, outras autoras e autores já exaustivamente exploraram o conceito e definiram-no como uma construção social. Esse fato, entretanto, não invalidou que antropólogos, sociólogos e cientistas de diversas áreas das ciências continuassem a afirmar as desigualdades da espécie humana baseadas na classificação de determinantes biológicos.

Considero importante ressaltar que, ao escolher filiar-me aos conceitos de autoras e autores que foram trazidos nesse texto, não torno excludente o diálogo com outras autoras e autores que igualmente realizaram importantes discussões a respeito do assunto. Dessa forma, em que pese a importância das/os autoras/es escolhidos, outras vozes poderão contribuir para fortalecer o desenvolvimento do projeto e mais tarde, da tese.

Em relação ao gênero, a antropóloga Lélia Gonzalez, ao analisar os diversos lugares em que mulheres negras foram colocadas ao longo da escrita desde o período de escravização até os tempos atuais, nos traz a reflexão contextualizando as três classificações em que foram inseridas: a dupla imagem de mulata e doméstica e a imagem da mãe preta. Gonzalez fundamenta suas argumentações trazendo que desde no período de colonização, as pessoas negras, em especial a mulher negra, eram considerados mercadorias. A escrava de cor que cozinhava, passava a ferro, esfregava de joelhos todo o chão da casa grande, colocava a mulher branca em situação de conforto absoluto. Essa escrava cuidava dos filhos da mulher branca e ainda satisfazia as exigências do senhor branco. A mucama se transformou na empregada doméstica e na mãe preta, de quem os brancos sempre esperam a obrigação da maternagem e do cuidado. O mito da democracia racial, que como todo mito, mantém velado aspectos que não podem ser visualizados, apresenta a mulata como resultado da hipersexualização da mulher negra, faz evidenciar que “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito” (GONZALEZ, 2020, p. 80).

Sueli Carneiro apresenta importante análise quando faz emergir o questionamento sobre quais mulheres estão sendo faladas quando o feminismo (originado das mulheres brancas europeias) faz reivindicação quanto ao direito de mulheres (brancas) poderem trabalhar fora de suas casas. Nas palavras da autora” nós mulheres negras fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto” (CARNEIRO, 2020, p. 2)”.

Raewyn Connell, cientista social australiana e Rebecca Pearse, em seu livro denominado “Gênero, uma perspectiva Global, nos dirão que “o gênero é uma estrutura social de um tipo particular - envolve uma relação específica com os corpos. Acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 47).

Dentre outras autoras que se debruçaram em estudos sobre gênero, apresento algumas das contribuições de Guacira Lopes Louro (1997). Nas palavras da autora, “admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história” (LOURO, 1997, p. 21) enfatiza que o conceito de gênero está conectado à história do movimento feminista e no Brasil, no final dos anos 80, o termo “gênero” passará a ser utilizado pelas feministas. A autora considera que “o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 21).

Em contextualização sobre as palavras do livro “O segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1980), Louro apresenta que a construção do gênero, tal qual a construção da sexualidade, ambas ocorrem ao longo de uma vida toda, de forma infundável e continuamente. Ressalta que essa construção “consiste em um processo pormenorizado, detalhado em que instituições médicas e legais como a família, a igreja e a escola asseguram-se como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (LOURO, 2008, p. 18).

Falarei agora sobre os conceitos de branquitude, apresentado por intelectuais negras e negros e por autoras brancas que se dedicaram aos estudos da branquitude. Para iniciar essa conversa, anoro-me no intelectual negro Guerreiro Ramos (1995), sociólogo, precursor nos estudos que tratavam sobre a identidade racial no mundo. Em que pese o sociólogo não tenha usado o termo branquitude, em Patologia Social do “Branco” brasileiro, capítulo do livro intitulado Introdução Crítica à sociologia Brasileira (RAMOS, 1995) encontramos o termo brancura, quando o autor explicita que o tema das relações de raça no Brasil é falado como antropologia e sociologia do negro. Nesse sentido, Guerreiro Ramos explica que “no plano ideológico, é dominante ainda a brancura como critério de estética social” (RAMOS, 1995, p. 216).

E Guerreiro Ramos discute a maneira como os estudos realizados tratavam sobre os assuntos relacionados aos negros, classificando-os como “negro-tema” e

“negro-vida”. O autor explica que como tema, diversos sociólogos e antropólogos têm dedicado tempo exaustivo para produzir textos sobre o negro. Entretanto, o negro-vida é despistador, impossibilitando tecer uma versão concludente, pois o negro-vida “é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje” (RAMOS, 1995, p .215).

Prossequindo nos estudos sobre a branquitude, Maria Aparecida da Silva Bento (também conhecida por Cida Bento), em artigo denominado “Branqueamento e branquitude no Brasil”, argumenta que o branco não ser discutido é uma das dimensões do privilégio. O branco tem “o privilégio simbólico da brancura” (BENTO, 2014, p. 27). É apontado pela autora que um dos primeiros sintomas da branquitude formada por pessoas ditas progressistas é o não reconhecimento de que as desigualdades raciais estão associadas à discriminação, embora essas mesmas pessoas brancas reconheçam existem desigualdades raciais (BENTO, 2014).

Cida Bento (2014) descreve que os benefícios simbólicos garantidos pelos brancos são insistentemente mantidos e repassados por gerações, e que as pessoas brancas mantêm uma espécie de acordo entre elas, de não se reconhecerem como componentes essenciais na manutenção das desigualdades raciais no Brasil, ao que denominou “pacto narcísico da branquitude”.

A autora explica que pessoas brancas não se reúnem secretamente na madrugada para tecerem combinações sobre como manter seus privilégios, mas que o fazem através de reiteradas atitudes que perpetuam as relações desiguais, como por exemplo, pessoas brancas responsáveis por setores de recrutamento e seleção de pessoal nas empresas somente contratarem pessoas brancas, por entenderem que seus semelhantes são mais confiáveis, mais capazes de executar as tarefas relativas ao cargo em contratação. (BENTO, 2014).

O intelectual negro Lourenço Cardoso define a branquitude como “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”” (CARDOSO, 2010, p. 50). O autor utiliza os termos *branquitude crítica* e *branquitude acrítica* para explicar as relações raciais a partir da identidade branca racializada. Dessa forma, Lourenço Cardoso (2008, p. 170) denomina de “branquitude crítica” àquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprova publicamente o racismo e de “branquitude acrítica” a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da

superioridade racial”. Para o autor, a branquitude crítica não tem a preocupação de se pensar como um grupo racial; entretanto, a branquitude acrítica difunde, divulga a superioridade racial branca (CARDOSO, 2008).

Lia Vainer Schucmann (2012, p. 7) traz o conceito de branquitude “como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca”. A autora realizou entrevistas e conversas com pessoas de diferentes classes sociais, diferentes idades e sexo, que se identificavam como pessoas brancas, moradoras em São Paulo. A pesquisadora considera que

[...] sobre as características demarcadoras entre brancos e não brancos, compreendi que os indivíduos querendo ou não são marcados racialmente ao nascerem: àqueles classificados socialmente como brancos recaem atributos e significados positivos associados a identidade racial a que pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade, etc. Esse traço de superioridade contido na construção social da branquitude, produz significados compartilhados dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, de alguma forma, reproduzindo-os (SCHUCMANN, 2012, p. 109).

Dessa forma, chega à conclusão de que nas sociedades estruturadas pelo racismo, esses sujeitos identificados como brancos serão os detentores dos privilégios materiais e/ou simbólicos, adquiridos a partir da opressão daqueles sujeitos identificados pela cor da pele como não branco. (SCHUCMANN, 2012).

A socióloga americana Robin J. Diangelo, mulher branca, que discute as relações raciais e tece importantes considerações sobre o lugar confortável em que brancos estão colocados e do qual alguns não demonstram interesse em fazer descolamentos, aponta que

A branquitude se baseia em uma premissa fundadora: a definição dos brancos como a norma ou o padrão do humano e das pessoas de cor como um desvio dessa norma. A branquitude não é reconhecida pelos brancos, e o ponto de referência branco é presumido como universal e imposto a todos. Gente branca acha muito difícil pensar na branquitude como um estado específico de ser que poderia produzir algum impacto sobre a vida e as percepções de alguém (DIANGELO, 2018, p. 49).

Robin Diangelo segue nas considerações sobre a branquitude e apresenta que a solidariedade branca é um acordo oculto entre pessoas brancas, usado como meio de proteção da vantagem branca que carregam e sustentam. Esse acordo protege pessoas brancas no caso de um possível desconforto racial, como é o caso de uma pessoa branca ser confrontada quando fala ou produz algo que pode ser considerado racialmente problemático (DIANGELO, 2018).

Em relação ao conceito de saúde coletiva, Madel Terezinha Luz, doutora em ciência política, nos aponta que “adotando-se como guia analítico o conceito de campo torna-se menos difícil a compreensão da multiplicidade e da coexistência (por vezes conflituosa) dos saberes e práticas na saúde coletiva” (LUZ, 2009, p. 306). E a autora prossegue em seu texto, ao fazer uma análise da saúde coletiva pela lente de Pierre Bourdieu (1989), “a disputa por “espaços discursivos” gera conflitos, pois a busca do poder simbólico está presente nos campos das ciências e das artes (LUZ, 2009, p. 306).

Com o objetivo de fazer uma homenagem a doutora Fran Demétrio, mulher negra, primeira professora transexual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, professora Adjunta no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e professora permanente no Mestrado Profissional em Saúde da Família da FIOCRUZ (MPROFSAUDE/FIOCRUZ), teceu enormes contribuições para saúde coletiva. Desafiar a academia em diversos níveis, da graduação ao pós-doutorado, foi uma das conquistas de Fran Demétrio. Atuou como líder, coordenadora e pesquisadora do Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade e Interseccionalidade do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades da UFRB. Fran Demétrio fez a passagem para outra dimensão no ano de 2021.

4.1 Ações Afirmativas e a importância da implementação nos Programas de Pós-graduação

Para falar sobre Ações Afirmativas nos programas de pós-graduação, faz-se necessário recorrer a uma reconstrução histórica, abordando o assunto a partir das discussões sobre a importância da implementação, do seu significado quando da implementação nos cursos de graduação e a relação com o acesso da população negra ao Ensino Superior. Dessa maneira, contextualizarei sobre o tema com uma breve história dessas Políticas Públicas.

As ações afirmativas constituem-se como estratégias de reparo das imensas desigualdades e de racismo em que foram colocadas as populações negras e indígenas ao longo da história (MUNANGA, 2001). Constituem-se em tentativas de diminuir o enorme abismo de desvantagens construído com bases no racismo

estrutural que fundamenta as sociedades, como é o caso da sociedade brasileira. Considerando a atuação das ações afirmativas, essas removeriam barreiras sociais e ou institucionais que segregam os diferentes grupos que compõem a sociedade (SANTOS; PEREIRA; FERREIRA, 2021).

Após incansáveis lutas dos Movimentos Negros, em 2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff, é sancionada a Lei federal nº. 12.711/2012, que assegura a reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos e pardos nas Instituições de Ensino Superior em âmbito federal e nas Instituições de nível técnico. Esse evento foi fundamental para o ingresso de estudantes negras e negros em cursos de graduação. A lei traz o seguinte texto

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50%(cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita (BRASIL, 2012).

Essa Lei Federal, também conhecida como Lei de Cotas, traz em seu Art. 3º o seguinte texto

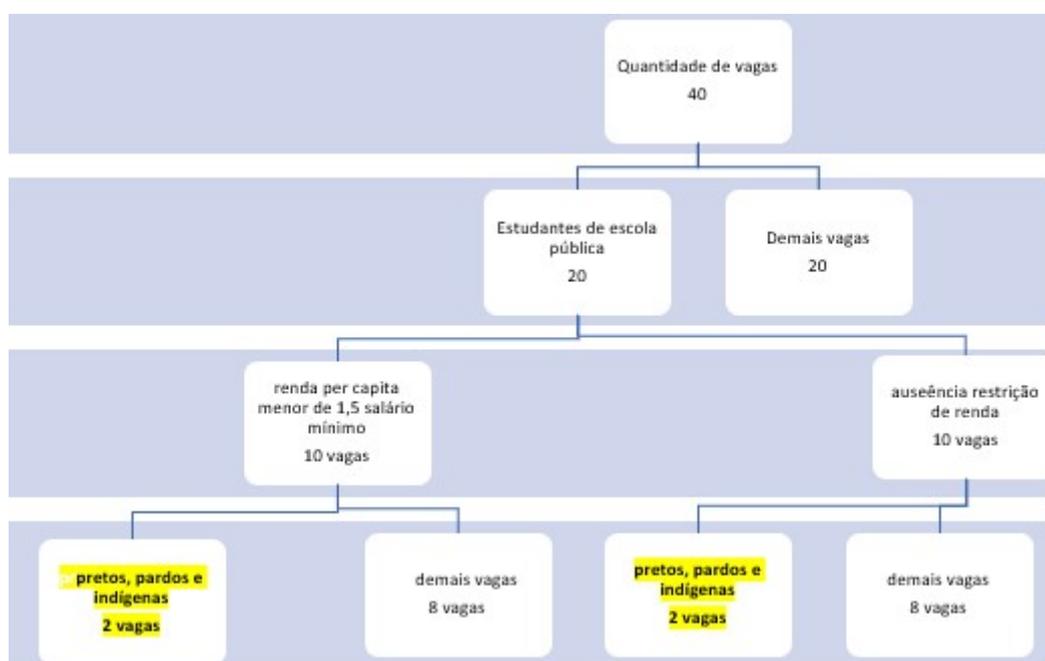
Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012)

Fazendo uma análise do texto da referida lei e considerando que no Rio Grande do Sul, de acordo com DEE-Departamento de Economia e Estatística do percentual da população de pretos e pardos no estado seja de aproximadamente 21%, as vagas destinadas às pessoas pretas e pardas ficaria estabelecida em 2,1 vagas. A figura 1 dá uma ideia de um curso hipotético com a oferta de 40 vagas e como essas ficariam distribuídas em uma Instituição pública de ensino superior, respeitando a Lei 12.711/2012. Do total de vagas ofertadas, 50% (cinquenta por cento) seriam destinadas aos estudantes que fizeram percurso do ensino médio em escola pública, portanto, 20 vagas. Dessas 20 vagas reservadas a esses estudantes, 50% (totalizando 10 vagas) seriam destinadas àqueles estudantes que

comprovam renda mensal inferior a 1,5 salário-mínimo vigente no estado. Desse percentual de 10 vagas, estariam reservadas para estudantes negros (pretos e pardos) um total de 2 vagas, pois seriam relacionadas ao percentual da população negra do Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda na divisão do número de vagas (20) reservadas aos estudantes que fizeram o ensino médio em escola pública, temos 10 vagas para estudantes que não apresentam restrição de renda. E dentro dessas 10 vagas, 2 para estudantes negros (pretos e pardos), de acordo com o percentual da população negra do RS.

Figura 1: Distribuição de vagas de um curso hipotético



Fonte: Própria autora, 2023.

Em que pese a importância da Lei 12.711/2012 para garantir o acesso de pessoas negras (pretas e pardas) no ensino superior em Instituições de Ensino, a reserva de vagas para pessoas pretas e pardas constitui-se como uma “sub-cota racial”, consideração apontada por Rodrigo Ednilson de Jesus (2021).

Sales Augusto dos Santos e Matheus Silva Freitas ao analisar o Sistema de Cotas e Fraudes em Uma Universidade Federal (2020, p.05) trazem que “é importante ressaltar que a Lei das Cotas não é para incluir coletivamente estudantes pretos/as, pardos/as e indígenas nas universidades federais, mas incluir significativamente estudantes provenientes de escolas públicas”. Os autores

pontuam que a Lei 12.711/2012 estabelece como prioridade a inclusão de estudantes oriundos de escola pública nas universidades federais brasileiras e que é de natureza social e não racial, contrariando a opinião proferida de muitos acadêmicos brasileiros (SANTOS; FREITAS, 2020).

Débora Brito (2018) evidencia que “Depois de mais de 15 anos, desde as primeiras experiências de ações afirmativas no ensino superior, o percentual de pretos e pardos que concluíram a graduação cresceu de 2,2%, em 2000, para 9,3% em 2017”.

Entretanto, em relação à pós-graduação, considerada a mais alta escala de ensino superior, temos situação diferente. A Portaria do Ministério Educação e Cultura (MEC) nº 13, de maio de 2016 (BRASIL, 2016), determina que sejam adotadas políticas de ações afirmativas, com a inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação, como Políticas de Ações Afirmativas em Instituições Federais de Ensino Superior. É preciso atentar para o fato de que a citada Portaria não traz em seu texto nenhuma menção à necessidade de implementação em Instituições de Ensino Superior no âmbito privado.

Importante trazer para a realidade tema que José Jorge de Carvalho (2005-2006) alertava quanto ao resultado de sua pesquisa de censo racial em Universidades Públicas Brasileiras, apontando que “em nenhuma universidade considerada como referência nacional, o número de professores negros não ultrapassava a 1% (um por cento) do total de discentes” (CARVALHO, 2005-2006, p. 91).

E se a pesquisa do autor supracitado apontava esses resultados nos anos de 2005, em circulação mais recente, Lola Ferreira (2018) evidencia que “Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia”. A autora apresenta os resultados, a partir do Censo da Educação Superior de 2016, em que as mulheres pretas com doutorado correspondem a 0,4% do corpo docente na pós-graduação no Brasil. E que quando avaliada a categoria negras (que é a soma pardas e pretas) com doutorado, o percentual não atinge 3% do total de docentes (FERREIRA, 2018).

De acordo com a pesquisa realizada por Gonçalves *et al.* (2019) que avaliou acesso à pós-graduação de indivíduos de ambos os sexos pertencentes ao grupo étnico-racial classificado como negros e compara ao grupo dos brancos, considera

que “embora tenha havido aumento da taxa de negros com esse nível de ensino, o crescimento dessa taxa ainda foi maior para pessoas brancas” (GONÇALVES *et al.*, 2019, p. 203).

Corroborando com a realidade que evidencia a exclusão de docentes negras e negros no país, em pesquisa realizada em uma Universidade no Sul do Brasil, Eduarda Paz e Paula Appolinario (2021), apontam que mesmo observados os termos da Lei nº.12.990, de 2014 que prevê 20% das vagas para negros (pretos e pardos) do número final de vagas para cada edital, na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, dos 1784 professores ativos no Ensino Superior, 9 são autodeclarados pretos, o que corresponde a 0,5% do total de professores na Instituição. Quando aos professores autodeclarados pardos, o número é de 65, correspondendo a 3,64%. As autoras apresentam com base nos dados coletados em novembro de 2021 e que foram disponibilizados docentes no Magistério Superior da UFSM, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e pelo site UFSM em Números, 74 são negros. Embora o total de professores tenha sido apresentado com o gênero masculino (negros) e não tenha sido mencionada a divisão entre docentes homens e mulheres, é possível inferir, pelo resultado exposto, que docentes negros e negras estão sub-representados nessa Instituição de Educação Superior.

Abordando o tema do racismo (nem tão) velado na pós-graduação, José Jorge de Carvalho (2006) em texto intitulado “Narrando o racismo universitário”, aponta um dos diversos conflitos experimentados pelos poucos estudantes negros universitários, explicitando o papel de não aceitação da academia (majoritariamente branca) em discutir a questão do racismo.

As Políticas de Ação Afirmativas, na forma de cotas reservadas para estudantes Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) quando ofertadas nesse Programa de Pós-Graduação confirmam e garantem o direito de estudantes negras e negros ingressarem na pós-graduação, nível de ensino posicionado no ponto mais alto da escala do Ensino Superior. Esse fato pode ser comprovado quando são analisados dados que evidenciam a mudança no perfil dos discentes naquelas Universidades que implementaram ações Afirmativas, a partir de 2012.

No ano de 2023, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS aprovou o Programa de Ações Afirmativas para a Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e *Lato Sensu* (Especialização e Residência Profissional ou

Multiprofissional em Saúde) (RESOLUÇÃO N° 015, DE 13 DE JANEIRO DE 2023). Essa aprovação resulta de lutas incansáveis dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos negros para a garantia de acesso às pessoas negras (pretas e pardas) e pessoas indígenas aos programas de pós-graduação.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva.

5.2 Objetivos específicos

- Mapear os desafios encontrados por mulheres doutoras negras para se legitimarem no espaço acadêmico e científico e quais estratégias por elas elaboradas a fim de manter sua permanência nesse campo;
- Identificar como operam o sexismo/ machismo presente no percurso de vida pessoal e acadêmica dessas mulheres doutoras em saúde coletiva;
- Identificar como operaram as ações afirmativas na trajetória dessas mulheres, da graduação aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

5.3 Justificativa

A justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa se ancora em alguns argumentos como descritos a seguir.

A inserção do tema e da pesquisa na Saúde Coletiva aponta para o ineditismo desse projeto. Não há até o momento da escrita desse projeto, disponíveis nas plataformas de consulta de artigos, teses e dissertações, projetos que tratem sobre as mulheres negras doutoras em saúde coletiva ou saúde pública (considerando que em anos anteriores, o programa poderia contemplar um outro nome).

No repositório de teses e dissertações da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no PPG em Saúde Coletiva, em busca realizada em outubro de 2022, em que constam 20 teses na Saúde Coletiva, não foram encontrados estudos que tragam semelhança com esse projeto.

Contribuindo na justificativa da realização desse projeto de tese, sou uma mulher negra, Cirurgiã-Dentista de formação acadêmica, Especialista e Mestre em

Saúde Coletiva, atuando na assistência do Sistema Único de Saúde (SUS), e que me faz querer pesquisar sobre esse tema, que me atravessou durante a trajetória até aqui, e que continua a me atravessar no momento em que chego no doutorado em Saúde coletiva. E somando-se aos fatos já narrados, para tornar a experiência com mais atravessamentos, em fevereiro de 2023 fui nomeada Professora substituta de Saúde Coletiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS - IFRS-*campus* Alvorada/RS, portanto, atuando como docente negra doutoranda em saúde coletiva. Dessa forma, minha trajetória também está sendo etnografada nessa pesquisa.

De acordo com a ideia de que a produção de conhecimento deve estar alinhada com a vivência da pesquisadora, Emanuelle Góes vai nos dizer que em uma sociedade marcada pela hierarquia de raça e suas intersecções, os estudos precisam evidenciar as realidades vividas por mais da metade da população, no sentido de assegurar a superação das iniquidades em saúde. Faz-se necessário o enfrentamento ao racismo institucional (GOÉS, 2022).

O recorte temporal de 2001 a 2022 tem o amparo nos eventos que marcaram as datas descritas a seguir. No ano de 2001 em que acontece a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU contra o racismo e o ódio aos estrangeiros é um Marco referencial. Nas palavras de Márcia Lima “A Conferência é considerada o ponto de inflexão da temática racial na agenda governamental. O Brasil teve uma participação de grande destaque tanto nas reuniões preparatórias como na própria Conferência” (LIMA, 2010, p. 78).

Em 2012, a promulgação da lei 12.711/2012, lei das cotas, que Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Quatro anos após, em 2016, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lança a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016 (BRASIL, 2016) que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e dá outras providências.

E em 2022, ano em que se discute a revisão pelo Congresso Nacional, do programa de reserva de vagas em universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio criado pela Lei n. 12.711/2012 (BRASIL, 2012).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) lançou em março de 2023 importante Portaria que trata da coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas

Afirmativas (CEDIPA), cujo objetivo descrito é “constitui instância, de caráter transversal, para implementação de ações que assegurem a efetivação das políticas institucionais da Fiocruz para equidade, políticas afirmativas, diversidade e inclusão, reconhecendo a pluralidade da instituição como um valor” (FIOCRUZ, 2023, p. 1).

No texto da Política de Equidade Étnico-racial e de Gênero lançada pela Fiocruz, as Diretrizes estão dispostas conforme eixos determinados e a instituição declara a importância de que sejam incluídos nos planejamentos financeiros, recursos para que sejam implementadas ações com o intuito de fortalecer a equidade étnico racial e de gênero. De acordo com o eixo Educação e Pesquisa

Fomentar a diversidade de estudos, metodologias de ensino e linguagens na produção do conhecimento, promovendo condições políticas e institucionais para que saberes e epistemologias feministas, particularmente de mulheres negras, indígenas e trans sejam valorizadas nos cursos oferecidos na Fiocruz (FIOCRUZ, 2012, p. 12).

Na esteira de preocupações com as questões de racismo, sexismo e outras formas de opressões, o Ministério da Saúde lança a PORTARIA GM/MS, nº 230, de 7 de março de 2023, instituindo o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS).

No Art.2º, lê-se que “são objetivos gerais do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS:

I – promover a equidade de gênero e raça no Sistema Único de Saúde buscando modificar as estruturas machista e racista que operam na divisão do trabalho na saúde;
VI- promover a formação e educação permanente na saúde, considerando as interseccionalidades no trabalho na saúde. (PORTARIA GM/MS, 2023).

É possível inferir que tanto a Fiocruz quanto o Ministério da Saúde, baseadas nas publicações acima referidas, demonstram preocupação com as questões relacionadas ao racismo, sexismo, LGBTQIPNA+fobia e outras tantas formas de opressão a que estão sujeitas populações específicas, representadas como trabalhadoras da saúde e/ou como estudantes que tentam acessar os espaços destinados à pesquisa e ao trabalho em saúde.

6 METODOLOGIA

Este projeto tem desenho qualitativo, será desenvolvido em nível exploratório, com o objetivo geral de analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva. E cujos objetivos específicos serão de Mapear os desafios encontrados por mulheres doutoras negras para se legitimarem no espaço acadêmico e científico e quais estratégias por elas elaboradas a fim de manter sua permanência nesse campo; Identificar como operam o sexismo/ machismo presente no percurso de vida pessoal e acadêmica dessas mulheres doutoras em saúde coletiva e Identificar como operaram as ações afirmativas na trajetória dessas mulheres, da graduação aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

A pesquisa terá como universo mulheres negras com doutorado em saúde coletiva ou doutorado em saúde pública. As participantes serão escolhidas por conveniência, utilizando a técnica de “bola de neve” (*snowball sampling*). De acordo com Juliana Vinuto

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (VINUTO, 2014, p.203).

De acordo com Albuquerque (2009, p. 21) devido à sua estratégia de recrutamento, “o método bola-de-neve é considerado não probabilístico, uma vez que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra”.

Na técnica intitulada bola de neve, tem-se um indivíduo nomeado como *semente* que fará a indicação de outras pessoas que poderão participar da pesquisa. As autoras Bockorni & Gomes (2021, p. 108), explicam o funcionamento para a realização de uma amostragem em bola de neve “é necessário que haja um intermediário inicial, também denominado de semente, que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa”.

Dessa maneira, as convidadas para a pesquisa não serão procuradas por acaso, mas sim, por fazerem parte de um grupo específico de mulheres. De acordo com os contatos que a autora desse projeto de tese realizou no ano de 2022, no

congresso da ABRASCO-Associação Brasileira de Saúde Coletiva, realizado em Salvador/BA, o encontro com uma mulher negra doutora em saúde coletiva resultou em estratégia potente para possibilitar o encontro com outras mulheres negras doutoras em saúde coletiva como possíveis participantes da pesquisa.

Os critérios de inclusão para participar dessa pesquisa serão: ser mulher negra com doutorado em saúde coletiva (ou doutorado em saúde pública), estar atuando ou não em instituições de nível superior, que possam ou não terem sido contempladas com Políticas de Ações Afirmativas durante o período de graduação e pós-graduação.

Todas as mulheres negras doutoras em saúde coletiva (ou saúde pública) que aceitarem participar da pesquisa receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A).

A coleta de dados será feita a partir de entrevista biográfica com as mulheres que concordarem em participar da pesquisa. Também serão utilizados como instrumentos de produção dos dados da pesquisa, questionário com dados sociodemográficos das entrevistadas e o caderno de campo que a pesquisadora utilizará, anotando percepções na trajetória da pesquisa. No APÊNDICE A encontra-se o Questionário Sociodemográfico e no APÊNDICE B o Roteiro da Entrevista semiestruturada.

Análise e interpretação dos dados será feita utilizando-se a hermenêutica, tendo como ferramenta analítica a Escrivivência, da intelectual negra Conceição Evaristo (2005).

Serão realizadas entrevistas biográficas com mulheres negras doutoras em saúde coletiva ou doutoras em saúde pública.

As entrevistas serão gravadas e após transcritas para documento no formato arquivo *Word*. Após a transcrição, será realizada uma leitura flutuante do conteúdo das entrevistas, para permitir um contato com o texto. Após a realização de uma segunda leitura e de acordo com as respostas colhidas serão analisadas através da teoria hermenêutica tendo como ferramenta analítica a escrevivência de Conceição Evaristo.

A construção interpretativa dos dados, com a utilização da hermenêutica, também buscará apoio na literatura e nos apontamentos do caderno de campo, que marcarão os registros da experiência a partir das observações e afecções da pesquisadora.

6.1 Aspectos Éticos

Após a aprovação do projeto pela banca de qualificação e ajustes realizados pelas contribuições da banca o projeto será enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido, cujo modelo está em anexo (ANEXO A).

6.2 Orçamento

Material	Quantidade	Justificativa	Valor unitário	TOTAL
Canetas esferográficas	10	Preenchimento questionários	R\$2,50	R\$25,00
Folhas A4	500	Impressão	R\$25,00	R\$25,00
Pendrive kingston datatreveler 32 gigabites	01	Transferência e armazenamento de dados	R\$50,00	R\$50,00
Toner para impressora	01	Impressão, material de apoio	R\$334,00	R\$334,00
Abastecimento de gasolina para o carro	100 litros	Deslocamento entre as unidades de saúde	R\$5,00	R\$500,00
TOTAL: R\$934,00				

6.3 Cronograma

ATIVIDADE	2023											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Projeto pesquisa escrita – revisão literatura sobre tema	X	X	X									
Banca qualificação do projeto de tese								X				
Encaminhar projeto para COMITÊ de ÉTICA EM PESQUISA						X						
Cadastrar projeto PLATAFORMA BRASIL						X						
Realizar as entrevistas								X	X	X	X	
Análise dos dados									X	X	X	
Escrita do relatório da pesquisa							X	X	X	X	X	X
Escrita dos artigo e do capítulo de livro (parte da tese)							X	X	X	X	X	X
Participação em congressos, mostras de extensão, ciências e tecnologia.										X	X	X

2024												
------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ATIVIDADE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Submissão dos artigos em periódicos Qualis B1	X	X										
Participação em congressos, mostras de extensão, ciências e tecnologia.	X	X	X									
Finalizar créditos obrigatórios			X	X	X	X						
Banca de defesa da tese							X					

REFERÊNCIAS

- ACAUAN, Ana_Paula. Esse lugar também é nosso: escritora Conceição Evaristo busca vaga na Academia Brasileira de Letras. **Revista PUCRS**, v.187, jul./set., 2018. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>. Acesso em: 01 de jun de 2023.
- ADAMS, Telmo. Sulear. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.
- ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado em Saúde) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2411>. Acesso em: 01 jun de 2023.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos De Pesquisa**, v. 77, p. 53–61, 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1042>. Acesso em: 01 jun de 2023.
- BAIÃO, Jonê Carla. Se eles fazem mil, temos de fazer mil e um - e ela fez! trajetória acadêmica de uma doutora negra nos anos 1970. **Revista Transversos**. Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas. Rio de Janeiro, n. 21, p. 222-240, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/>. Acesso em: 01 de ago. 2022.
- BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 147-162.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/empresarial/article/view/8346/4111>. Acesso em: 05 de maio de 2023.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. jan/fev/mar/abr 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de jan 2023.

BORDIEU, P. O. **O poder simbólico**. Porto: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BORGES, Rosane. Escrivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. *In: n: DUARTE, Constancia Lima; NUNES, Isabella Rosad (orgs.). Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p.182-204. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 01 de jun 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, 29 ago. 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016**. Dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação, e dá outras providências, Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BRITO, Débora. **Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 03 nov. 2022.

BUENO, Winie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CARDOSO, L. Retrato do branco racista e anti-racista. **Reflexão E Ação**, v. 18, n. 1, p. 46-76. 2010. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v18i1.1279>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1279>. Acesso em: 25 de maio 2023.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos

Sociais da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>. Acesso em: 05 de maio 2023.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. *In*: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn C. (orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006. p. 22-41.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. NEABI-Núcleo de estudos Afro-brasileiro e Indígena. Faculdade de Pernambuco. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 21 de jun 2022.

CARVALHO, J. J. de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13485/15303>. Acesso em: 02 jan. 2020.

CARVALHO, J.J. **Inclusão étnica e racial no ensino superior: a questão das cotas no ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Attar, 2006.

CASTELLANOS, MEP. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1065-1076, 2014. Disponível em: <http://old.SCIELO.br/pdf/csc/v19n4/1413-8123-csc-19-04-01065.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CASTRO, Maisa dos Anos; SANTOS, Sales Augusto dos. Intelectuais negras de uma universidade pública: trajetórias planejadas ou impelidas? *In*: MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane (orgs.). **Diferenças, desigualdades e violências: olhares sociológicos** [E-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. p. 87 – 127. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Diferen%C3%A7as_desigualdades_e_violencias.pdf. Acesso em: 01 de ago.de 2022.

CHARMICAEL, Stokely. O poder negro é o capítulo escrito por Carmichael. *In*: PEREIRA, Amauri Mendes (org.). **O poder Negro**. 2 ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, SIRMA. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva Global**. NVersos. 2015.

COSTA, Jhully. **Quase um quinto da população gaúcha, negros são menos de 10% entre os mais ricos no RS**, aponta levantamento. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2022/11/quase-um-quinto-da-populacao-gaucha-negros-sao-menos-de-10-entre-os-mais-ricos-no-rs-aponta-levantamento-clae4wamb002w0170y26b3ap5.html>_ Acesso em: 12 de nov. 2022.

DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Ligia; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. **Revista USP**, São Paulo, n. 114, p. 31-44, jul./ago./set. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 01 de jul de 2023.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5JPSdp5W75LB3cZW9C3Bk9c/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 de jan 2023.

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DURBAN, África do Sul. **Declaração e plano da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**, 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

DYNIEWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3 ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres Negras, Doutoradas, Teóricas e Professoras Universitárias: desafios e conquistas**. 2017. Tese. (Doutorado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26901/1/2017_tese_mseuclides.pdf. Acesso em: 02 de jun 2022.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constancia Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 01 de jun 2023.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira.** Entrevista concedida a Morgani Guzzo, Portal Geledés - Instituto da mulher negra em 29/7/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>. Acesso em: 08 de jun de 2023.

FELISBERTO, Fernanda. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. *In: In: DUARTE, Constanca Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p.165-180.* Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em 01 de jun 2023.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. *In: FINGER, Mathias; NÓVOA, António (orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação.** 2 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 29-55.* Disponível em: <https://doceru.com/doc/ns8vncc>. Acesso em: 20 de jan 2023.

FERREIRA, Lola. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia.** 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 30 de out 2022.

FINGER, Mathias; NÓVOA, António Introdução. *In: **O método (auto)biográfico e a formação.** 2 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 19-27.* Disponível em: <https://doceru.com/doc/ns8vncc>. Acesso em: 20 de jan 2023.

FIOCRUZ. Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz. **Política de equidade étnico-racial e de gênero da Fiocruz.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2023. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/documento_politica_de_equidade_final.pdf. Acesso em: 26 de abr de 2023.

FONSECA, Leandro Limoni de Campos. Narrativa e Escrevivência: Paul Ricoeur e Conceição Evaristo em diálogo. *In: SILVA JUNIOR, Adarlindo Vasconcelos da et. al. **A escrita de si e a pesquisa em educação.** Deefield Beach, FL: Pembroke Collins, 2022. p. 273 – 289.*

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11. Acesso em: 28 abr.2022.

GONÇALVES *et al.* Acesso de negras e negros à Pós-Graduação. **Revista da ABPN**, v.11, p. 176-206, abr, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/81489795/Acesso_De_Negras_e_Negros_%C3%80_P%C3%B3s_Gradua%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 01 jan. 2021.

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HAMLIN, Cynthia; VANDENBERGHE, Frédéric. Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell. **Cadernos Pagu**, v. 40, p. 345-358, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/NMGGc5JnBZ93ssk8ynxZMJc/?format=pdf&lang=pt_. Acesso em: 20 de mai 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA Ludmilla Lis Andrade de; LIMA, Fátima; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. Mulheres negras, subjetivação e trauma colonial: bem viver e futuridade. **Revista da ABPN**, v. 14, n. Ed. Especial, out., p. 60-77, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view>. Acesso em: 15 de jun de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v.19, n. 56, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de jun de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, 1997. Disponível em: <https://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/e-books/secao-1-10-32-de-de-finibus-bonorum-et-malorum-escrita-por-cicero-em-45-ac>. Acesso em: 01 de jun 2023.

LUZ, MADEL T. Complexidade do Campo da Saúde coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 304-311, 2009. Disponível em:

https://www.SCIELO.br/j/sausoc/a/MkLhKMvH4KqDSJNgSG48VqG/?format=pdf&lang=pt_ Acesso em: 02 set. 2020.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MELLO, Luiz. Instituições públicas de ensino superior em Goiás: um olhar panorâmico sobre sexo e cor/raça de estudantes e docentes. *In*: MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane (orgs.). **Diferenças, desigualdades e violências**: olhares sociológicos. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. p. 150-188.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br>. Acesso em: 12 ago 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 20 de jan 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NEVES, Gabriela Silva. **Escrevivências de mulheres negras periféricas e suas estratégias de enfrentamento contra as opressões interseccionalizadas**: as imagens de controle e as necropolíticas. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-Graduação de Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_14586_Disserta%E7%E3o%20Gabriela%20Silva%20Neves%20-%20definitiva%2022.07.pdf_ Acesso em: 01 de jul de 2023.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em: https://www.SCIELO.br/j/sausoc/a/bTHWsnDCM3h9Fpj73YGSLgn/?format=pdf&lang=pt_ Acesso em: 01 abr. 2021.

NUNES, Sete. **Diferenças e semelhanças entre saúde coletiva e saúde pública na percepção de discentes da Universidade de Brasília e da Universidade de São Paulo**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Gestão em Saúde Coletiva) - Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16462/1/2016_Setenunes_tcc.pdf. Acesso em: 29 de jun de 2023.

OLIVEIRA, L. H. S. de. "Escrevivências": rastros biográficos em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Terra Roxa e Outras Terras: **Revista de**

Estudos Literários, v. 17, n. 2, p. 85–94, 2009. DOI: 10.5433/1678-2054.2009v17p85. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/terroroxa/article/view/25008>. Acesso em: 8 jul. 2023.

OLIVEIRA, Layenne Humberto de. **(Des)construindo identidades**: narrativas de professoras negras de língua inglesa. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Mg, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/33757>. Acesso em: 11 de nov. 2022.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

PAIM, JS. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI**. Salvador: EDUFBA; 2006.

PAIN, Jairnilson S.; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998. Disponível em: <https://www.SCIELO.br/j/rsp/a/PDRmKQr7vRTRqRJtSgSdw7y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2022.

PASSEGGI, M. C.; SOUZA, E. C. O Movimento (Auto)Biográfico no Brasil: Esboço de suas Configurações no Campo Educacional. **Investigación Cualitativa**, v. 2, n. 1, p. 6-26. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032>. Disponível em: https://www.academia.edu/33544160/O_Movimento_Auto_Biogr%C3%A1fico_no_Brasil_Esbo%C3%A7o_de_suas_Configura%C3%A7%C3%B5es_no_Campo_Educacional. Acesso em: 11 de fev 2023.

PAZ, Eduarda; APPOLINARIO, Paula. **Falta de representatividade evidencia a importância de discutir acesso e permanência na universidade**. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/ufsm-docentes-negros/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

PEREIRA, C. S.; PEREIRA, A. L.; POCAHY, F. Mulheres negras no ensino superior: ressonâncias e(m) escrevivências. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1360–1377, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i3.67872. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67872>. Acesso em: 30 out. 2022.

PRATES, Jean Paul. **Pandemia escancarou racismo e péssima condição de vida dos negros**. Entrevista a Agência Senado, Rádio Senado em 17/06/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/17/pandemia-escancarou-racismo-e-pessima-condicao-de-vida-dos-negros-diz-jean-paul>. Acesso em: 01 jul de 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSA, Evellyn Gonçalves da; ALVES, Miriam Cristiane. Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, (n.spe), e229978, 1-14. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/d5kWsM4mt5fPmjnPMPRYJKS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de jul de 2023.

SANTOS, Israel Jairo; MATOS, Patricia Modesto; FRANÇA, Dalila Xavier. Raça e o gênero na docência do ensino superior. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – Educon, 14, 2020, São Cristóvão/SE. **Anais [...]** São Cristóvão/SE, v. 14, n. 10, p. 1-18, set. 2020. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2020/a_raca_e_o_genero_na_docencia_do_ensino_superior;_race_and_gender.pdf. Acesso em: 08 de set. 2022.

SANTOS, Leticia Laureano dos. **Percursos profissionais de docentes universitárias negras**. 2020. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1105/1070>. Acesso 30 de out 2022.

SANTOS, Sales Augusto dos; FREITAS, Matheus Silva. Sistema de cotas e fraudes em uma Universidade Federal Brasileira. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10034/5701>. Acesso em: 01 jun de 2023.

SANTOS, V. S.; PEREIRA, C. A. P.; FERREIRA, R. M. Acesso e permanência de pessoas autodeclaradas negras por cotas sociais em universidades estaduais: um estudo de caso no campus da UESPI de Floriano, PIAUÍ. *In*: ASENSI, Felipe (org.). **Produção de conhecimento na pandemia**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021. p. 123-140.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial. *In*: **Branquitude**: racismo e antirracismo. Diálogos do encontro 26 a 28 de outubro de 2020. Instituto Ibirapitanga. Disponível em: https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Caderno_Ibirapitanga_Branquitude_racismo_antirracismo_%C6%92.pdf. Acesso em: 12 dez. de 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia - área de concentração em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 25 de ago. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia Política**, v. 10, n 19, p. 41-55. jan/jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a05.pdf>. Acesso em: 29 jan 2023.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **Racismo, sexismo, crise do capital e ofensiva conservadora**: desafios à consolidação da igualdade racial e de gênero nas políticas sociais. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, Joselina; EUCLIDES, Maria Simone. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018. Disponível em: <https://www.SCIELO.br/j/er/a/snWvxPSTLhrJqY67FZvxM3G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

SILVA, N. K. de Melo; SANTOS, S. C. dos. Docência negra: representatividade e perspectivas. **Diversidade E Educação**, v. 8, n. 2, p. 390–413. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v8i2.11766>. Acesso em:30 de out. 2022.

SOARES, Cristiane Barbosa. **Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior**: representatividade, visibilidade e resistência. 2020. Dissertação (Mestrado Educação em Ciências) - Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/5438>. Acesso em: 30 out.2022.

SOARES, Lissandra Vieira. **Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela proteção social básica**: uma perspectiva interseccional. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182451/001076671.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 maio 2023.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrini. Escrevivências como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, v. 17, n 39, p. 203-219. mai. – ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>. Acesso em: 21 de jan 2023.

SOUSA, Ana Lucia Nunes de *et al.* Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. especial 1, p. 13-26, out. 2021. Disponível em: <https://www.SCIELO.br/j/sdeb/a/YzMSHRsH6Np93NV4DF7mzgF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. *In*: NASCIMENTO, AD.; HETKOWSKI, TM (orgs.). **Memória e formação de professores**. [online]. Salvador; EDUFBA, 2007. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-04.pdf>. Acesso em: 02 maio de 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 1; jan/abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/11344/pdf>. Acesso em: 21 de jan 2023.

SOUZA, Fernanda Aparecida de; VALENTIM, Silvani dos Santos. A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 45-61, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11041>. Acesso em: 10 de nov.2022.

SOUZA, L. F. de; MACHADO, L. H. B. Casa, maternidade e trabalho no distanciamento social: A pandemia da sobrecarga de trabalho para as mulheres. **Revista Da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 282–308. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.12467>. Acesso em: 30 out. 2022.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. Saúde pública ou saúde Coletiva? **Revista espaço para a saúde**, Londrina, v.15, n.4, out/dez. 2014. Disponível em: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/saude_publica_4.pdf. Acesso em: 04 de jun de 2023.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006. Disponível em: Tzvetan Todorov - As Estruturas Narrativas (pdf)(rev)https://moodle.ufsc.br/mod_folder/content. Acesso em: 02 de dez. 2022.

TORRES, Vitor. “**Escancarando**” o racismo no Brasil. A importância de um clipe para o combate ao racismo! 2019. Disponível em: https://labdicasjornalismo.com/noticia/614/-escancarando--o-racismo-no-brasil_. Acesso em: 01 jul de 2023.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. **Regimento interno da UNISINOS**: Programa de pós-graduação em saúde coletiva. Resolução do CONSUN n. 60/218. 2018. Disponível em: <https://www.unisinos.br/pos/images/modulos/estrito/regimento-interno/saude-coletiva/regimento-interno-saude-coletiva-2019-1.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 015, de 13 de janeiro de 2023**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propg/wp-content/uploads/Res015-23-Acoes-Afirmativas-na-Pos-Graduacao-2.pdf>. Acesso em: 22 de abr 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 02 de maio 2023.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 de jan. 2023.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa realizada pela doutoranda Rose Mari Ferreira, do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UNISINOS intitulada: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS DOUTORAS: ESTILHAÇANDO A MÁSCARA E ESCANCARANDO O RACISMO, O SEXISMO E A BRANQUITUDE NA SAÚDE COLETIVA. O projeto tem como objetivo geral analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva.

Você participará de uma entrevista, ou seja, de uma conversa em profundidade guiada por algumas questões. Esta conversa terá duração de aproximadamente uma hora e será gravada em vídeo, mas que posteriormente será utilizado apenas o áudio para transcrição. Sua identidade será confidencial e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins de investigação, sendo os mesmos devidamente armazenados pela pesquisadora.

A sua participação é voluntária e terá a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo para a sua vida pessoal e nem para o atendimento prestado pela rede de saúde. A pesquisa possui riscos mínimos, por se tratar de uma conversa que oportuniza reflexão e respeito sobre os assuntos relacionados a ser mulher negra e doutora em saúde coletiva ou saúde pública. Se a entrevista ocasionar algum tipo de mal-estar e considerar necessário um acompanhamento especializado, contamos com o apoio da equipe profissional da Equipe Estratégia da Família, da Unidade Básica de Saúde.

Em caso de dúvida ou novas perguntas você pode entrar em contato com a pesquisadora, pelo email: rosemariferreira344@gmail.com. Você receberá resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa.

O seu consentimento será gravado após a leitura deste termo. Aceita participar da pesquisa? SIM/NÃO

=====

Eu _____, portadora do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS DOUTORAS: ESTILHAÇANDO A MÁSCARA E ESCANCARANDO O RACISMO, O SEXISMO E A BRANQUITUDE NA SAÚDE COLETIVA

Fui informada dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Canoas _____ de _____ de _____

assinatura da participante

assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisador(a) principal: **ROSE MARI FERREIRA**

Telefone para contato: (51) 999014680 E-mail para
contato:rosemariferreira344@gmail.com

APÊNDICE A – Questionário Sociodemográfico

NOME:

DATA
NASCIMENTO:COM TU TE
AUTODECLARAS?

- PRETA
 PARDA

GRADUAÇÃO:

LOCAL

ANO:

ESPECIALIZAÇÃO

LOCAL

ANO:

MESTRADO

LOCAL

ANO:

DOUTORADO

LOCAL

ANO:

PÓS-DOUTORADO

LOCAL

ANO:

APÊNDICE B – Roteiro De Entrevista Semiestruturada

Qual a atividade que exerces?

Desde quando?

Tens experiência em docência na Universidade? Se sim, durante quanto tempo?

Em alguma atividade exercida na docência ou na saúde, já ocupastes algum cargo de chefia? Ou de coordenação? Ou de supervisão? Qual? Por quanto tempo?

Fostes usuária de algum Programa de Ações Afirmativas em algum período da tua formação académica? Se sim, em qual período?

Poderias me contar um pouco sobre tua trajetória na saúde coletiva ou na saúde pública?

Durante essa trajetória, desde a graduação até o doutoramento, quais/quantas foram as presenças negras nas salas de aula? Estudantes e docentes?

Durante o período de formação académica ou docência, sofrestes algum episódio de racismo? Poderias contar sobre isso?

Durante o período de formação académica ou docência, sofrestes algum episódio de machismo? Poderias contar sobre isso?

Diante desses episódios de racismo, quais estratégias tu estabeleceste para conseguir trabalhar com isso e manter tua saúde mental?

APÊNDICE C - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO COMO ESPAÇO DE ENCONTRO

O Grupo Temático Racismo e Saúde, que foi criado em 2003, a partir de demandas surgidas no 7º congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, é um espaço de diálogo e de articulação entre pesquisadoras/es, profissionais de saúde, gestoras/es, negros e movimentos que estão trabalhando com as temáticas relacionadas ao racismo e sua forma de enfrentamento.

A experiência de estar no 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva 2022 – ABRASCÃO – que pela primeira vez na história dos congressos instituiu Ações Afirmativas na organização do evento, proporcionou experiências que contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa na Saúde Coletiva.

Como campo de empiria, a reflexão de estar no Congresso, participar de mesas de discussões sobre Racismo, Ações Afirmativas, Saúde Integral da População Negra dentre tantos espaços possíveis como os que foram ofertados nessa 13ª edição do congresso, foi uma experiência muito rica.

Se não houvesse sido implementadas as Ações Afirmativas nessa edição, provavelmente teria sido mais difícil que eu pudesse ter participado do evento, considerando que em um primeiro momento, não haveria nenhum tipo de subsídio por parte do PPG de Saúde Coletiva da Unisinos. Somente em outubro de 2022, houve o anúncio de que o programa custearia algumas despesas geradas pela participação no evento, para estudantes que tivessem seus trabalhos aprovados para apresentação no evento.

Um dos encontros dessa experiência no congresso foi com Dra. Ionara Magalhães, Coordenadora de Políticas Afirmativas no âmbito Institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Marco importante dessa experiência de campo, proporcionou uma conversa sobre mulheres negras doutoras em Saúde Coletiva – título da coordenadora- e a possibilidade de ser apresentada a outras mulheres negras com a mesma titulação. Ao explicar minha pesquisa à coordenadora, que prontamente se propôs a colaborar, tive a sensação de que estar nesse congresso, para além de ser uma experiência única, também seria muito importante para o desenvolvimento de meu projeto.

Pela primeira vez em um Congresso de Saúde Coletiva, de acordo com a coordenadora e corroborado por outras pesquisadoras mulheres negras que lá

estavam participando, foram proporcionados diversos espaços para discussões de racismo e saúde, inclusive, finalizando com uma proposta de ações para serem implementadas quanto à saúde da população negra, e encaminhadas à equipe de transição do governo federal. E na continuidade, outro documento de manifesto “Carta compromisso da ABRASCO contra o Racismo, Sexismo, Patriarcado e todas as formas de discriminação”.

Através da importante manifestação com a escrita dessa carta-manifesto, a ABRASCO se posiciona firmemente na luta contra todas as formas de opressão, evidenciando o combate ao racismo estrutural, que está presente na academia, tanto na sua estrutura quanto na lógica de funcionamento.

Conhecer uma das participantes da Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva, encontro muito potente para falar sobre Odontologia como uma das áreas que participam da saúde coletiva, também marcou a experiência nesse congresso.

Desses dois encontros foram produzidas articulações para encontros futuros, ainda que online devido à distância geográfica, mas com perspectivas de outras aproximações de grupos que discutem as temáticas Racismo, saúde e interlocuções com as Ações Afirmativas.

APÊNDICE D - Egressos do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva: uma análise sobre

ANO OBTENÇÃO DO TÍTULO	SEXO FEMININO (DE ACORDO COM NOME E IMAGEM)	SEXO MASCULINO (DE ACORDO COM NOME E IMAGEM)	COR (DE ACORDO COM A FOTOGRAFIA NO CURRÍCULO LATTES)	COR (DE ACORDO COM OUTRA IMAGEM)*	TOTAL MULHERES BRANCAS	TOTAL HOMENS BRANCOS	TOTAL HOMENS PRETOS/PARDOS	TOTAL MULHERES PRETAS/PARDAS
2022	07	02	06	03	07	02	00	00
2021	07	03	09	01	06	03	01	00
2020	04	02	06	00	04	02	00	00
2019	06	01	07	00	06	01	00	00
2018	06	03	08	01	06	03	00	00
2017	02	00	02	00	02	00	00	00
2016	00	01	01	00	00	00	00	01

Fonte: Autoria própria, 2023.

*Quadro construído com os dados que estão disponíveis no site do programa⁶

* imagem encontrada na internet acompanhada de informações acadêmicas que correspondiam àquelas informações que constavam no currículo Lattes do doutorando/a.

⁶ o endereço do site do programa: [https://www.unisinos.br/pos/doutorado-academico/saude-coletiva/presencial/sao-leopoldo.caixa:Egressos:saiba mais sobre os Egressos do PPG em Saúde Coletiva.](https://www.unisinos.br/pos/doutorado-academico/saude-coletiva/presencial/sao-leopoldo.caixa:Egressos:saiba_mais_sobre_os_Egressos_do_PPG_em_Saude_Coletiva)

SEGUNDA PARTE - RELATÓRIO DE CAMPO

1 INTRODUÇÃO

Relatório da pesquisa ou logística de investigação?

Quem disse que o relatório da pesquisa começa no campo? Não sei. E nem sei se alguém teria dito isso, mas aqui, ousando a atrever-me e pedindo emprestadas as palavras de um querido escritor, realizo a atrevivência (SANTANA JÚNIOR, 2022) de narrar o relatório dessa pesquisa desde a escrevivência (EVARISTO, 2017).

Pesquisa de uma mulher negra, que atua na assistência odontológica no Sistema Único de Saúde – SUS e que durante a escrita do projeto de pesquisa (fevereiro/2023), inicia sua atuação na docência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS – IFRS Campus Alvorada. Pesquisa encarnada, implicada, de uma mulher que tem os pés fincados no seu lugar de mulher negra nessa sociedade racista e machista. Aproveito para salientar que durante todo o percurso do doutorado, o que inclui a pesquisa de campo, estou em plenas atividades na assistência odontológica e na docência em saúde coletiva. Todas as ações que compõem a trajetória, acontecem simultaneamente. Dito de outra forma, sou cirurgiã-dentista atuando na assistência odontológica do SUS – Sistema Único de Saúde, cumprindo carga horária de 20 horas semanais; estou professora substituta no IFRS – Campus Alvorada, na docência com turmas do ensino médio – PROEJA – Educação de jovens e Adultos e do ensino médio integrado ao técnico em meio ambiente, atuando também no curso de Licenciatura em Pedagogia e no Curso Produção de Multimídia, com carga horária de 40 horas semanais; participando de projetos de pesquisa e realizando a pesquisa de doutorado.

Dessa forma, escolho escrever esse relatório de pesquisa, que também é diário de campo, com o texto distribuído em episódios. Sempre lembrando de Grada Kilomba (2019) que nos fala em episódios de racismo cotidiano, essa escrita contada em capítulos, descreve algumas cenas dos encontros que aconteceram durante o percurso da pesquisa.

A maior concentração se dá nos encontros com as mulheres negras entrevistadas, pois são detentoras de minha atenção nessa pesquisa de doutorado. Trazer as narrativas dessas mulheres negras para compor a pesquisa e dessa forma,

produzir conhecimento a partir de nós mulheres negras, “conhecimento que traz a gramática forjada nas experiências das travessias negras transatlânticas, são reconhecidos e denominados como axé” (RUFINO, 2019, p. 94)

2 A APRESENTAÇÃO DO PROJETO NAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO DOUTORADO

E quando nós falamos
Temos medo que nossas palavras nunca serão ouvidas
Nem bem-vindas
Mas quando estamos em silêncio
Nós ainda temos medo
Então é melhor falar
Tendo em mente que
Não éramos supostas sobreviver
(Audre Lorde)

Esse capítulo tratará de alguns de tantos acontecimentos que atravessaram o percurso do doutorado e que por diversas vezes fizeram com que eu analisasse profundamente as ações que estavam sendo praticadas.

Foram vários momentos em que o Programa de Pós-graduação apresentou demandas que surpreenderam a todas, todos e todes. Desde a notícia de que o programa seria descontinuado e que nós, ingressantes em 2021/2 seríamos a última turma de doutorado até a talvez/possível/mais recente notícia (porque é a notícia até esse momento em que escrevo o diário) de que haverá mais turmas de Doutores em Saúde Coletiva!! Muitas surpresas a cada semestre em que éramos convidados a participar de um encontro com a coordenadora do programa. A ansiedade pairava entre os estudantes e a pergunta sempre presente era: “o que será dessa vez?”

2.1 As diversas apresentações do projeto: a angústia!

Nem bem estou comemorando a finalização do primeiro semestre do doutorado, com a provação em bioestatística com a queridíssima professora Juliana, iniciam as disciplinas do segundo semestre. E já iniciam com propostas definidas de apresentação dos objetivos geral e específicos do projeto da tese. Dios mio, que sufoco!

As aulas do Seminário aconteciam de forma híbrida, pois alguns estudantes estavam realizando o doutorado fora do Rio Grande do Sul. Dessa forma, em alguns encontros foi possível conhecer os colegas de turma pessoalmente, bem como conhecer as duas docentes que ministraram o Seminário de Tese I, nas duas temporadas. O encontro pessoal foi demarcador de território. Quem pode falar e quem não pode. O que significa pesquisa e o que não pode ser pesquisado. Comentários como “teu projeto de pesquisa tem 5 teses dentro dele”, já possibilitavam ter a dimensão do que estaria por vir durante o andamento da disciplina. E infelizmente, eu não estava errada.

Foram duras as aulas, com excesso de assédio, abundância de comentários julgadores, baixa quantidade de práticas afetivas para compartilhar conhecimento.

Como não quero dar uma proporção grande e importância para assuntos que embora fossem relevantes, tiveram um peso ruim, não desperdiçarei palavras para descrever cenas desse cotidiano.

3 A INSISTÊNCIA DA DOUTORANDA PARA TER OS ENCONTROS COM A ORIENTADORA (NÃO QUE A ORIENTADORA NÃO A QUISESSE ENCONTRAR)

Assim que realizamos nosso primeiro encontro ainda virtual, já foi possível verificar que havia uma conexão entre a pesquisadora e a orientadora. Logo já decidimos que a pesquisa seria sobre mulheres negras no doutorado e a partir desse momento, afinamos detalhes.

Com situações com as quais eu não estava preparada para trabalhar, algumas disciplinas foram mais duras do que outras. Minha experiência do mestrado em Saúde Coletiva trazia na bagagem situações democráticas na convivência com docentes. A realidade do doutorado realizou mudanças nesse cenário.

Minha orientadora, Dra. Laura se apresenta sempre muito tranquila e detentora de uma gentileza imensa: “Não aconteceu em todo esse tempo que estou na UNISINOS de algum projeto não ser qualificado, Rose. Então, creio que tu podes ficar tranquila em relação a essa etapa”. Essas são as palavras da Laura diante de minha ansiedade (quase) incontrolável.

Até esse momento que fizemos essa conversa, Laura ainda não tem o conhecimento pleno do que significa para mim a expressão “ficar tranquila”. Tenho que rir. E é muito bom rir, pois alivia as tensões provocadas por esse ritmo acelerado do doutorado.

Não consegui ficar tranquila; entretanto, consegui entender que a escrita de meu projeto realizada até aquele momento, havia sido avaliada pela orientadora e estava aprovada. Pronto! Vamos para a escolha da banca.

3.1 A escolha da banca para qualificação do projeto e as combinações para a escolha do dia em todas e todos possam participar

Em todo o percurso do doutorado, quando o assunto era mencionado, eu aproveitava a oportunidade para falar em “Bancas Afetivas”, pois essa era a experiência que eu havia vivenciado no Mestrado em Saúde Coletiva, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tanto na qualificação do projeto, quanto no momento da defesa. E essa fala que carregou já provocou reações inomináveis em um docente em determinada disciplina (conto esse episódio de estranhamento - que tentava encobrir o racismo que estava presente na cena- em capítulo mais para a frente).

3.2 O CEP – Comitê de Ética em Pesquisa e suas demandas

Submeter o projeto ao CEP foi outra das necessidades relacionadas à pesquisa. Uma vez que o projeto compreende entrevistar mulheres negras doutoras, ou seja, com seres humanos, realizar essa etapa é fundamental.

Faço a submissão do projeto em final de junho/2023. A partir dessa data, a saga de ficar acompanhando o desenrolar do processo na Plataforma Brasil.

Primeira intervenção: os avaliadores pedem que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) seja escrito de “forma mais amigável”. Recebo a notícia como um choque. Como assim, mais amigável? Meu entendimento é o de que escrevi da forma mais objetiva que encontrei e logo em seguida lembro de um querido professor que tive no curso de Especialização em Saúde Coletiva. Comentávamos sobre comunicação, o ato de comunicar, como sendo algo que é dito por uma pessoa e que é compreendido por outra ou nesse caso, por outras. Igualmente recordei de uma orientação feita por uma grande amiga, Márcia Fernanda, quando precisava entender quais eram os autores que eu tinha que ler para escrever sobre um determinado assunto. Ela disse-me assim: “Rose, olha como as outras mulheres escritoras que tu admiras fizeram. Vai lá nos artigos e analisa

quais são os autores e as autoras que a professora Dandara⁷ usou. Assim, tu vais construindo o teu referencial teórico.” Como é bom ter pessoas que acompanham nossa trajetória e que colaboram com brilhantíssimas colocações, como essas que a Márcia fez e que me deixaram bem mais tranquila, de maneira que pude estar mais bem preparada para a escolha de autoras e autores.

Mas, o que isso tem a ver com o Comitê de Ética? Tudo. É sobre comunicação, sobre informação, sobre como produzir uma informação que seja compreensível a quem desejamos que ela chegue. E tanto o professor da Saúde Coletiva quanto a amiga Márcia falavam sobre comunicação.

Recordando desses episódios, resolvi enviar uma mensagem para minha orientadora, pedindo a ela um modelo de TCLE que algum(a) orientando (a) dela tivesse usado em projetos e que o CEP tivesse aprovado. Laura prontamente me envia um modelo e eu já faço os ajustes. Submeto novamente ao CEP e a saga de acompanhar o processo na Plataforma Brasil segue firme. No dia 11 de agosto, dia marcado para a qualificação do projeto, finalmente, aprovação do CEP. Vivas!!

Mais alegrias ainda aconteceram quando no mesmo dia da qualificação do projeto, recebo o aceite do trabalho que submeti ao 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em saúde – ABRASCO que será realizado em novembro de 2023.

4 O DIA QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

"Quando estou escrevendo
e quando outras mulheres negras estão escrevendo,
me vem à memória a função que as mulheres africanas –
dentro das casas-grandes, escravizadas –
tinham de contar histórias para adormecer a casa-grande
Eram histórias para adormecer.
Nossos textos tentam borrar essa imagem.
Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande,
pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos."
(Conceição Evaristo, 2017).

Abro esse capítulo com Conceição Evaristo, que me permite acompanhá-la nesse caminho. Será nesse dia, na qualificação, que apresentarei oficialmente a *Escrevivência* (EVARISTO, 2017) às professoras e ao professor que compõem a minha afetiva banca de qualificação.

⁷ Dandara refere-se ao nome fictício da professora a fim de preservar sua identidade, pois não solicitei autorização à docente para usar seu nome nessa escrita.

Esse dia tão preparado, tão esperado, tão desejado...chegou! Durante a manhã dessa sexta-feira, me ocupei dos preparativos do cenário que iria compor a qualificação. Já havia qualificado e defendido no mestrado, em que também preparei um cenário que falasse, contasse um pouco da trajetória da pesquisa. Agora, no doutorado, a ideia era trazer um cenário também e sempre envolvido com as mulheres negras, dessa vez, com a necessidade de evidenciar as autoras negras. Tudo foi arrumado com muito zelo, com o cuidado para que as personagens participassem comigo desse momento tão importante, a qualificação do projeto. Foi me emprestada a Lilás, boneca negra linda, feita por uma querida participante de um dos projetos do IFRS, a Gabriela. Ela, Lilás, aparece na foto, compondo o cenário.



Lilás, uma das representantes das mulheres negras no cenário da qualificação do projeto.



Qualificação do projeto da
Rose Mari Ferreira
Fonte: a própria autora, 2023.

E chegamos às 13:30h!! Evidentemente, que eu já estava a postos bem antes. A mania de chegar antes... bem antes do horário combinado é um hábito (ou seria vício?) que carrego desde há muito tempo.

As professoras e o professor convidados para a qualificação foram pontuais na chegada. A escolha da professora Dra. Vera Rocha, da professora Dra. Monika Dowbor e do professor Dr. Alcindo Ferla foi dialogada com minha orientadora, que não manifestou posição contrária à participação das escolhidas e do escolhido. É importante registrar aqui minha sempre opção de escolher pessoas que contribuam com a pesquisa que estou realizando. Essa escolha está baseada em um sentimento que para mim é muito especial, o afeto. Escolher uma “banca afetiva” está para além de pensar na qualificação do projeto de doutorado. A banca afetiva tem a amorosidade, bondade,

O esperado aconteceu: a qualificação foi um show! Em todos os sentidos que a palavra possa compor, ouvir Vera, Alcindo e Monika foi a maravilha esperada.

Deu tudo mais certo do que poderia ter sido imaginado. Esse é o resultado quando o trabalho que é feito com dedicação, com amorosidade e cumprindo os preceitos de um trabalho acadêmico requer acontece.

Projeto Qualificado, vamos para o campo!!

5 OS PREPARATIVOS PARA AS ENTREVISTAS

Uma vez qualificado o projeto de pesquisa, já começo as preparações para as entrevistas. Eu já estava com os nomes iniciais das possíveis participantes então, iniciei as negociações por “watts app” para agendar nossos encontros. Conversas para tratar dos detalhes, dias em que ficariam bons para as entrevistadas, locais possíveis para realizar as entrevistas.

O check list para verificação dos itens

- ✓ celular carregado;
- ✓ TCLE com cópias – caso alguma cópia sofra acidente como água sobre o papel, cair embaixo da mesa;
- ✓ caneta, pasta, folhas;

Combinações realizadas e vamos para primeira entrevista.

6 BRISA: A NECESSIDADE DE SE MANTER NO TRABALHO PARA PODER ESTAR NA ACADEMIA

Alicerce

[...] -Se a gente pelo menos pudesse estudar os filhos...
 Senti uma pena tão grande do meu velho que nem
 pensei para perguntar:
 - Pai, o que mulher pode estudar?
 - Pode ser costureira, professora...- deu um risinho
 forçado e quis encerrar o assunto. Deixemos de sonho.
 Vou ser professora, - falei num sopro.
 Meu pai olhou-me como se tivesse ouvido uma
 blasfêmia.
 - Ah! Se desse certo... nem que fosse pra eu morrer no
 cabo da enxada. Olhou-me com ar de consolo.
 - Bem que inteligência não te falta.
 - É pai. Eu vou ser professora.
 Queria que ele se esquecesse das durezas da vida.
 Quando já cursando o ensino médio, eu chegava com o
 material debaixo do braço, via-o esperando por mim no
 início da estrada, na chegada da colônia.
 Num desses dias, quando atravessávamos a
 fazendinha e falávamos sobre meu estudo ele disse:
 - Tem que ser assim, filha. Se nós mesmo não nos
 ajudarmos, os outros é que não vão.
 Nisso ia passando por nós o administrador, que ao
 parar para dar meia dúzia de prosa, cumprimentou meu
 pai e lhe falou:
 - Não tenho nada com isso, mas vocês de cor são
 feitos de ferro. O lugar de vocês é dar duro na lavoura.
 Além de tudo, estudar filho é besteira. Depois eles se
 casam e a gente mesmo...
 A primeira besteira ficou sem resposta, mas a segunda
 mereceu uma afirmação categórica e maravilhosa que
 quase me fez desfalecer em ternura e amor.
 - É que eu não estou estudando ela pra mim – disse
 meu pai.
 – É pra ela mesmo.
 O homem deu de ombros e saiu tão lentamente que
 quase ouviu ainda meu pai me segredando:
 -Ele pode até ser branco, mas, mais orgulhoso do que
 eu não pode ser nunca. Uma filha professora ele não
 vai ter.
 (Geni Guimarães – A cor da Ternura, 2018)

Primeiro encontro para a entrevista com a primeira colaboradora (ainda não decidimos como ela vai figurar no texto, se com seu nome ou outro a escolher).

Nos encontramos em um café muito aconchegante na cidade baixa, Porto Alegre/RS.

Cheguei antes do horário combinado, pois a mania de não se atrasar ainda persiste em mim.

Consegui estacionar perto do lugar, o que me deixou mais tranquila, considerando que não estou tão acostumada a estacionar/circular de carro nesse bairro.

Fui afetivamente recebida no local pela própria dona. Ela me oferece escolher qual mesa quero sentar, se mostra muito atenciosa. Com ela estão mais duas pessoas, que gentilmente me cumprimentam como se me conhecessem há muito tempo (nada de estranho, pois todas as pessoas são negras, o que é comum entre nosso povo). Bastou ouvirem que eu estava aguardando pela entrevistada para que a abundância afetiva pudesse logo entrar em evidência.

Ela chega no horário combinado, nos abraçamos, eu a agradeço pela colaboração que está tendo comigo.

Brisa já havia feito a reserva de uma mesa (cuidado máximo) para não corrermos risco de ficarmos aguardando por local onde sentar.

A conversa inicia como se as duas, pesquisadora e colaboradora se conhecessem há muitos anos. Nada de novo quando pensamos na ancestralidade que nos une.

Durante nosso encontro, vários foram os momentos de alegrias, de risos e também de emoções. Dois corpos negros, duas mulheres negras que estão em encontro, lembrando os episódios de racismo cotidiano que enfrentam e continuam enfrentando. Uma fortalece a outra. O abraço, as lágrimas, o riso, tudo é comum entre as duas.

Brisa adora sagu. Rose também. Brisa narra sobre o restaurante em que costumava almoçar em uma de suas tantas viagens, em uma de suas tantas docências, em que o dono do restaurante guardava a sobremesa (sagu) para que ela pudesse degustá-la, uma vez que no dia em que Brisa almoçava não era dia da maravilhosa sobremesa. Muitas lembranças de nossas infâncias negras com a sobremesa do almoço de domingo. Muito carinho nessa narrativa. Duas mulheres negras, uma de pele clara e outra de pele retinta. Duas mulheres negras que, uma ouvindo a narrativa da outra, percebem-se fazendo parte dela como se fosse uma única narrativa.

Brisa conta que foi convidada a fazer uma fala com o pessoal de uma creche para funcionários de um determinado hospital geral na capital Porto-alegrense. Lembra momentos de muita dor. As pessoas adoecidas pelo racismo. A professora da creche havia percebido que as crianças negras não recebem beijo e abraço como

as crianças brancas recebem e isso estava causando muita dor. O racismo tem todos os aspectos da crueldade. Da crueldade com crianças, que nem podem ainda ter qualquer manifestação de defesa.

Rose relata que uma de suas irmãs atuava como educadora em uma creche e que também não tolerava essas manifestações. Provocou tantos movimentos que conseguiu realizar mudanças nas atitudes de algumas outras educadoras. Mas a dor fica.

Aqui as duas, Rose e Brisa sentem mais uma vez a dor do racismo.

As narrativas foram acontecendo e junto com elas, as emoções. Em uma delas que registro aqui, as duas mulheres relembram suas mães, que embora não tivessem tido acesso à educação formal em todas as suas instâncias, não mediram esforços para que as filhas estudassem.

Brisa trouxe as palavras de sua mãe: “Tu vai estudar! ela disse. Tu vais estudar para não ser empregada doméstica.” E o pai de Brisa também incentivou o estudo da filha, contribuindo de todas as maneiras que lhe eram possíveis.

Eu recebi as sábias palavras de minha mãe também. E acrescentadas pela sabedoria das palavras de meu pai: “o estudo não ocupa lugar”!

Foram vários os momentos de muito comprometimento com as narrativas, a voz de Brisa e o eco na minha cabeça, muitas semelhanças nos acontecimentos.

7 MARIA FIRMINA: A IMPORTÂNCIA DE NOMEAR O RACISMO NA SAÚDE COLETIVA

Agora eu sou a poesia,
Tentando falar o inaudível
Palavras envoltas pela melodia
Silenciosa do coração.
Canto sereno na boca amordaçada,
Sem verso, sem estilo,
Sem nome, sem rima.

Sou a poesia encarnada,
O verso do inverso
Sem começo
Sem meio
Sem fim.
Poesia que procura no poeta
A alma do mundo

(Memórias da Pele, Elisa Pereira, 2018)

7.1 Entrevista com Maria Firmina

Depois de algumas tentativas de conciliar horários, conseguimos agendar para acontecer a entrevista pelo Google Meet, em uma sexta-feira pela manhã. Se aqui estava calor, imagina para Maria Firmina, em uma cidade do nordeste brasileiro.

E pontualmente iniciamos nossa conversa. Eu me (re)apresento, pois era natural que ela não se lembrasse de mim. Havíamos nos encontrado pela primeira vez no Congresso de Saúde Coletiva da ABRASCO – ABRASCÃO 2022 em Salvador/Ba. Um encontro que para mim, foi marcante e decisivo: teria que conversar mais com essa mulher. Apresentações feitas, expliquei o motivo do encontro, solicitei a autorização para gravação e autorização como colaboradora na pesquisa.

Maria Firmina é mulher negra, autodeclarada parda. Detentora de uma voz encantadora (não por acaso, é cantora). Observo ao fundo da sala, um instrumento que lembra violão na parede. Imagino o espetáculo para os ouvidos poder apreciar violão e voz de Maria Firmina. Bem, mas isso seria para outro momento (talvez), o nosso agora, é de narrativas.

Momentos marcantes, esperados e desejados como foram os momentos com as colaboradoras. Maria Firmina narra parte de sua trajetória e a identificação logo se estabelece. Somos duas mulheres negras de pele clara que passamos, vivenciamos muitas situações semelhantes.

“Ah, mas tu não é negra!” Essa é uma das tantas frases que foram ouvidas por Maria e por mim ao longo de nossas trajetórias.

Relembro aqui um dos pontos marcantes de nossa conversa. Vou tratá-lo como a importância de nomear o racismo. Maria ressalta que o racismo precisa ser nomeado e que não é possível combater as diversas desigualdades pontuadas pelas associações que se querem figurar como aquelas que estudam a saúde coletiva, sem trazer para o palco o racismo. Falar sobre pobreza no SUS – Sistema Único de Saúde sem pautar o racismo não pode ser aceito. Falar que 70% a 80% da população que depende exclusivamente do SUS é formada pela população negra, sem encarar o racismo como determinante histórico dessas desigualdades, não pode funcionar. Salienta que é necessário fazer esse enfrentamento com uma franqueza histórica “pois não há como combater fragilidades na Atenção Primária, Secundária e terciária, em todos os níveis no SUS, sem encarar o racismo!”.

8 CAROLINA MARIA DE JESUS E AS MULHERES NEGRAS: DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA

Meu silêncio é fruto da dúvida
Dos questionamentos
Não é produto de uma calma vivida por minha alma,
Ora desola, ora desloca, sufoca

Meu silêncio, é fruto da indignação
Da dor, da entrega, da razão.
Não é paz que enche meu coração,
Há um vulcão exposto em meu ser.
Ora queima, ora fere, desorienta.

Meu silêncio é fruto do não conformar,
Do não aceitar, de reivindicar justiça.
Não é descanso que trago nos olhos,
Há um rio de lágrimas que se esvai.
Ora molha, ora limpa, lava.

(Memórias da pele, Elisa Pereira, 2018)

8.1 Encontro com Carolina Maria (de Jesus)

Nosso encontro aconteceu em uma aconchegante livraria/café, situada na cidade baixa, bairro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Digo que esse encontro físico, de duas mulheres pretas se reencontrando e podendo se abraçar, sorrir, rir e se fortalecer uma com a outra, aconteceu nesse dia. Mas a afinidade já estava estabelecida desde há muito tempo atrás. No reencontro, lembranças muitas de episódios acontecidos na trajetória das duas mulheres, que se conheceram como mestranda e professora do mestrado em saúde coletiva, em 2019.

Como as histórias não precisam começar no início, digo que escrevo o nome de nossa entrevistada como Carolina. Pergunto a ela quando estamos finalizando essa conversa que nome gostaria que fosse usado para descrevê-la em nossas narrativas. Ela diz “Carolina”! Eu pergunto se com “C” ou com “K” ao que ela rapidamente responde que seja com “C”. E complementa: Carolina Maria e se tiver sobrenome, de Jesus. Pronto! A partir de agora, Carolina Maria de Jesus está contanto parte de sua caminhada para contribuir com essa outra mulher negra que deseja concluir o doutorado.

As combinações da entrevista com Carolina

Após alguns contatos via “watts app” consegui combinar com ela um encontro para 21 de setembro, quinta-feira, à tarde, na cidade baixa, em um café, livraria ou algo semelhante, que Carolina escolheu, situada nesse bairro de Porto Alegre/RS.

Deu tudo certo. O encontro estava marcado para acontecer. Foram algumas horas de intensas narrativas de Carolina, com várias lembranças de episódios similares entre as duas mulheres negras.

E a trajetória de Carolina, mulher negra autodeclarada preta, com um sorriso de encantar a quem for sensível à tamanha beleza. E iniciamos com conversas sobre a vida, sobre a intensidade da vida acadêmica, sobre ser doutoranda, professora e cirurgiã-dentista na assistência odontológica, tudo somando uma carga horária para além de 60 horas semanais.

E Carolina se apresenta, fala sobre suas redes de afeto, de quanto a militância fez parte de sua vida antes de entrar na academia e os acontecimentos da graduação até a pós-graduação.

Nas misturas das narrativas, pois eu estou cursando o doutorado, Carolina se surpreende de como determinadas situações (por que não dizer cenários?) não mudam com o tempo. As duas concluem que o racismo é o fator dessa manutenção. Pessoas em situação/posição de poder não querem abrir mão de seus privilégios. E querem continuar no poder e se possível, com mais poder e mais privilégios.

Carolina narra que durante o percurso de formação da graduação até a pós-graduação, poucas pessoas negras, pouquíssimas mulheres negras estavam como estudantes e mais raro ainda, como docentes. Ouviu a frase que mulheres negras vão da invisibilidade à resistência. Avaliou o quanto se tornava difícil ser resistência durante muito tempo. Resistiu. E continua resistindo. Acolhe estudantes negras e negros que desejam seguir da graduação para mestrado. Promove bancas formadas por docentes negras/negros da graduação até a pós-graduação.

9 PIGMENTOCRACIA E AS MÁSCARAS ADOTADAS PARA AS CENAS DO RACISMO COTIDIANO

Minha pele não tem fronteiras
 Não tem classe social, pele preta!
 Rasgada em versos de música,
 mesclada a várias cores
 muitas vezes coberta de horrores,
 outras de amores.
 Pele que me impele,
 pele que me impede.
 Dores que se arrastam,
 anos a fio, morte.
 Morte à pele preta!
 Emudeço.
 Não cresço, não subo, só desço,
 pele que carrego na pele, feito tatuagem.
 pele viva, pele nua, pele crua.
 Vejo minha pele nas estatísticas dos jornais,
 na lista de cadáveres,
 no resultado das caçadas diárias nos morros.
 Minha pele esticada no asfalto,
 diante das câmeras de TV.
 pele que confunde a noite,
 e no escuro exala dores.
 (Elisa Pereira, 2018)

Pigmentocracia, ou 'colorismo' (WALKER, 1982), é uma das faces do racismo na qual sujeitos com diferentes tons de pele são tratados de acordo com os sentidos sociais que revestem seus grupos étnicos. Esse é o conceito. Passemos para as cenas e as máscaras.

Em um seu livro intitulado *Caminhos trilhados na luta antirracista* (2020, p. 77) Zélia Amador de Deus no capítulo *As personas (máscaras)* faz uso de metáforas (assim como a pesquisadora nessa tese de doutorado) para evidenciar as diversas facetas que o racismo adquiriu ao longo da história. Nesse capítulo em que relato meu encontro com o termo pigmentocracia, uso os ombros da gigante mulher negra Zélia para escancarar que a branquitude utiliza diversas máscaras e que faz uso dessas, marcando total ausência de pudor, quando quer discriminar a partir da cor da pele.

Em uma das entrevistas, a pesquisadora estava contando como havia sido o processo do edital de seleção para a vaga de doutorado no programa em que está inserida e surge o termo “pigmentocracia”. O relato estava baseado em processos pelos quais as mulheres negras se inserem, quando estão concorrendo a uma vaga, seja para a realização do doutorado, seja para o ingresso como docente no

magistério superior. E foi possível constatar que a pesquisadora sendo uma mulher negra de pele clara e uma das colaboradoras da pesquisa ser mulher negra de pele escura, as ações que foram desenvolvidas pelas bancas de avaliação nos seus diversos processos de seleção em que ambas participaram, fizeram escolhas baseadas no tom de pele das candidatas, pesquisadora e entrevistada. As conclusões a que chegaram ambas, pesquisadora e colaboradora, puderam evidenciar que como elas duas, mulheres negras de peles em tons com menor e maior quantidade de melanina, foram tratadas de forma diferenciadas, baseadas no tom de suas peles.

E é necessário lembrar aqui de um texto ao qual fui apresentada e que dialoga muito com essa experiência. Bruna Moraes Battistelli, Luciana Rodrigues e Daniela Ferrugem (2021, p. 564) nos trazem que “falar desde a nossa carne é uma atividade de risco, quando práticas racistas e sexistas de silenciamento ainda são vigentes”. As autoras avaliam as práticas de cuidado e as práticas de apaziguamento que entram em funcionamento nas situações em que estudantes de uma determinada universidade denunciam ser vítimas de racismo. Apontam que “falar é um ato de coragem, mas também de risco” (BATTISTELLI; RODRIGUES; FERRUGEM, 2021, p. 559). Dessa forma, aqui nesse relatório, apenas dou umas pinceladas sobre o assunto, tangenciando a profundidade da conversa com a colaboradora, pois preciso que nós duas estejamos em segurança.

10 RELATOS DO RACISMO COTIDIANO

Arranca as máscaras,
mostra logo a face dura,
ó senhores do engenho da era moderna
que chicoteiam as costas do preto com a falsa aceitação,
que fingem incluir, quando na verdade propagam o
repúdio.
Capitães do moto sois!
(Elisa Pereira, 2018)

A intelectual negra Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da plantação: episódios de Racismo cotidiano* (2019) descreve as trajetórias de mulheres negras que estavam vivendo na Alemanha, no período em que a autora estava realizando o doutorado. Grada inclui alguns relatos de sua vida entre os acontecimentos narrados pelas duas mulheres entrevistadas e que juntos, compõem o livro.

No início do livro, Grada Kilomba se propõe a explicar que o título do livro

“examina a temporalidade do racismo cotidiano” e que a combinação dessas duas palavras “plantação” e “memórias” descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. (KILOMBA, 2019, p. 29)

Dessa maneira, a autora nos explica que as situações de racismo que são vivenciadas pelas pessoas negras, em vários momentos de suas vidas, fazem com que esses sujeitos e sujeitas tenham sentimento de aprisionamento, recordando a violência do passado na situação de escravizados/as.

Lembrando de um texto escrito por duas mulheres negras e uma mulher branca, o trecho em que diz

O silenciamento de pessoas negras na universidade opera por mecanismos sofisticados que confundem intimidade e cuidado com dominação e violência. Um corpo negro, em uma sociedade estruturada pelo racismo, só é bem-vindo quando se posiciona de modo a referendar o que os corpos brancos julgam como importante e necessário; um corpo negro, quando ergue a voz e se coloca contrário aos instituídos, passa a ser alvo de atenção de tal forma que o silenciamento passa a ser estratégia de sobrevivência. (BATTISTELLI; RODRIGUES; FERRUGEM, 2021, p. 558-559)

Por diversas ocasiões tive que me manter em silêncio como estratégia de segurança. Em uma determinada disciplina, estava sendo “bombardeada” de falas racistas por um docente, homem, branco. A outra docente que compartilhava a disciplina, talvez por pouco entendimento do que estava se passando naquele momento, me perguntou por que me recusava a responder a determinado questionamento. Fui assertiva em argumentar: “posso ser mal interpretada se eu responder exatamente o que estou pensando”!

Luiz Rufino (2019, p. 153) diz que as dimensões material e imaterial estão imbricadas e que nessa “encruzilhada que as lógicas do poder são transgredidas e rasuradas”. Rufino ainda nos brinda com seus saberes ao dizer que na capoeira, o jogador ao reconhecer o poder do outro com quem está jogando, não deve bater de frente, mas sim, aproveitar as brechas para que esse poder possa ser transgredido (RUFINO, 2019).

Evidentemente, essa atitude gerou estranhamento. Docentes que se colocam em posição hierárquica (supremacia racial branca) não esperam nem uma outra atitude de uma discente (ainda mais se a estudante for uma mulher negra) que não seja a obediência.

E em momentos como esse, que nossos corpos tão indesejados nesse espaço acadêmico, são colocados visivelmente como descartáveis, pois a branquitude hegemônica da sala não se manifestou, salvo por um colega que pediu a palavra e manifestou sua indignação, é que me sinto como estar impedida de falar. A máscara entra em cena (ou será que ela nunca esteve fora?).

A mulher negra lida até hoje com a interdição. A estudante negra, a pesquisadora, a doutoranda, se vê impossibilitada de falar, nos momentos em que está sendo oprimida pelo docente branco. A interdição precisa funcionar, seja da fala, do pensamento, da ideia. O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? Quem pode falar? Essas são importantes reflexões que nos traz Grada Kilomba (KILOMBA, 2019).

A professora entrou em contato comigo solicitando que pudéssemos conversar, pois ela havia ficado profundamente preocupada com o que havia acontecido em aula. Após vários minutos de uma conversa rica em detalhes de como eu, mulher negra, sendo a única pessoa negra em sala de aula estou em posição de insegurança, e que a docente e todas as demais mulheres brancas da sala não partem do mesmo lugar de onde me situo; de que um docente, homem branco, detentor de heteronormatividade e em seu lugar de poder representa uma ameaça à qualquer posicionamento que eu assuma, por vezes, me furtar de responder, faz com que eu preserve minha saúde mental, além de minha segurança para me manter no programa. Seria muito fácil que a conversa fosse manipulada pela branquitude de tal forma que eu, a estudante negra é quem fosse responsabilizada pela desarmonia provocada no ambiente.

A intelectual negra bell hooks em seu livro *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019) nos lembra de que quando era estudante na pós-graduação, as violências perpetradas por professores brancos aos estudantes negros eram recebidas com descrença quando comentadas durante os horários de atendimento aos alunos. Nas palavras de bell hooks “havia sempre uma expressão de descrença, surpresa e suspeita sobre o rigor do que eu estava reportando” (2019, p. 129).

Posso dizer que nesse caso, a professora branca posicionou-se como aliada, compreendendo os motivos pelos quais fiz a opção do silêncio, de não responder ao questionamento. Posso inferir, pelas conversas que seguiram durante o andamento da disciplina, que essa professora assumiu o papel de branquitude crítica

(CARDOSO, 2010) reconhecendo ser detentora de privilégios conquistados às custas da escravização de pessoas negras e uma vez tendo compreendido que partimos de lugares diferentes, experienciamos de formas não análogas uma mesma realidade.

Recordo-me de uma situação acontecida após essa aula marcada pelo excesso de opressões, em que calma e tranquilamente respondo ao docente da seguinte forma: "Professor, nesse momento, o que nos separa aqui como docente e estudante, é teu título de doutor"!

Evidentemente que não é somente isso que separa dois corpos em posições hierárquicas, como é o caso do doutorado em saúde coletiva. No entanto, naquele momento em que "atirei" as palavras, estava precisamente posicionando-me como resistência, ainda que tivesse o peso da hierarquia do docente.

E visitando essa escrita de Achille Mbembe, (2019) "PODER BRUTAL, RESISTÊNCIA VISCERAL. "Quando o poder brutaliza o corpo, a resistência assume uma forma visceral", não pude deixar de lembrar da "expressão" na face do docente diante de minhas palavras.

Bem, são águas passadas. Ele continuará sendo o espírito epistemologicamente evoluído. Eu, sigo na produção do conhecimento realizando pesquisas encarnadas, como pesquisadora militante, como mulher negra falando de onde tenho meus pés fincados!

10 PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS PROPOSTOS

A pesquisa de campo foi realizada com mulheres negras doutoras em saúde coletiva. Foram realizadas entrevistas narrativas com três mulheres, duas atuando no Rio Grande do Sul e uma atuando em um estado no nordeste brasileiro.

As três mulheres negras relataram episódios de racismo e machismo em suas trajetórias acadêmicas e demarcaram a academia como lugar de diversas opressões. Todas ocuparam e ainda ocupam lugares de gestão, tanto na docência quanto na assistência. Relataram as diversas estratégias adotadas para se manterem no campo da saúde coletiva.

As Ações Afirmativas foram importantes na trajetória de pelo menos uma delas, que relatou ter realizado sua formação educacional, desde a básica, passando pelo ensino médio, graduação e pós-graduação totalmente em escolas públicas.

Uma das mulheres foi bolsista durante o período da graduação, mestrado e doutorado. Embora as bolsas em nível superior não se constituam como Ações Afirmativas, foram importantes para que a docente pudesse realizar sua trajetória acadêmica.

A branquitude, definida como a ideia falaciosa de superioridade racial branca (SCHUCMAN, 2012) atuou e se atualiza para continuar atuando na trajetória das mulheres colaboradoras. A pouca presença de pessoas negras na trajetória acadêmica, seja como colegas ou como docentes na graduação e pós-graduação foi marcante nas narrativas das colaboradoras.

As três mulheres negras doutoras em Saúde coletiva relataram que durante suas formações acadêmicas, assim como durante Mestrado e Doutorado, as questões raciais não fizeram parte das discussões. Relataram a inexistência de autoras e autores negros nas referências das disciplinas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Uma das colaboradoras revelou que por diversas vezes recebeu propostas para trocar seus temas de pesquisa (temas relacionados às desigualdades sociais/raciais) e que foi criticada por conta de adotar referenciais teóricos majoritariamente afro centrados em vez de adotar referências teóricas de autores europeus e americanos. As narrativas das colaboradoras corroboram o pressuposto da autora dessa tese quando expõe em seu projeto de pesquisa que “o campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos, tem sido constituído e normatizado pela branquitude” (FERREIRA, 2023).

A firme posição que adotaram como ser referência para as/os estudantes negras/os que participaram e participam nas Instituições em que atuam fez com continuassem na luta por acesso de pessoas negras ao ensino superior, na garantia de reserva de vagas para pessoas pretas e pardas em concursos do magistério, na implementação de Ações Afirmativas nos programas de pós-graduação e na política pública de bolsas de permanência para estudantes negras em negros que acessam à academia.

11 CONSIDERAÇÕES NADA FINAIS

Essa pesquisa apresentou as narrativas (auto)biográficas de mulheres negras doutoras em saúde coletiva. As mulheres negras colaboradoras e a mulher negra pesquisadora realizaram encontros que ficarão marcados como encontros de muito afeto, de potência, de ancestralidade e sobretudo, de produção de conhecimento. As diferenças, as singularidades e os modos de narrar foram especiais de cada uma delas.

E em cada uma das vozes, em determinadas cenas das narrativas, a pesquisadora encontrou-se com a entrevistada. Juntas, narravam suas histórias que apresentavam muitas semelhanças, assim como são semelhantes acontecimentos para nós, mulheres negras, que partimos de lugares diferentes daqueles do qual partem outras mulheres.

A pesquisa teve como uma de suas limitações não realizar mais do que três entrevistas com mulheres negras doutoras em saúde coletiva. Em várias tentativas de conciliar encontros (virtuais, considerando o local de moradia das possíveis colaboradoras, um Estado do Nordeste brasileiro) com duas outras mulheres negras cujos contatos foram enviados a pesquisadora, não foi possível realizar as entrevistas pois as colaboradoras não demonstraram disponibilidade.

Foram várias participações em congressos nacionais e internacionais em que tive oportunidades de apresentar os resultados dessa pesquisa. Em um dos congressos, os dois textos apresentados serão publicados como capítulos de livro. Mais uma contribuição para a produção de conhecimento que essa tese proporcionou.

As mulheres negras fizeram narrativas densas, marcadas pelo racismo, sexismo e branquitude em suas trajetórias acadêmicas. Desenvolveram estratégias para que pudessem se manter no campo da saúde coletiva, tanto na assistência como na docência. Evidenciaram em suas narrativas, a complexidade de estar em um local branco, hostil e racista como é a Academia. Não se curvaram diante das diversas opressões. Cansaram algumas vezes, repensaram suas trajetórias, não desistiram. Continuaram e continuam produzindo conhecimento, abrindo caminhos para que outras pessoas negras, sobretudo mulheres negras, possam alcançar esse lugar e nele possam se manter sem tanto sofrimento.

TERCEIRA PARTE – PRODUTOS DA TESE

Capítulo Do Livro - Mulheres negras doutoras: uma revisão narrativa acerca desse (não) lugar na docência em Programas de Pós-Graduação no Brasil – submetido e aprovado para publicação no Edital do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC.

MULHERES NEGRAS DOUTORAS: UMA REVISÃO NARRATIVA ACERCA DESSE (NÃO) LUGAR NA DOCÊNCIA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Rose Mari Ferreira⁸

Antônio Cícero de Andrade Pereira⁹

Laura Cecília López¹⁰

INTRODUÇÃO

O acesso à Educação para as pessoas negras no Brasil, em especial para mulheres negras, resulta de lutas oriundas do Movimento Negro (Gomes, 2017) e mais especificamente de reivindicações de coletivos que representam o Feminismo Negro brasileiro. O ativismo político das mulheres negras que compõem tais coletivos nos aponta que a raça é sim um marcador para que sejam compreendidos como o racismo, o machismo e as desigualdades sociais, opressões estas que atingem as mulheres negras, precisam ser consideradas mediante lentes da Interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021).

O acesso de pessoas negras na pós-graduação *Stricto sensu*, em cursos de Mestrado e Doutorado, tem sido tema de interesse para autoras e autores que visam discutir sobre diversidade, desigualdades e diferenças no campo da Educação Superior. Entre nossos achados, damos destaque ao artigo intitulado “Acesso de negras e negros à pós-graduação”, oriundo da pesquisa “Negras e Negros nas Ciências” e financiada pela Fundação Carlos Chagas (FCC). Neste artigo, Gonçalves e seus colaboradores (2019) nos revelam que há

⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Saúde Coletiva pela UNISINOS; Professora de disciplinas na área de conhecimento “Saúde Coletiva” do IFRS no *Campus* Alvorada; Odontóloga sanitária da Prefeitura Municipal de Alvorada/RS. E-mail: rosemariferreira344@gmail.com

⁹ Doutorando do PPG em Educação pela UFSCar (PPGE-So) e do PPG em Estado e Sociedade pela UFSB; Bolsista FAPESP do Programa de Bolsas de Doutorado Fora do Estado (PBD); Professor Assistente IV da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no Campus Floriano. E-mail: antoniocicero@frn.uespi.br

¹⁰ Pós-Doutora pela Faculdade Nacional de Saúde Pública da Universidad de Antioquia/Colômbia; Doutora e Mestre em Antropologia Social pela UFRGS; Docente credenciada pelo PPG em Ciências Sociais e pelo PPG em Saúde Coletiva da UNISINOS. E-mail: lauracl1975@gmail.com

desigualdade quanto ao acesso de negros (ambos os sexos) à pós-graduação quando comparados ao acesso de brancos. Os autores, ao comparar os dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 e 2013, constataram que “entre todos os estados da federação, os brancos foram majoritários na pós-graduação em quase todos, mesmo naqueles estados nos quais o total da população branca era menor do que a população negra, como foi o caso da Bahia.” (Gonçalves *et al.*, 2019, p. 203).

Em contrapartida, apresentamos outra pesquisa que traz um olhar distinto daquele publicizado por Gonçalves e seus colaboradores, referimo-nos ao trabalho realizado por Letícia Laureano dos Santos (2020). Neste trabalho, a autora apresenta o protagonismo de mulheres negras docentes em Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam como professoras em cursos de Graduação, com o intuito de compreender outras dimensões da vida acadêmica destas mulheres. Através do método narrativo, a autora destaca o percurso que suas colaboradoras percorreram até chegaram na docência.

Uma de suas entrevistadas, identificada como Niara, quando perguntada se já havia percebido algum tipo de discriminação relacionado à raça e/ou gênero durante sua atuação profissional, responde que reconheceu sim, mesmo que tenha sido de forma sutil, que estava sofrendo racismo quando soube de um acontecimento envolvendo uma estudante branca. Vejamos o que disse Niara sobre este episódio:

Ela já havia tentado “colar” comigo [...] nunca permiti que nenhum aluno meu colasse ou que entregasse um trabalho “meia boca”. [...] E eu sempre exigi muito dela e um dia ela falou com outra colega: “eu estou fazendo uma cadeira com aquela professora negra, ela é bem exigente”, mas destacou o fato de eu ser negra. Acho que foi uma das primeiras vezes que eu ouvi (Niara *apud* Santos, 2020, p. 932).

Após interpretar o discurso de Niara e de outras mulheres negras que atuam como professoras do Ensino Superior em nível de Graduação, a autora identificou que as docentes negras necessitam estar em constante demonstração de suas capacidades nos espaços de atuação profissional e que, a presença de mulheres negras docentes no ambiente acadêmico, causa estranhamento à sociedade (Santos, 2020), o que condiz com as reflexões feitas por Grada Kilomba (2019), ao enfatizar que o espaço acadêmico, longe de ser um espaço neutro, é um espaço branco. E esse espaço privilegiado tem sido negado às pessoas negras, até mesmo o direito de fala.

Fazendo um apanhado entre os dois trabalhos apresentados até aqui, percebemos que no primeiro os autores não disponibilizam dados específicos do quantitativo de mulheres negras que acessa(ra)m a pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil, enquanto no segundo a autora somente contemplou narrativas de mulheres negras que atuam como docentes em cursos de

Graduação. O que nos possibilitou levantar os seguintes questionamentos: Quantas mulheres negras docentes que atuam em IES, sobretudo aquelas que lecionam em Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* no Brasil? O que narram as mulheres negras doutoras sobre os desafios enfrentados enquanto docentes em PPG em Universidades públicas?

Na tentativa de sanar tais inquietações, decidimos realizar um breve levantamento bibliográfico utilizando a plataforma *Google Acadêmico*. Todavia, compete-nos ponderar que aquilo que aqui chamamos de levantamento não atende ao rigor necessário para considerá-lo uma revisão sistemática. Outra consideração a ser feita é sobre como realizamos esta revisão. Partindo da premissa de que a autora que compõe a presente parceira é pesquisadora na Área de Conhecimento “Saúde Coletiva”, buscou-se identificar quantos trabalhos seriam indicados pela plataforma supracitada ao procurar usando os descritores “doutoras negras” e saúde coletiva, sem a aplicação dos operadores booleanos. Tal busca nos proporcionou 31 trabalhos acadêmicos, sendo que destes, após a leitura de seus títulos, resumos e palavras-chave, selecionamos sete produções que dialogam com nossas tentativas de explicação mediante os questionamentos que tanto nos inquietam.

Como dissemos, o presente trabalho de investigação não atende a alcunha de revisão sistemática. Todavia, ele consiste em outro tipo denominado revisão narrativa. Para Edna Terezinha Rother (2007), as revisões narrativas são artigos que atendem uma abordagem qualitativa a qual abrange de modo amplo publicações de diferentes áreas de conhecimento. A autora também destaca que as revisões narrativas não se estruturam metodologicamente no que tange à busca por referências, tampouco seguem critérios quanto à avaliação e seleção dos trabalhos analisados.

Outrossim, as revisões narrativas constituem-se como métodos de revisão de literatura em que são apresentados textos de artigos, capítulos de livros, teses e dissertações, encontrados nas bases de pesquisas e que permitem ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica. Segundo Ana Maria Dyniewicz (2014), como não necessitam seguir metodologia criteriosa de busca e seleção de textos, as revisões narrativas não permitem a reprodução dos resultados possa ser encontrada em outra pesquisa a ser realizada.

Considerando nossa escolha pela abordagem qualitativa denominada revisão narrativa e reiterando nossas intenções em dialogar com autoras e autores dessas sete produções por nós selecionadas, apresentamos como objetivos deste trabalho analisar o que diz na literatura sobre mulheres negras com título de Doutorado por Universidades brasileiras,

atentando à possibilidade de estas atuarem como docentes em programas de pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil.

Com intuito de sistematizar a presente revisão narrativa, escolhemos por estruturá-la através de seções, respeitando a seguinte sequência: a primeira seção aborda a parte da revisão narrativa que atende a estudos sobre mulheres negras uma perspectiva quantitativa; na segunda seção decidiu-se dar destaque às pesquisas sobre narrativas de mulheres negras doutoras na docência; logo em seguida enunciaremos nossas considerações finais acerca daquilo que escolhemos pontuar de mais relevante nos sete estudos por nós analisados.

MULHERES NEGRAS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR: UMA PERSPECTIVA QUANTITATIVA

Nesta seção, buscou-se dialogar com quatro estudos de abordagem quantitativa que apresentassem dados acerca da presença de mulheres negras que atuem como docentes em Instituições de Ensino Superior (IES), podendo ou não serem docentes vinculadas à pós-graduação *Stricto sensu*.

Dentre os estudos que versam sobre a temática mulheres negras na docência em IES, mas não necessariamente em PPG, evidenciamos as seguintes publicações: o capítulo “Instituições públicas de ensino superior em Goiás: um olhar panorâmico sobre sexo e cor/raça de estudantes e docentes” (Mello, 2020), que se encontra no livro de coletânea de artigos intitulado “Diferenças, desigualdades e violências: olhares sociológicos”, organizado por Luiz Mello e Eliane Gonçalves; o trabalho completo “A raça e o gênero na docência do ensino superior” (Santos; Matos; França, 2020), apresentado no XIV Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” (EDUCON), idealizado pela Universidade Federal de Sergipe, nos dias 24 e 25 de setembro de 2020, na cidade de São Cristóvão/SE.

Sobre o trabalho efetivado por Luiz Mello (2020), o autor objetivou traçar um olhar panorâmico sobre o perfil de sexo e cor/raça no conjunto de docentes de quatro Instituições Públicas de Ensino Superior, realizando uma pesquisa de caráter quantitativo tendo como campo de pesquisa: a Universidade Estadual de Goiás (UEG); o Instituto Federal de Goiás (IFG); o Instituto Federal Goiano (IFGoiano) e a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Em seu texto, o autor declara que sua intenção nessa publicação não era de realizar “uma densa análise dos significados das múltiplas correlações possíveis entre sexo, cor ou raça e outros eixos de opressão” (Mello, 2020, p. 15). Ele revela que seu propósito seria de reunir informações sobre os perfis de docentes atuantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Estado de Goiás, visando proporcionar acesso a informações acerca dessa

categoria profissional, presentes em bases de dados de domínio público, mas que poucos acedem por falta de conhecimento sobre como encontrar tais informações.

No que consiste os resultados de sua pesquisa, Mello (2020) ressalta a enorme diferença existente entre o número total de docentes em IES públicas de Goiás que se autodeclararam como pessoas negras, correspondem a 2,64% de docentes de cor preta e 12,74% de docentes de cor parda, em relação ao número de docentes de raça/cor branca, que consiste em 41,6%. Outro destaque que consideramos relevante refere-se à composição do corpo docente que possui a titulação mais elevada. Conforme nos indica o autor, podemos inferir que 34,1% de um total de 3.332 docentes corresponde ao percentual de mulheres e homens brancos com o título de Doutorado atuando em IES públicas de Goiás, ou seja, mais que o dobro quando comparados com o percentual 14,1% referente aos docentes de raça/cor negra de mesma titulação (Mello, 2020).

O texto publicado nos anais do EDUCON, cujos autores são Israel Jairo Santos, Patrícia Modesto Matos e Dalila Xavier de França (2020), baliza-se conforme as seguintes hipóteses levantadas: as categorias negros e mulheres são sub-representadas em espaços de docência do nível superior, considerados como os de maior prestígio na educação brasileira. Os autores, ao analisarem ambos os contextos, confirmando-os, nos levam “a endossar uma posição antirracista, na qual devemos assumir e constantemente questionar a realidade racial posta como natural na sociedade.” (Santos; Matos; França, 2020, p. 4).

Objetivando analisar as desigualdades raciais e de gênero na docência superior brasileira, os autores recorrem a dados censitários e pesquisas empíricas que apresentassem recorte racial e de gênero, almejando assim compreender as disparidades existentes entre homens e mulheres e entre brancos e negros no magistério superior. Sendo sobretudo uma investigação de cunho documental, os autores analisaram o chamado relatório estatístico dos docentes por categoria funcional, disponível no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e concluíram que o “ambiente acadêmico (é) predominantemente masculino, marcado pela ausência ou quase inexistência de docentes negros” naquela instituição (Santos; Matos; França, 2020, p. 2).

Ao apresentarem dados relativos à presença de docentes negros de ambos os sexos em IES, os autores verificam que mulheres negras docentes expõem dados de dupla exclusão. Para tanto, eles chamam atenção para a baixa representatividade de pessoas negras na docência. Por sua vez, ao analisarem interseccionalmente gênero e raça, os autores constatarem que a maior disparidade ainda envolve a condição da mulher negra como professora universitária. Desta forma, pode-se inferir que o racismo exerce cerceamento de oportunidades

aos negros e mais contundentemente às mulheres negras no Brasil (Santos; Matos; França, 2020).

Tendo em vista que as duas primeiras publicações apresentadas até aqui versam sobre dados quantitativos que nos fizeram questionar por que pessoas negras, sobretudo mulheres negras, representam uma proporção ainda considerada pequena quando nos referimos à carreira docente em IES, impulsionou-nos a buscar também por dados alusivos às docentes vinculadas em PPG de Universidades brasileiras.

Vejam os que nos dizem Fernanda Aparecida de Souza e Silvani dos Santos Valentim (2020) em seu estudo publicado pelo periódico *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, sob o título “A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG”. Nele, as autoras buscaram analisar a presença de professoras negras, com ênfase às docentes autodeclaradas pretas, em programas de pós-graduação *Stricto sensu* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tal mapeamento do corpo docente de todos os PPG¹¹ da UFMG intercorreu por consulta aos sítios eletrônicos destes programas. Subsequentemente, as autoras investigaram qual identificação de pertencimento racial anunciam essas professoras através da autodeclaração presente no Currículo Lattes, para assim contabilizar suas presenças, quiçá ausência nos PPG em questão.

Ao verificarem a proporção entre mulheres e homens em PPG *Stricto sensu* na UFMG, as autoras destacam que de 2.411 profissionais docentes, 1.060 são mulheres, correspondendo a 44% deste total. Entre as nove Áreas de Conhecimento, somente três possuem percentuais de mulheres maior que de homens, sendo estas: Ciências da Saúde (59%); Linguística, Letras e Artes (57%) e Ciências Humanas (51%).

De acordo com a autodeclaração étnico-racial das professoras, sua distribuição nos PPG da UFMG, apresenta-se da seguinte forma: branca (66%); parda (11%); pretas (2%) e amarelas somadas às indígenas (menos de 2%).

Vale ressaltar que nesta pesquisa as autoras focalizam a presença (ou não) de docentes autodeclaradas pretas em cada Área de Conhecimento, que corresponde ao universo de 26 professoras, pertencentes ao PPG nas seguintes Áreas de Conhecimento: Linguística, Letras e Artes (9); Ciências Biológicas (7); Ciências da Saúde (5); Ciências Humanas (4); Ciências

¹¹ No referido artigo, as autoras não informam o número de programas vigentes no período em que a pesquisa foi realizada. No site da UFMG o número atual de PPG também não é divulgado. Todavia, há uma lista em ordem alfabética que encaminha o internauta às páginas da web de cada PPG. Disponível em: <https://ufmg.br/cursos/pos-graduacao>

Sociais Aplicadas (1). Não sendo verificada a presença de professoras pretas nas demais Área de Conhecimento, que condizem: Engenharias; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Agrárias e Interdisciplinar.

Reiteramos que dentre as inferências apresentadas no artigo de Souza e Valentim (2020), a que se segue consideramos ser a de grande valia.

Ao lançar mão da interseccionalidade para compreensão das dinâmicas que se organizam a partir da interação dos eixos de subordinação gênero e raça, verificou-se um impacto no conjunto das mulheres negras. Enquanto as professoras brancas transitam, mesmo que com certa restrição, em uma quantidade maior de áreas de conhecimento e programas de pós-graduação *stricto sensu*, constata-se que as professoras pretas estão claramente limitadas a áreas de conhecimento e programas específicos (p. 53).

Em consonância com a pesquisa apresentada anteriormente, escolhemos evidenciar o artigo original publicado pela revista *Saúde Debate*, intitulado “Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado”, de autoria colaborativa de Ana Lucia Nunes de Sousa, Luciana Ferrari Espíndola Cabral, Janine Monteiro Moreira, Valentina Carranza Weihmüller, Marina Meloni da Silva Rodrigues, Gabriela Gomes Araújo e Beatriz Cristina Castro Macedo (2021). As autoras problematizam o racismo e o sexismo na Academia brasileira, analisando a presença, quiçá ausência de professoras negras em PPG em Ciências da Saúde de duas Universidades Federais Fluminenses, a saber: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

O estudo realizado teve delineamento quantitativo, utilizando variáveis que pudessem reconstruir o perfil étnico-racial, considerado negro e não negro, bem como o perfil de gênero, homens e mulheres. As coletas dos dados foram realizadas considerando as informações disponíveis nos sites institucionais dos programas que foram utilizados na pesquisa. As autoras apresentam como resultados a quase inexistência de professoras/pesquisadoras negras nas vagas de docentes nos PPG, podendo estes serem representados pelos seguintes dados: embora as mulheres sejam a maioria, tanto na UFRJ (60%) como na UFF (63%) entre docentes nos programas, quando analisadas isoladamente, as mulheres negras que ocupam vagas de docência correspondem a 3,58% na UFRJ e 9,3% na UFF. No entanto, analisando especificamente o grupo étnico-racial negro, as vagas preenchidas por mulheres se sobressaem, sendo 55,5% na UFRJ e 80,0% na UFF, permitindo-nos inferir que o caráter racial está sobreposto ao gênero na ocupação de vagas para professoras.

Mesmo identificando que a UFRJ tem mais docentes em PPG que na UFF, 472 e 273 respectivamente, percebe-se que há 18 docentes negras em PPG na UFF, número superior ao

encontrado na UFRJ, que corresponde a 10 professoras autodeclaradas negras (Sousa *et al.*, 2021).

Quando analisado esse universo feminino, a cor que está apresentada é a branca. Dessa forma, dentre as inferências apontadas pelas autoras, ressaltamos uma como destaque:

O racismo desponta como importante sistema de poder, operando no contexto institucional e disciplinar. Neste último, associado ao sexismo que determina as hierarquias de gênero nas áreas de saúde. Observa-se um aumento do número de professoras negras a partir da implementação das políticas de ações afirmativas, o que permite discutir sobre seus importantes efeitos no combate às desigualdades raciais, mas ainda insuficientes (SOUSA *et.al*, 2021, p. 24).

As autoras também evidenciam as dinâmicas geradas pelo racismo e sexismo na Pós-Graduação das IES estudadas, destacando que “a abordagem exposta permitiu delinear alguns elementos que evidenciam os efeitos do racismo estrutural e da feminização do cuidado em relação às carreiras profissionais de cientistas e intelectuais negras nas áreas da saúde” (Sousa *et al.*, 2021, p. 23), tendo como exemplo disso é a presença de mulheres, sobretudo mulheres negras em cursos das áreas de enfermagem e nutrição.

Vale salientar que, Ana Lucia Nunes de Sousa e demais autoras do texto que acabamos por divulgar (2021), consideram importante a realização de trabalhos futuros que protagonizem mulheres negras docentes em PPG e seus contextos de atuação, sobretudo, fazendo uso de abordagens qualitativas. Tais abordagens nos permitiriam evidenciar outras dimensões, como: porque escolheram a docência; como se constituem suas trajetórias profissionais como professoras em IES; narrar suas histórias de vida, bem como nuances que as tornam singulares.

SOBRE NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS (DOUTORAS) NA DOCÊNCIA

Desta seção, propomo-nos a apresentar trabalhos acadêmicos que pautam sobre a narrativas de mulheres negras que atuam como docentes em Universidades brasileiras, podendo ou não serem professoras de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

Jonê Carla Baião (2021), em seu artigo “Se eles fazem mil, temos de faz mil e um – e ela fez! Trajetória acadêmica de uma doutora negra nos anos 1970”, publicado pela Revista Transversos, que destaca a história de vida de sua tia, a Dr.^a Carolina Maria de Azevedo, cuja formação inicial e Pós-graduação foi em Medicina. O texto evidencia fragmentos de sua história contados por sua sobrinha, que nos presenteia ao narrar sobre o sonho que se tornou realidade. E falando em realidade, uma mulher negra desejando cursar Medicina, leva-nos a imaginar episódios de racismo e sexismo vivenciados ao longo da trajetória percorrida por Carolina.

Tais episódios de racismo se apresentaram bem cedo na vida da ainda criança Dr.^a Carolina, quando ela rememora falas de pessoas ao afirmar que ela não poderia ser nada além de lavadeira ou doméstica, destino este imposto para muitas mulheres negras e pobres. Todavia, a menina Carolina não desistiu de seu sonho. De acordo com Baião (2021, p. 228-229), “Desistência é um luxo que nossas ancestrais não experimentaram. Resistência sim. Trazemos em nossas memórias, no corpo e na alma essa lição”.

A jovem Carolina, antes de se tornar médica, trabalhou como Técnica de Raio X em hospitais públicos durante o tempo de estudos da graduação. Após sua formatura, exerceu a docência, dedicando-se à formação de novos médicos e médicas, na Universidade Severino Sombra, em Vassouras-RJ. Já em 2021, Carolina Maria de Azevedo recebe o título de Doutora *Honoris causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Baião, 2021).

Jonê Carla Baião evidencia na narrativa de sua tia, a Dr.^a Carolina, que apesar de possuir os títulos de Mestrado e Doutorado, necessitou de muita luta para ser aprovada em concurso público e tornar-se docente efetiva em uma Instituição Pública de Ensino Superior. Realizou alguns concursos públicos, mas deparou-se com “algumas bancas misóginas e racistas, mas Carolina termina sua vida acadêmica como professora universitária e pesquisadora do Hospital Gaffrée e Guinle” (Baião, 2021, p. 233-234).

A história da Dr.^a Carolina Maria de Azevedo, compõe e reafirma o que nos trazem também as autoras Joselina da Silva e Maria Simone Euclides (2018), ao pesquisarem sobre mulheres negras docentes em Universidades públicas nos Estados do Ceará e do Rio de Janeiro, descrevendo as trajetórias dessas professoras e as diferentes maneiras que cada uma delas reagiram ao racismo e sexismo, impregnados nos espaços acadêmicos. As autoras, concluíram que:

Apesar de serem carreiras que podem ser identificadas por ausências, tais trajetórias não devem ser encaradas pelo olhar do exótico ou da exceção que confirma a regra, mas de histórias que motivam a assunção de novas ações e gerações de jovens negras universitárias. Mais do que isso, trata-se de evidenciar trajetórias de mulheres negras recriando e transformando o espaço científico, chamando a atenção para dilemas e problemas que não deixaram de existir, como o racismo e o sexismo (Silva; Euclides, 2018, p. 65).

As mulheres negras têm ocupado espaços de produção de conhecimento, sobretudo, espaços hierarquizados, como é a Academia. Muitas delas, ao conquistarem os títulos de Mestrado e Doutorado, lutam por ocupar tais espaços permanentemente, ao tornarem-se docentes efetivas, lugar este ocupado, majoritariamente, por docentes brancos. Tal reflexão culmina com aquilo apresentado pelas autoras supracitadas, em que mulheres negras

permanecem à busca de brechas, de quaisquer oportunidades para fazer da Academia o seu lugar.

No trabalho que escolhemos evidenciar, a pesquisa realizada por Maisa dos Anjos Castro e Sales Augusto dos Santos, intitulada “Intelectuais negras de uma universidade pública: trajetórias planejadas ou impelidas?” (2020), os autores constatarem episódios de racismo e sexismo no ambiente acadêmico no estudo, ao apresentarem resultados que apontam para o número pequeno de mulheres negras brasileiras que alcançaram o título elevado de instrução formal. De acordo com os autores,

[...] se para as mulheres brancas brasileiras a construção da carreira acadêmica e seu ingresso numa universidade pública não são fáceis, em razão do machismo na sociedade brasileira, para as intelectuais negras brasileiras essa construção é mais complicada, pois contra elas há também a barreira da discriminação racial (Castro; Santos, 2020, p. 89).

Castro e Santos (2020) revelam que a pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, que à época da publicação ainda estava em andamento, tratava-se de assunto que praticamente não havia sido pesquisado em IES federais no Brasil e que por esse motivo, o conhecimento consolidado sobre o assunto, apresentava-se como ausente.

Desta forma, os autores decidiram por realizar esta pesquisa usando o método qualitativo ao empregar entrevistas com quatro mulheres negras doutoras docentes, cada uma vinculada a um dos Centros da Universidade Federal de Viçosa¹² a seguir nomeados: Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE); e Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCH). Sendo que três das professoras autodeclaradas negras assumem identidade étnico-racial como mulher preta e uma como parda.

No que consiste às entrevistas realizadas, os autores evidenciam episódios de machismo e racismo nas narrativas das mulheres negras doutoras. Constataram também que a maioria destes episódios sofridos pelas entrevistadas aconteceram devido a interações, algumas inevitáveis, em ambiente de trabalho com colegas que compartilham os espaços dos respectivos Centros da UFV, como bem destacado pelos autores, a seguir:

[...] em virtude dessas interações, devemos considerar as relações entre homens e mulheres na universidade, que, por sua vez, sofrem influência das relações sociais mais amplas, as vividas em sociedade. Logo, essas relações também são marcadas pelo machismo presente em nossa sociedade. Mas as relações entre homens e mulheres não são condicionadas somente pelo machismo. Há mulheres e homens de todas as classes sociais, cores/ raças, orientações sexuais, com diferentes credos

¹² A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma Universidade pública brasileira, com sua sede localizada na cidade de Viçosa, no Estado de Minas Gerais, com *campi* distribuídos também nas cidades de Rio Paranaíba e Florestal. Para maiores informações, acessem: <https://www.ufv.br>

religiosos, com e sem deficiências, entre outras distinções que muitas vezes são utilizadas para subalternizar e/ou oprimir indivíduos considerados/as desiguais em função das suas supostas ou reais diferenças (Castro; Santos, 2020, p. 95).

Os autores continuam suas análises trazendo que, no Brasil, além do machismo, há outras formas de opressão que se entrecruzam, produzindo potencialidades entre essas opressões. O racismo, a classe social, a discriminação por orientação sexual, são algumas delas (Castro; Santos, 2020), como bem aponta Carla Akotirene (2019) em seu livro “Interseccionalidade”, em que a autora nos afirma que para as mulheres negras, há um entrecruzamento de opressões que marcarão suas trajetórias, de forma que não podem ser comparadas às opressões a que estarão sujeitas mulheres brancas, considerando que para as brancas, o racismo não faz parte desse conjunto.

Considerações finais

Por meio desta revisão narrativa, pudemos evidenciar que há disparidade entre número de docentes negras e docentes brancas que atuam nos Programas de Pós-Graduação (PPG), em Instituições de Ensino Superior (IES) em Universidades públicas.

Quando analisamos as pesquisas de desenho quantitativo, percebemos que embora os valores reduzidos de docentes negras e negros nas IES fossem evidenciados nas pesquisas dos autores(as) dos trabalhos que contemplamos em nossa revisão narrativa, é possível constatar que não foram realizadas inferências acerca do racismo na relação causa-efeito que justificasse os baixos percentuais por eles/elas apresentados. Desta forma, podemos deduzir que dentre os obstáculos enfrentados por pessoas negras, sobretudo mulheres negras que vislumbram em tornar-se professoras em IES públicas brasileiras, o racismo pode aparecer como um dos elementos que dificultam tal acesso.

No que tange às pesquisas que se apropriaram de abordagem qualitativa e fizeram uso do método narrativo para apresentar as trajetórias de mulheres negras doutoras que exercem a docência em IES brasileiras, foi possível observar que episódios de racismo e sexismo, duas categorias de análise que devem ser consideradas indissociáveis, figuram constantemente nas narrativas destas profissionais da Educação Superior.

A escritora estadunidense bell hooks aponta que mulheres negras, quando decidem compartilhar suas angústias acerca das mais diversas contradições pelas quais são atravessadas, promovem um movimento de ajuda àquelas que com elas se identificam, dando-as suporte e incentivando à formação de coletivos, favorecendo ao processo de construção do pensamento crítico (Hooks, 2020).

Podemos verificar que as três pesquisas, apresentadas na seção que abraçou as narrativas relacionando-as aos métodos de pesquisa qualitativa, buscaram protagonizar mulheres negras doutoras, dando ênfase às dificuldades por elas encontradas em adentrar e firmar suas presenças em espaços/tempos tão significativos para a formação social, política e intelectual, chamada Universidade, sendo justamente tal instituição o lugar adequado para formar as próximas gerações de profissionais, de líderes e acadêmicos.

Dentre as pessoas que ocuparão estes distintos cargos de poder, deve-se incluir de modo contundente e substancial as mulheres negras que mostraram/mostram seu valor e competência diariamente nas mais variadas funções, cumprindo quaisquer atribuições que lhes são impostas, sobretudo como docentes no ensino superior e porventura, como professoras e pesquisadoras vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Universidades públicas.

Acreditamos que, somente através da atual ocupação de cargos de poder em Universidades por docentes doutoras negras, mesmo diante de suas percepções sobre seu não-lugar nestas instituições, é que as próximas gerações de mulheres negras, bem como outras pessoas que irão compor aqueles espaços finalmente poderão normalizar suas presenças ali. Somente assim estas mulheres se ver(ão)/sentir(ão) a Universidade como sendo o seu lugar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

BAIÃO, Jonê Carla. Se eles fazem mil, temos de fazer mil e um - e ela fez! Trajetória acadêmica de uma doutora negra nos anos 1970. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, n. 21, 2021. p. 222-240. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/transversos.2021.54964>. Acesso em: 01 de ago. 2022.

CASTRO, Maisa dos Anos; SANTOS, Sales Augusto dos. Intelectuais negras de uma universidade pública: trajetórias planejadas ou impelidas? *In*: MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane (Orgs.). **Diferenças, desigualdades e violências: olhares sociológicos** [E-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. p. 87-127. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Diferen%C3%A7as_desigualdades_e_violencias.pdf. Acesso em: 01 de ago. de 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DYNIWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3 ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; PEREIRA-JÚNIOR, Edmilson Antonio; COUTINHO, Francisco Ângelo; PEREIRA, Juliano Gonçalves. Acesso de negras e negros à pós-graduação. **Revista da ABPN**. v.11, Ed. Especial – Caderno temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? Abril/2019. p. 176-206. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/download/689/617/1315>. Acesso 01 jun. 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELLO, Luiz. Instituições públicas de ensino superior em Goiás: um olhar panorâmico sobre sexo e cor/raça de estudantes e docentes. In: MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane (orgs.). **Diferenças, desigualdades e violências: olhares sociológicos**. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. p. 150-188.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, 20(2), 2007. p. 5-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SANTOS, Israel Jairo; MATOS, Patricia Modesto; FRANÇA, Dalila Xavier. Raça e o gênero na docência do ensino superior. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (EDUCON), 14., 2020, São Cristóvão/SE. **Anais eletrônicos...** São Cristóvão/SE: UFS. 2020. p. 1-18. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13726/10/9>. Acesso em: 08 de set. 2022.

SANTOS, Leticia Laureano dos. Percursos profissionais de docentes universitárias negras. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. 6., 2020, evento *on-line*. **Anais eletrônicos...** GT 09 - Gênero e relações étnico-raciais: as desigualdades e os desafios contemporâneos. Londrina: UEL. 2020. p. 914-934. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1105/1070>. Acesso 30 de out 2022.

SILVA, Joselina; EUCLIDES, Maria Simone. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.58760>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

SOUSA, Ana Lucia Nunes de; CABRAL, Luciana Ferrari Espíndola; MOREIRA, Janine Monteiro; WEIHMÜLLER, Valentina Carranza; RODRIGUES, Marina Meloni da Silva; ARAÚJO, Gabriela Gomes; MACEDO, Beatriz Cristina Castro. Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. especial 1, out. 2021. p. 13-26. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E101>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

SOUZA, Fernanda Aparecida de; VALENTIM, Silvani dos Santos. A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba,

v. 13, n. 42, jul./dez. 2020. p. 45-61. Disponível em:
<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11041>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Artigo Original - Narrativas biográficas de mulheres negras doutoras em saúde coletiva: analisando o racismo cotidiano na academia

Narrativas biográficas de mulheres negras doutoras em saúde coletiva: analisando o racismo cotidiano na academia

Rose Mari Ferreira¹³

Laura Cecília López¹⁴

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva no Brasil. Parte-se do pressuposto de que a Saúde Coletiva como campo científico, é estruturada pelo racismo e a branquitude. As mulheres negras são apresentadas como sujeitas, trazendo suas narrativas. Busca-se, através dessas narrativas, e com um referencial teórico do feminismo negro diaspórico, desconstruir e reconstruir espaços de opressão e resistência dentro da academia. Participaram da pesquisa três mulheres negras doutoras em saúde coletiva. As entrevistadas trouxeram episódios de racismo estrutural e institucional, manifestados em diferentes episódios. O não reconhecimento dessas mulheres como docentes, colocando-as em posições de subalternidade, a pouca presença de outras pessoas negras na trajetória acadêmica, a negação de seu pertencimento racial e a desqualificação da produção acadêmica foram algumas das manifestações de racismo. O reconhecimento do racismo estrutural e a persistência desse, bem como do racismo institucional se constituem como umas importantes estratégias para compreender as dimensões de vulnerabilidades a que estão expostas as pessoas negras. Ao mesmo tempo, visualiza-se a importância da implementação de políticas de ação afirmativa que possam reverberar em espaços acadêmicos mais equânimes e diversos do ponto de vista étnico-racial.

INTRODUÇÃO

O artigo parte do pressuposto de que o campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos e a produção científica no Sul Global (CONNELL, 2012), estão estruturados a partir do racismo e do sexismo que compõem as sociedades sulinas, como parte da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005).

¹³ Doutoranda em Saúde Coletiva pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos; bolsista CAPES-PROSUC; Mestra e Especialista em Saúde Coletiva; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS campus Alvorada.

¹⁴ Pós-Doutorado pela Faculdade Nacional de Saúde Pública da Universidad de Antioquia-COLÔMBIA; Doutorado e Mestrado em Antropologia Social pela UFRGS; Docente credenciada pelo PPG em Ciências Sociais e pelo PPG em Saúde Coletiva da UNISINOS.

Connell faz importante apontamento quando evidencia que “na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, Habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossa sociedade” (CONNELL, 2012, p. 10). A autora segue em suas pontuações e afirma que esses autores do Norte Global “não sabem nada sobre nossas sociedades” e que o fato de nós acadêmicos fazermos citações desses autores se fundamenta porque nossas instituições de conhecimento, e aqui entra a Universidade, constituíram sua estrutura como receptoras do conhecimento que é vindo do Norte Global (CONNELL, 2012).

Nesse sentido, aponta-se que o campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos, tem sido constituído e normatizado pela branquitude, conceituando-a segundo Schucmann (2012, p. 7) “como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca”. Para trazer o conceito de racismo, a intelectual negra Zélia Amador de Deus nos diz que “é um fenômeno que tem como um de seus suportes a crença na naturalização da superioridade de certos grupos e em consequência a naturalização da existência de grupos naturalmente hierarquizados” (DEUS, 2020, p. 34). Em outra definição, Munanga dirá que o racismo “definido como ideologia essencialista, postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais” (MUNANGA, 2003, p. 17). Nas sociedades estruturadas pelo racismo, os sujeitos identificados como brancos serão os detentores dos privilégios materiais e/ou simbólicos, adquiridos a partir da opressão daqueles sujeitos identificados pela cor da pele como não brancos.

Corroborando com os escritos de Schucmann, Diangelo (2018), antropóloga, mulher branca que discute as relações raciais e tece importantes considerações sobre o lugar confortável em que pessoas brancas estão colocadas e do qual alguns não demonstram interesse em fazer deslocamentos, aponta que “a branquitude se baseia em uma premissa fundadora: a definição dos brancos como a norma ou padrão do humano e das pessoas de cor como um desvio dessa norma” (DIANGELO, 2018, p. 49).

Em relação à saúde coletiva, longe de ser um campo neutro, pode ser interpretada como campo simbólico. Luz (2009, p. 306) nos aponta que “adotando-se como guia analítico o conceito de campo torna-se menos difícil a compreensão

da multiplicidade e da coexistência (por vezes conflituosa) dos saberes e práticas na saúde coletiva”. A autora analisa a saúde coletiva pela lente de Bourdieu (1989), sendo que “a disputa por “espaços discursivos” gera conflitos, pois a busca do poder simbólico está presente nos campos das ciências e das artes” (LUZ, 2009, p. 306).

Esta tese pretende racializar o olhar analítico sobre o campo da saúde coletiva, questionando principalmente qual a presença e posição de mulheres negras doutoras nesse campo. Em artigo anterior Ferreira; Pereira e López, (no prelo), apresentamos dados de revisão narrativa de uma amostra de artigos publicados entre 2018 e 2021, analisando se existem disparidades (sejam elas numéricas e/ou de posição dentro das instituições) entre docentes negras e docentes brancas que atuam em Programas de Pós-Graduação (PPG), em Instituições de Ensino Superior (IES) em Universidades públicas.

Em revisão narrativa realizada por Ferreira, Pereira e López (no prelo), as pesquisas com desenho quantitativo evidenciaram pequeno número de docentes negras nas Instituições de Ensino Superior. Nas pesquisas com desenho qualitativo, racismo e sexismo, duas categorias que não podem ser analisadas separadamente, apresentaram constância nas narrativas das mulheres negras.

A partir desses excertos, questiona-se: qual a relação entre racismo, sexismo e a (in)visibilidade de mulheres negras doutoras em Saúde Coletiva, nos diversos espaços em que elas teriam possibilidades de atuação como pesquisadoras e docentes? Trata-se de uma questão fundamental a ser investigada, pois a Saúde Coletiva como campo de práticas e de produção de conhecimentos, bem como movimento social (NUNES, 1994), não está imune aos efeitos de marcadores de desigualdades e opressões.

No Brasil, encontramos-nos num cenário de questionamentos/tensionamentos descoloniais e de proposição de mudanças institucionais nas universidades e na produção científica, tendo como exemplo central, o desenho e a implementação de políticas de ação afirmativa desde pelo menos a década de 1980, a partir do contexto da Constituição de 1988. De acordo com Munanga (2001, p.31) as ações afirmativas “visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação”. Podem ser conceituadas como tentativas de diminuir o abismo construído historicamente como barreira de acesso à educação, de populações minorizadas, como é o caso da população negra e indígena.

Almeida evidencia que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais, tendo como base três dimensões: a economia, a política e a subjetividade. E por consequência de ser estrutural, reproduz condições de desigualdades e coloca as mulheres negras brasileiras, na base da pirâmide social (ALMEIDA, 2016).

Barbosa (1998) em sua tese de doutorado realizou estudo utilizando a categoria analítica raça para avaliar o impacto do racismo na saúde da população negra e concluiu que o racismo, enquanto categoria analítica, devia “ser inserido nas análises da dimensão social do processo saúde-doença” (BARBOSA, 1998, p. 5). A tese da autora, com ampla argumentação sobre as condições de saúde da população negra, definiu-se como importante contribuição para que, no ano de 2009, fosse instituída a Política Nacional de Saúde Integral da população Negra (BRASIL, 2009).

Fricker (2023) traz contribuições à teoria da epistemologia social e ética, em particular por sua teoria da injustiça epistêmica e seu trabalho sobre virtude epistêmica. Traz os conceitos de injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica, considerando que esses dois tipos são aspectos éticos de duas práticas consideradas básicas e que dialogam muito com a produção do conhecimento: quando o objetivo é transmitir conhecimento (telling) e quando queremos fazer sentido das nossas experiências sociais.

A injustiça testemunhal “ocorre quando o preconceito faz com que um ouvinte dê um nível de credibilidade deflacionado à palavra de um falante” (FRICKER, 2023, p. 18). Podemos entender o conceito como a desconfiança das palavras de um sujeito com base em algum tipo de preconceito por parte das pessoas caracterizadas como ouvintes. De acordo com Kuhnen, “a gravidade do dano causado pela injustiça testemunhal atinge o estatuto racional e epistêmico do indivíduo, excluindo-o da prática cooperativa de produção de conhecimento. Ele deixa de ser um conhecedor” (KUHNE, 2010, p. 634).

A injustiça hermenêutica ocorre em um “estágio anterior, quando uma lacuna nos recursos interpretativos coletivos deixa alguém em desvantagem injusta quando se trata de fazer sentido de suas experiências sociais” (FRICKER, 2023, p.18).

Com as evidências apontadas nos diversos estudos dos autores citados, nesse sentido, questiona-se também o racismo institucional. Como pensar essa discussão no campo acadêmico e científico da saúde coletiva?

Nessa pesquisa optamos por entender o racismo a partir das narrativas de mulheres negras, seguindo a proposta de Kilomba de olharmos para as experiências cotidianas com o racismo. Estas não se referem a uma única agressão ou a um único evento discreto praticado contra uma pessoa negra, mas se refere a uma enormidade de experiências em que pessoas negras estão repetidamente sendo expostas “a um padrão contínuo de abuso” (KILOMBA, 2019, p. 80).

Entendemos ainda, seguindo a mesma autora, que as mulheres negras se colocam como sujeitas da escrita em que eram tidas como objeto, e demarcam essa prática como um ato político, opondo-se à posição colonial que lhes foi designada e renomeando uma realidade que havia sido erroneamente descrita ou que sequer havia sido nomeada (KILOMBA, 2019). Assim, esta pesquisa de caráter qualitativo, dá foco às narrativas biográficas de mulheres negras doutoras.

O objetivo do artigo é analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva no Brasil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem desenho qualitativo e se desenvolveu em nível exploratório. A pesquisa tem como universo mulheres negras com doutorado em saúde coletiva ou saúde pública. A escolha das colaboradoras ocorreu através da indicação de uma professora que indicou duas mulheres negras que preenchiam os requisitos necessários para inclusão na pesquisa: ser mulher negra doutora em saúde coletiva ou saúde pública. Após a realização de uma das entrevistas, a pesquisadora recebeu a indicação de mais uma possível mulher negra que pudesse participar do estudo. Dessa forma, as participantes dessa pesquisa foram selecionadas utilizando-se a técnica intitulada “bola de neve”. As colaboradoras dessa pesquisa não foram procuradas por acaso, mas sim, por fazerem parte de um grupo específico de mulheres.

As três colaboradoras desse estudo concederam entrevistas biográficas narrativas. Duas entrevistas foram realizadas de modo presencial e uma entrevista de modo online, através da plataforma google Meet, no período de agosto a outubro de 2023. Os encontros presenciais foram realizados em lugares escolhidos pelas entrevistadas, duas cafeterias-livrarias localizadas em um bairro na cidade de Porto

Alegre/RS. A entrevista que foi realizada de forma online foi marcada no dia e hora em que a entrevistada escolheu. As entrevistas foram gravadas utilizando o gravador do celular da pesquisadora. O tempo de duração de uma entrevista foi de aproximadamente 150 minutos; a outra entrevista de 120min e a entrevista online teve duração de 110 min. As entrevistas foram transcritas e salvas em arquivo no formato *Word*.

A entrevista narrativa “é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2007, p. 95) e objetiva que a pessoa possa narrar sua história de forma mais livre. A ideia era que as mulheres narrassem suas trajetórias de forma livre.

Além das entrevistas biográficas, outros instrumentos utilizados na produção dos dados foram questionário com informações sociodemográficas das entrevistadas e o caderno de campo que a pesquisadora utilizou, anotando percepções na trajetória da pesquisa, marcando os registros da experiência de uma forma mais ampla, e após o encontro com cada uma das mulheres, de forma específica, transcrevendo para o caderno as impressões geradas nos encontros.

A análise e interpretação dos dados foi realizada utilizando-se da hermenêutica e estabeleceu-se a interpretação com os achados da literatura atual. A “disciplina clássica que se ocupa da arte de compreender textos”, de acordo com Hans Georg Gadamer é a hermenêutica (GADAMER, 1999, p. 262). Para Alves (1991, p. 59) “[...] a abordagem qualitativa é essencialmente hermenêutica e procura captar os significados atribuídos aos eventos pelos participantes[...]”.

Em relação ao uso das narrativas na construção do conhecimento, Battistelli e cols. (2021, p. 162) apostam nas narrativas enquanto “meio de produção de histórias de mulheres que, por sua vez, produzem conhecimento”. De maneira semelhante, apostamos nas narrativas de mulheres negras doutoras que produzem conhecimento na Saúde Coletiva.

De acordo com Nóvoa e Finger, “o método biográfico permite que cada pessoa identifique na sua própria história de vida aquilo que foi realmente formador” (FINGER; NÓVOA, 2014, p. 22).

As mulheres participantes desse estudo concederam entrevistas narrativas com relatos densos e descreveram eventos que marcaram suas trajetórias. As entrevistas utilizando narrativas biográficas promovem o entendimento sobre as experiências que essas mulheres vivenciaram. A partir desses relatos, foram

construídas categorias empíricas denominadas *Relatos de racismo institucional: o lugar em que são colocadas as mulheres negras* e *Da invisibilidade à resistência: as lutas das mulheres negras na academia*.

Cada uma das mulheres escolheu um nome pelo qual gostaria de ser chamada. Nesse estudo, apresento a narrativas de Brisa, Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina. O projeto de pesquisa cumpriu os princípios e procedimentos éticos da pesquisa, foi submetido ao CEP-Comitê de Ética em Pesquisa e teve sua aprovação conforme CAEE: 70918623.0.0000.5344.

A seguir, serão apresentadas as três mulheres colaboradoras de pesquisa com os nomes fictícios¹⁵ escolhidos pelas próprias entrevistadas, bem como foram omitidas algumas informações que pudessem oferecer relação com a identidade das mulheres. Duas mulheres colaboradoras atuam na região Sul do Brasil. A outra colaboradora atua em um Estado brasileiro da Região Nordeste.

Brisa é mulher autodeclarada preta, doutora em Saúde Coletiva, atualmente professora na graduação em uma Instituição Pública de Ensino Superior - IPES. Também é servidora pública em uma Prefeitura Municipal, na área metropolitana de Porto Alegre/RS, atuando na gestão e na assistência à saúde, no Sistema Único de Saúde - SUS. Na ocasião da entrevista estava com 49 anos e relata que é a primeira pessoa de sua família a ter um título de doutora. Algumas pessoas da família concluíram cursos de graduação, mas não realizaram mestrado ou doutorado.

Carolina é mulher autodeclarada preta, 43 anos, atualmente docente em uma IPES. É a única da área da saúde da sua família, embora tenha outros familiares com curso superior e pós-graduação. Foi bolsista durante a graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, situação que a favoreceu não necessitando de emprego para pagar os custos da academia.

Firmina é uma mulher autodeclarada parda, na faixa dos 40 anos, atualmente está atuando como docente em um programa de pós-graduação em uma IPES. Sua formação acadêmica contou com duas graduações, uma delas na área da saúde. Realizou Mestrado e Doutorado na Saúde Coletiva. Relata que toda sua formação, desde o ensino fundamental até a pós-graduação foi totalmente realizada em Instituições Públicas de Ensino.

¹⁵ Nomes fictícios foram adotados e algumas informações a respeito da formação acadêmica e trabalho atual das colaboradoras foram emitidos, a fim de que não pudessem ser identificadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relatos de racismo institucional: o lugar em que são colocadas as mulheres negras

Em um dos relatos, Brisa conta uma situação acontecida numa determinada Instituição Privada de Ensino Superior, quando está ministrando uma aula. Relata que estava vestida com uniforme escrito Professor. Estava em sala de aula, fazendo anotações no quadro, quando um estudante adentra a sala dizendo: “Ah, derrubaram um café ali na sala?” Nesse momento, Brisa lança um olhar para o estudante e outro olhar para a turma que está em sala e pergunta: “Vocês estão vendo a moça da higienização aqui?” A turma em silêncio permanece. Como se não fosse suficiente o estudante ter adentrado a sala de maneira interruptiva e de forma a demonstrar pouca educação, ter observado que a docente estava escrevendo no quadro, ele ainda insiste: “É que derrubaram um café lá na sala!” Brisa encara o estudante e assertivamente diz: “Sim, e tu estás vendo a moça da higienização?”. Decidida a relatar sobre o acontecido, Brisa deixa a turma e dirige-se, juntamente com o estudante, até a direção da escola para registrar o acontecimento. Infelizmente, a direção da escola não considerou o fato como ato de racismo nenhuma providência foi tomada.

Hooks (2019, p.134) evidenciava que “o pequeno número de mulheres negras em posições permanentes nas instituições acadêmicas não constitui uma presença significativa forte o suficiente para desafiar vieses racistas e machistas”. As palavras da intelectual soam como alimento para nossa alma, ao mesmo tempo que nos incentiva a erguer a voz e continuar na resistência.

Dessa maneira, podemos interpretar que o fato de Brisa ser mulher negra desempenhando a função docente não a impede de sofrer violência racial. E que embora perguntado mais de uma vez se a moça da higienização estava na sala, Brisa é duplamente vítima: da injustiça testemunhal (FRICKER, 2023), pois suas palavras são recebidas com menor credibilidade e do racismo que estrutura as relações sociais e a coloca (exclusivamente) no lugar de pessoas que desempenham funções de menor prestígio. Instituições manifestam práticas que conferem privilégios e desvantagens baseados na raça, conforme nos diz Almeida (2019). A dinâmica conferida pelo racismo que estrutura e fundamenta a sociedade brasileira,

classificando e hierarquizando pessoas com base no fenótipo, impede o acesso de pessoas negras a lugares considerados de poder.

Situações como esta relatada por Brisa, em que pessoas negras são confundidas com outras pessoas negras que estão em exercício de profissões subalternizadas são frequentes e demonstram o racismo institucionalizado nos diversos segmentos da sociedade. Ribeiro (2018) conta que por diversas vezes, ao chegar em hotéis como convidada para palestrar em eventos, foi confundida com profissionais do sexo. Os estereótipos que foram racialmente construídos, com base no racismo, colocam as mulheres negras ocupando determinados lugares de subalternidade, geralmente ocupando funções de pouco prestígio social. O racismo produz a interdição de mulheres negras, impossibilitando-as de ocupar lugares que não aqueles reservados à subalternidade.

Na narrativa de Brisa é possível identificar que o estudante ao invadir a sala de aula, enxerga a mulher negra que está escrevendo no quadro como alguém subalterno, e que está ali, naquele lugar, para desempenhar seu papel que é de subserviência. É importante aqui também deixar explícito que não há problemas em ser trabalhadora da higienização. Mais uma vez, o questionamento feito nessa situação refere-se aos lugares ou funções que são destinados às mulheres negras.

A outra entrevistada Carolina chamou a atenção para a perversidade do “racismo à brasileira” quando vivenciou situações durante sua formação profissional. Como pesquisadora e intelectual do tema das relações étnico raciais, por mais de uma vez teve suas produções acadêmicas desqualificadas e relata ter sido desencorajada a pesquisar sobre a temática. Carolina aponta o embate estabelecido quando a questão evidenciava o racismo. Nas palavras da colaboradora “raça/cor é uma variável proxí para discutir o impacto que o racismo tem na saúde das pessoas. Não é para discutir mais nada!”. E a entrevistada conta que era questionada sobre a veracidade da afirmação sobre o impacto do racismo na saúde das pessoas.

Carolina relata que com certa frequência ouvia de pesquisadores/as brancos/as falas como as que seguem: “Ah, mas como é que tu vais dizer que é racismo? Pode ser que sejam pessoas pobres...”. E que nesses momentos, concluía que as pessoas não queriam aprender sobre a variável raça/cor e, portanto, sobre racismo, e igualmente, não demonstravam respeito por suas pesquisas. Carolina vivencia a injustiça hermenêutica (Fricker, 2023) quando traz o embate produzido com a forma com que eram tratadas as questões raciais, que nas palavras da

entrevistada “... a questão racial é dada de uma forma da moralidade ou do achismo. A gente está na academia, vamos buscar ciência e a ciência já está há algum tempo explicando, mas as pessoas não querem entender e o não querer entender é racismo!”

Os episódios narrados por Carolina são apontados com similaridade por Kilomba (2019) ao descrever situações vivenciadas por ela e por suas colaboradoras da pesquisa, todas mulheres negras. Kilomba relata que em vários momentos teve suas produções acadêmicas colocadas em dúvida e que ouviu dizerem que seu trabalho acerca do racismo cotidiano, “é muito interessante, porém não muito científico” (KILOMBA, 2019, p. 51). De acordo com Rodrigues e Oliveira (2021, p. 57) o pacto da branquitude se apresenta na universidade “no silenciamento de nossas falas e no questionamento quanto à validação de nossas produções”, pelo fato de nossas produções (aquelas realizadas por mulheres negras na academia) não estarem fundamentadas nas epistemologias dos cânones acadêmicos centrados nos modelos brancos de origem europeia.

É histórico que a produção do conhecimento humano apresenta limitações (SOUZA, 2017). E que o conhecimento se apresenta sempre situado, já nos foi apontado por Haraway (1995). A epistemologia determinará quais temas serão merecedores de colocação nas discussões, sob quais paradigmas serão analisados e quais serão os métodos utilizados na condução de pesquisas (KILOMBA, 2019). Há, portanto, que se perguntar quem define os temas, paradigmas e métodos? Pessoas negras têm experiências diferentes de uma mesma realidade quando relacionadas às experiências de pessoas brancas. Por pertencerem a grupos determinados, foram sistematicamente impedidas de acesso ao capital cultural, colocados em desvantagem injusta em relação às experiências sociais, vítimas da injustiça hermenêutica (FRICKER, 2023). O racismo como prática institucionalizada produziu um contexto histórico de iniquidades.

Figueiredo exemplifica que em se tratando de produção de conhecimento, os pesquisadores negros que foram colocados à margem em processo histórico na academia, recebem tratamento com desconfiança acerca de suas produções acadêmicas. A proximidade com o tema estudado e a perspectiva política que está presente nos estudos, com frequência são usadas como argumentos de justificativa para que suas produções sejam desclassificadas (FIGUEIREDO, 2019).

Firmina apresenta em sua narrativa que o racismo se manifestou de formas sutis ao longo de sua trajetória na academia. Relembra a fala de uma colega de Instituição, que quando percebeu que Firmina estava na trilha da negritude, envolvendo-se em discussões sobre a branquitude, declara: “Ah, mas você nem é tão negra assim, não é?” E as reações provocadas em Firmina foram múltiplas. De imediato, pensar que a questão racial não era abordada com a profundidade que alcançou nos dias atuais, e que por esse motivo, a colega não tivesse a dimensão do racismo. Em seguida analisou que a branquitude, responsável por desenvolver o ideal do branqueamento, entre tantas outras estratégias idealizadas para dividir e enfraquecer os movimentos de pessoas negras. O racismo brasileiro é estruturalmente epidérmico (LOPES, 2014). Negar o pertencimento racial a um sujeito constitui-se na materialização do racismo.

É importante lembrarmos de que a Academia se constituiu em um espaço onde a violência ganha reprodução pela prática de discursos dominantes que têm sua legitimação por pessoas que carregam a autoridade do conhecimento que a elas foi atribuído (BRUNO, 2019). Na academia brasileira, que longe de ser um espaço neutro, é um espaço de privilégio de fala para as pessoas brancas (KILOMBA, 2019), fazer pesquisas em que o racismo está sendo evidenciado se traduz como ato de resistência e requer das pesquisadoras coragem e persistência para permanecer construindo conhecimento.

Da invisibilidade à resistência: as lutas das mulheres negras na academia

As Ações Afirmativas tentam diminuir o enorme abismo de desvantagens construído com bases no racismo estrutural que fundamenta as sociedades, como é o caso da sociedade brasileira. Considerando a atuação das ações afirmativas, essas removeriam barreiras sociais e ou institucionais que segregam os diferentes grupos que compõem a sociedade (SANTOS; PEREIRA; FERREIRA, 2021).

Em que pese a importância da implementação Lei n.º 12.711/2012 que garantem reserva de vagas para cursos de graduação, no acesso à pós-graduação, considerada a mais alta escala de ensino superior, temos situação diferente. A Portaria do Ministério Educação e Cultura (MEC) n.º 13, de maio de 2016 (BRASIL, 2016), determina que sejam adotadas políticas de ações afirmativas, com a inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos programas de

pós-graduação, como Políticas de Ações Afirmativas em Instituições Federais de Ensino Superior. É preciso atentar para o fato de que a citada Portaria não traz em seu texto nenhuma menção à necessidade de implementação em Instituições de Ensino Superior no âmbito privado.

Durante as entrevistas narrativas houve o questionamento sobre a presença de pessoas negras no percurso formativo das colaboradoras. Os relatos evidenciaram que tanto na condição de estudantes quanto de docentes, a pouca presença de pessoas negras durante a trajetória foi um ponto marcante nas narrativas das mulheres.

Brisa narra que na sua formação acadêmica na graduação, foi realizada em Instituição Privada de Ensino Superior, a presença de estudantes negras foi muito pequena. Na primeira graduação na área da saúde, somente ela, uma outra estudante negra e uma única docente negra participaram do curso. Quando realizou sua segunda graduação, na área das ciências sociais, havia duas estudantes negras contando com ela. Não havia docentes negras.

Brisa relata que quando já concursada em uma prefeitura situada na área metropolitana de Porto Alegre/RS, exercia atividades em dois departamentos. Em um deles, relacionado à gestão, era a única servidora negra. No outro departamento, que tinha relação maior com a assistência direta aos usuários do Sistema Único de Saúde, além dela, somente uma outra servidora negra. No mestrado e doutorado, não teve colegas e tampouco docentes negras. Atualmente, exercendo a docência em uma IPES, é a única docente negra.

Hooks narra que embora tenha estudado em quatro Universidades nos Estados Unidos, em nenhuma delas, teve como professora de inglês uma mulher negra. Afirma que as professoras negras nunca fizeram parte do corpo docente e que havia encontrado estudantes ao longo do exercício de docência, que nunca haviam tido aulas ministradas por mulheres negras (HOOKS, 2019).

Sobre a importância da presença de negras e negros na Academia, estudantes ou docentes, Pinheiro relata que no período em que estava cursando a graduação, ouvia de certos professores que “se já tinha cota na graduação, não precisava nas outras instâncias, a exemplo da pós-graduação e do concurso do magistério superior” (PINHEIRO, 2023, p. 140). Podemos inferir que a pouca presença de pessoas negras na graduação e a quase inexistência de docentes negros nos programas de pós-graduação estão intrinsecamente relacionadas ao

racismo institucional, uma vez que as instituições reproduzem práticas estruturadas socialmente.

Carolina tem sua trajetória acadêmica semelhante à Brisa, quando o assunto é relacionado a ter colegas ou docentes negras/os durante o percurso formativo. Relata que na graduação havia uma docente negra. Quanto ao número de estudantes negras/negros, somente ela e uma colega negra, no Mestrado. Durante o Doutorado, havia estudantes negras/os vindos de países africanos que estavam realizando intercâmbio, entretanto, não havia colegas negras/os brasileiras/as. Não havia docentes negras/os no doutorado. Hoje, docente em uma IPES Carolina encontra-se como única mulher negra docente.

A experiência de Carolina encontra semelhança com a de outra docente negra, Moura, primeira professora negra titular na Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Moura assegura que as dificuldades para ingressar e se manter na academia fizeram parte de sua trajetória. As disparidades raciais tornavam-se evidentes na academia e em relação a ter outras docentes negras, a autora relata “Eu era uma raridade, no doutorado era a única negra e por muitos anos fui a única docente negra da minha faculdade” (MOURA, 2020.)

Firmina também relata a pouca presença de estudantes negras/os durante o percurso formativo. Aponta para determinado fato, que pode ser considerado exceção, ter tido a experiência singular de ter sido orientada por uma mulher negra, durante o percurso da pós-graduação. De acordo com Nascimento (2022, p. 3), “existem 219 doutoras pretas professoras em cursos de pós-graduação do Brasil de acordo com o Censo de Educação Superior de 2016”. A autora pontua que os dados que são apresentados pelo Censo de Educação superior englobam instituições públicas e privadas. Dessa forma, é possível inferir que ter uma docente negra como orientadora em um programa de pós-graduação, como foi o caso da entrevistada Firmina, constitui-se em uma exceção à regra.

Carolina narra que a decisão de iniciar o doutorado fez com que ela adotasse medidas estratégicas. Por ter realizado graduação e mestrado em que as questões raciais ficavam totalmente invisibilizadas, precisou adotar táticas de fortalecimento. Já tendo experienciado as situações em que suas produções acadêmicas haviam sido desconsideradas, com a justificativa de que o referencial adotado não satisfazia as condições da academia, preparou-se com um projeto de pesquisa, associada com uma professora orientadora que a acolheu suas demandas. Juntas, conseguiram

financiamento para execução da pesquisa. Nas palavras da colaboradora “[...] Eu já cheguei de outra forma? Eu já cheguei com o tema definido com o projeto definido e com financiamento definido!” A “lacuna nos recursos interpretativos coletivos” (FRICKER, 2023, p. 18) em que Carolina foi colocada durante o período da graduação e do mestrado foi determinante para sua mudança estratégica.

Firmina, quando narra de maneira elucidativa que, embora as Ações Afirmativas tenham alterado o panorama das universidades, com o ingresso de mais estudantes negras e negros, esse acontecimento isoladamente não blinda estudantes de sofrerem ações racistas. Especificamente quanto à pouca presença de estudantes negras no seu percurso formativo, Firmina aponta que mesmo sendo um país em que mais de 55% da população é autodeclarada negra, essa realidade está muito longe de ser refletida nos cursos de pós-graduação.

A colaboradora relata que as práticas racistas se evidenciaram de maneira muito sutil, no percurso de formação acadêmica. Em algumas situações, como em um congresso em que estava participando como docente, teve seu tempo de fala diminuído e o tempo de fala de outras pessoas (brancas) permaneceu inalterado. Na graduação, ouviu de determinado docente palavras que desqualificavam seus trabalhos acadêmicos e recebeu como justificativa, que seu trabalho não apresentava um referencial teórico de acordo com os referenciais adotados na academia. É preciso atentar nesse caso, que os referenciais teóricos a que o docente reclamava como ausentes, eram os cânones acadêmicos euro centrados.

Corroborando com a narrativa de Firmina, embora as Políticas de Ações Afirmativas estejam sendo implementadas Ribeiro, Franco e Cunha nos trazem que “o acesso à universidade não garante a permanência – que é marcada pela negação da representatividade “ (2020, p.1)

As mulheres negras, ainda que em número pouco expressivo, continuam lutando na academia. É com Políticas de Ações Afirmativas que o cenário terá tendências de apresentar resultados mais significativos. Ainda temos longo caminho a percorrer. A Academia majoritariamente branca estampa a relação desigual determinada e condicionada pelo racismo institucional. A luta para a desconstrução do racismo necessita que pessoas brancas renunciem os privilégios construídos e adquiridos por séculos de desigualdades.

As três mulheres entrevistadas, Brisa, Carolina e Firmina narraram em diferentes momentos de suas trajetórias, que foram muitas as violências ocorridas e

que para conseguirem manter e cuidar da saúde mental, desenvolveram estratégias de apoio. Algumas delas foram procurar ajuda psicoterapêutica; outras, o apoio da rede de amigos e todas relataram a ancestralidade como forma absoluta de ajuda, tanto para o equilíbrio da mente, quanto para fortalecimento e recuperação das feridas causadas pelo racismo.

“A diversidade é algo que enriquece todas as pessoas e trazer diversidade étnico-racial para as universidades é enriquecer o processo democrático brasileiro, enriquecer a troca de saberes”, é o que nos traz Livia Vaz (2022). É urgente que tenhamos essa troca de saberes na academia.

O racismo está sempre se escamoteando, produzindo maneiras diferentes de continuar mantendo as desigualdades, colocando pessoas negras em situação de inferioridade. A Academia reflete essas práticas nas tentativas sistemáticas de impedir o acesso de pessoas negras ao conhecimento. A Saúde Coletiva, trazida nesse texto nas narrativas das colaboradoras, não está imune às práticas racistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistadas apontaram situações de racismo que vivenciaram durante suas trajetórias formativas, da graduação à pós-graduação e no exercício da docência. Igualmente trouxeram em suas narrativas as estratégias que desenvolveram para poderem sobreviver nesses espaços carregados de opressões.

Foi possível evidenciar com essa pesquisa, que embora tenham sido vítimas das situações de violência racial e do sexismo que habitam a academia, as mulheres negras doutoras não se deixaram tombar, resistindo às diversas opressões. Produziram e continuam produzindo conhecimento e mantiveram-se como docentes em Instituições de Ensino Superior. As instituições precisam reformular suas regras, precisam rever suas condutas.

A população negra está sub representada em todas as instâncias de poder é fato já evidenciado por diversos autores, além de estatisticamente comprovado por órgãos de pesquisas governamentais. O reconhecimento do racismo estrutural e a persistência desse, bem como do racismo institucional se constituem como umas importantes estratégias para compreender as dimensões de vulnerabilidades a que estão expostas as pessoas negras.

É com a implementação das Ações Afirmativas que visem garantir ingresso e permanência de pessoas negras nas Universidades, da graduação aos programas de pós-graduação, como também garantir a reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos para magistério superior, que poderemos ter no horizonte a construção de uma academia realmente diversa. Em um país cuja população é majoritariamente negra como é o Brasil, precisamos aumentar o número de doutoras e doutores negras e negros, diversificando a Academia. A distribuição equalitária do conhecimento e a mudança na maneira como o conhecimento é produzido e compartilhado, pode se constituir como uma das estratégias no combate ao racismo estrutural e às injustiças epistêmicas.

O estudo não esgota o assunto e sugere-se que outras pesquisas de abordagem qualitativa sejam realizadas evidenciando as trajetórias de mulheres negras no campo da saúde coletiva e que a partir dos resultados dessas investigações, seja possível promover estratégias para romper com práticas racistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 77, p. 53–61. 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1042>. Acesso em: 20 de jan de 2023.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** 13 set. 2016. 1 video (10min28). Depoimento colhido por Artur Renzo para a TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>. Acesso em: 01 de out 2023.

BARBOSA, Maria Inês da Silva. **Racismo e saúde**. 1988. Tese (Doutorado em Saúde pública) - Departamento de saúde materno infantil. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-08042020-101524/publico/DR_351_Barbosa_1998.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

BATTISTELLI, Bruna Moraes *et al.* O Ato de Narrar e a Produção de Conhecimento em Psicologia Social. **Rev. Polis e Psique**, v. 11, n. 1, p. 162 – 182, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v11n1/v11n1a11.pdf>. Acesso em: 20 de jan de 2023

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, 29 ago. 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Portaria normativa n. 13 de 11 de maio de 2016**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 06 set. 2022.

BORDIEU, P. O. **O poder simbólico**. Porto: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRUNO, Jéssica Santana. Racismo epistêmico, tensionamentos e desafios à universidade. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 4, n. 2, p. 40-70, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/article/view/8435>. Acesso em: 01 de out 2023.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 01 jul 2023.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial: a questão das cotas no ensino superior**. 2. ed. Brasília: Attar, 2006.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **RBCS**, v. 27, n. 80, out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov 2023.

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FERREIRA, Rose Mari; PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade; LÓPEZ, Laura Cecília. **Mulheres negras doutoras: uma revisão narrativa acerca desse (não) lugar na docência em programas de pós-graduação no Brasil**. Paraná: Editora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura. No prelo.

FIGUEIREDO, Angela. Descolonização do conhecimento no século XXI. In: SANTIAGO, Ana Rita (org). [et al.]. **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. 2. ed. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019. p. 79-105. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/category/2-e-books>. Acesso em: 21 de jan 2023.

FIGUEIREDO, Angela; GROSFUGUEL, Ramon. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 59, n. 2, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a16v59n2.pdf>. Acesso em: 16 nov 2023.

FINGER, Mathias; NÓVOA, António Introdução. In: **O método (auto)biográfico e a formação**. 2 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p.19-27. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ns8vncc>. Acesso em: 20 de jan 2023.

FRICKER, Miranda. **Injustiça Epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 01 jul 2023.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKEL, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 90-111.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUHNEN, T. A. Fricker, Miranda. Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing. New York: Oxford University Press, 2007. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 20, n. 33, p. 627–639, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7531>. Acesso em: 19 nov. 2023.

LOPES, J. S. Branco(A)-Mestiço(A): Problematizações Sobre A Construção De Uma Localização Racial Intermediária. **Revista da associação brasileira de pesquisadores/as negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 47–72, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/150>. Acesso em: 03 de dez de 2023.

LUZ, Madel Terezinha. Complexidade do Campo da Saúde coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.18, n.2, p. 304-311, 2009. Disponível em: <https://www.SCIELO.br/j/sausoc/a/MkLhKMvH4KqDSJNgSG48VqG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 ago 2023.

MOURA, Maria Aparecida. **Maria Aparecida Moura**: a pesquisadora que articula comunicação e sistemas de organização para recuperação de memórias sociais e produção de conhecimentos. Entrevista a Vitória Régia da Silva. 2020. Disponível em: <https://www.openciencia.com.br/portfolio/maria-aparecida-moura/>. Acesso em: 01 jul 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** 2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 20 de jan 2023.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001. Disponível em: Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article>. Acesso em 21 nov 2023

NASCIMENTO, Tainah Mota do. Enfrentamentos ao desejo de ocultamento da branquitude: os dilemas por busca de dados sobre professoras negras na pós-graduação. *In*: COPENE, 12, 2022. **Branquitude, branquidade, branco, brancura, branquitude acrítica, branquitude na educação.** Disponível em: <https://www.copene2022.abpn.org.br/anais/trabalhos/anais01?simposio=216>. Acesso em: 01 de set de 2023.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em: <https://www.SCIELO.br/j/sausoc/a/bTHWsnDCM3h9Fpj73YGSLgn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2023.

PEREIRA, C. A. P.; FERREIRA, R. M. Comissões de Heteroidentificação em universidades como política afirmativa: uma discussão necessária. *In*: ASENSI, Felipe (org.). **Visões da Produção Acadêmica.** Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2022. p. 243-248.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIjano.pdf. Acesso em: 20 nov 2023.

RIBEIRO, Ana Cristina Leal; FRANCO, Nanci Helena Rebouças; CUNHA, Maria Couto. Trajetória de mulheres negras cotistas da UFBA: múltiplas jornadas, permanência e saberes. *In*: EPEN, 25 - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020) Educação e Relações Étnico-Raciais. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/8373-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 12 de ago de 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Shwarcz, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia - área de concentração em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigeida.pdf. Acesso em: 25 de ago. 2022.

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cinco Perguntas com Livia Sant'Anna Vaz.** Entrevista a Chico Mieli. 2022. Disponível em: <https://editorajandaira.com.br/blogs/news/cinco-perguntas-com-livia-santana-vaz>. Acesso em: 05 de nov 2022.

APÊNDICE A – Quadro Referencial Teórico

Quadro 01: Referencial teórico

CONCEITO	DIMENSÃO	AUTORAS/AUTORES
Racismo	Estrutural	Kabengele Munanga Silvio Luís de Almeida Jurema Werneck
	Institucional	
Raça	Social	Kabengele Munanga Lia Weiner Schucman Antonio Sergio Alfredo Guimarães
Sexismo	Gênero	Lélia Gonzalez Sueli Carneiro Raewyn Connell Guacira Lopes Louro
	Mulherismo	
Branquitude	Estudada por autoras/autores negros	Guerreiro Ramos Cida Bento Lourenço Cardoso
	Estudada por autoras/autores brancos	Lia Weiner Schuchmann Robin DiAngelo
Interseccionalidade	Estrutural	Patricia Hill Collins Sirma Bilge
Saúde coletiva	Interdisciplinar	Madel Luz Fran Demétrio

Fonte: Própria autora, 2022.

APÊNDICE B – Diálogos Filosóficos Possíveis Entre Grada Kilomba E Miranda Fricker



Grada Kilomba: Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano

Miranda Fricker: Injustiça Epistêmica: o poder e a ética do conhecimento

Esta ideia surge a partir da indicação do livro da Miranda Fricker como base epistemológica para discussão no artigo de apresentação dos resultados. A indicação do livro foi feita por um dos professores de uma disciplina.

Quando começo a ler a Miranda, percebo que há muita semelhança no que ela escreve – injustiça epistêmica – com os escritos de Grada Kilomba. Surge a ideia de fazer essas aproximação. Apresento partes desses possíveis diálogos na aula da disciplina. Fica a ideia de realizar um texto mais elaborado e talvez, um artigo abordando esses possíveis diálogos.

APÊNDICE C - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS RELACIONADOS À TESE DE DOUTORADO EM SAÚDE COLETIVA.

Nome do Evento Científico: Encontro Rede Unida Regional Sul

Narrativas de mulheres negras doutoras: episódios do racismo cotidiano na saúde coletiva

Narrativas de uma mulher negra no Doutorado em Saúde Coletiva: um desafio ao racismo acadêmico

Nome do Evento Científico: CAEduca 2023 - Congresso Internacional de Altos Estudos em Educação

Títulos dos trabalhos

- 1) **Referencial teórico afro centrado como escolha política para uma tese de Doutorado em Saúde Coletiva**
- 2) **Implementação das Ações Afirmativas nos programas de pós-graduação como estratégia de melhoria de acesso de pessoas negras ao mestrado e doutorado**

Obs.: os textos serão publicados como capítulos de livro em e-book e em livro impresso.

Nome do Evento Científico: CONGRESSO DE ESTUDOS DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES

Título do Trabalho: **Narrativas de mulheres negras doutoras e o racismo (nem tão) velado na saúde coletiva**

ANEXO A – Parecer Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS DOUTORAS: ESTILHAÇANDO A MÁSCARA E ESCANCARANDO O RACISMO, O SEXISMO E A BRANQUITUDE NA SAÚDE COLETIVA

Pesquisador: ROSE MARI FERREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70918623.0.0000.5344

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.233.701

Apresentação do Projeto:

As mulheres negras como sujeitas da escrita em que eram tidas como objeto, demarcam a escrita como um ato político, opondo-se à posição colonial e renomeando uma realidade que sequer havia sido nomeada. As narrativas em diferentes situações de nossos viveres compõem o tecido da vida e a espessura da arte do viver. Essa tecitura está permanentemente em construção, pois, desde o nascimento até a morte, nas relações sociais estabelecidas, as narrativas estão presentes. A metáfora da máscara pode aqui ser trazida como a possibilidade de mulheres negras, que historicamente foram caladas, poderem trazer suas narrativas (auto)biográficas, na forma de relatos subjetivos em que os escritos possam exprimir o cotidiano de enfrentamento às opressões interseccionadas, como nos trazem Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Saúde Coletiva pode ser definida como um campo de produção de conhecimentos voltados para a compreensão da saúde e a explicação de seus determinantes sociais, bem como o âmbito de práticas direcionadas prioritariamente para sua promoção, além de voltadas para a prevenção e o cuidado a agravos e doenças, tomando por objeto não apenas os indivíduos, mas sobretudo os grupos sociais, portanto, a coletividade e a produção da vida em sociedade. O campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos, é constituído e normatizado pela branquitude, conceituando-a seguindo Lia Vainer Schumann (2012, p. 7), “como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca”. Nas

Endereço: Av. Unisinos, 950 - Ramal 3219

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1122

Fax: (51)3591-3219

E-mail: cep@unisinos.br

Continuação do Parecer: 6.233.701

sociedades estruturadas pelo racismo, esses sujeitos identificados como brancos serão os detentores dos privilégios materiais e/ou simbólicos, adquiridos a partir da opressão daqueles sujeitos identificados pela cor da pele como não brancos. Racismo “é um fenômeno que tem como um de seus suportes a crença na naturalização da superioridade de certos grupos e em consequência a naturalização da existência de grupos naturalmente hierarquizados” (DEUS, 2020, p. 34). As perguntas norteadoras que compõem esse projeto são: Qual a relação entre racismo, sexismo e a (in)visibilidade de mulheres negras doutoras em Saúde Coletiva, nos diversos espaços em que as mulheres negras atuam, na academia como produtoras de conhecimento científico no campo da Saúde Coletiva?; Quais seriam as possíveis razões que justificariam a presença de

poucas mulheres negras nos programas de pós-graduação em nível de Doutorado em Saúde Coletiva e mulheres negras doutoras em Saúde Coletiva? E Quais estratégias em relação às Políticas de ações afirmativas estão sendo realizadas e como estão sendo articuladas para implementação nos programas de pós-graduação em universidades públicas e privadas? O objetivo geral desse estudo será analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico, no campo da saúde coletiva.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva.

Objetivo Secundário:

Mapear os desafios encontrados por mulheres doutoras negras para se legitimarem no espaço acadêmico e científico e quais estratégias por elas elaboradas a fim de manter sua permanência nesse campo; Identificar como operam o sexismo/ machismo presente no percurso de vida pessoal e acadêmica dessas mulheres doutoras em saúde coletiva;

Identificar como operaram as ações afirmativas na trajetória dessas mulheres, da graduação aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Originalmente não havia a previsão de riscos mínimos e nem a forma de saná-los. Contudo, tal questão foi alterada no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os demais apontamentos referidos no parecer anterior foram sanados, como a falta de assinatura

Endereço: Av. Unisinos, 950 - Ramal 3219
Bairro: Cristo Rei **CEP:** 93.022-000
UF: RS **Município:** SAO LEOPOLDO
Telefone: (51)3591-1122 **Fax:** (51)3591-3219 **E-mail:** cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



Continuação do Parecer: 6.233.701

na folha de rosto e a questão atinente ao órgão financiador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os itens apontados no parecer anterior foram sanados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme "Parecer Consubstanciado do CEP", o projeto está aprovado (neste parecer encontrará o número de aprovação). Acesse a Plataforma Brasil e localize o TCLE aprovado e carimbado, em folha timbrada. É obrigatório o uso desse TCLE para reproduzir cópias e entregar aos participantes da coleta de dados. Instruções para localização do TCLE aprovado: Na aba "Pesquisador", clicar na lupa da coluna "Ações", em "Documentos do Projeto de Pesquisa", na Árvore de Arquivos, expandir as pastas totalmente, com as setas apontadas para baixo, até encontrar TCLE/Termos de Assentimento, clicando encontrará TCLE aprovado (em pdf), data 11/08/2023. Dúvidas, faça contato com Adriana Caprioli, 51- 3591-1122 ramal 3219.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2169415.pdf	17/07/2023 22:12:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_tese_plataformabrasil.docx	17/07/2023 22:09:13	ROSE MARI FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoRoseMariFerreira_platbr_re.pdf	17/07/2023 22:04:10	ROSE MARI FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modelo_ajustado.docx	17/07/2023 21:58:00	ROSE MARI FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RoseMariFerreira.pdf	11/08/2023 10:48:14	Maria Claudia Dallgna	Aceito

Endereço: Av. Unisinos, 950 - Ramal 3219
Bairro: Cristo Rei **CEP:** 93.022-000
UF: RS **Município:** SAO LEOPOLDO
Telefone: (51)3591-1122 **Fax:** (51)3591-3219 **E-mail:** cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



Continuação do Parecer: 6.233.701

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LEOPOLDO, 11 de Agosto de 2023

Assinado por:
Maria Claudia Dallgna
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Unisinos, 950 - Ramal 3219

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1122

Fax: (51)3591-3219

E-mail: cep@unisinos.br